UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

RACIONALIDADE OU CAPITAL SOCIAL E O CRIME:
QUAL DETERMINA A VITIMIZAÇÃO?

SÃO PAULO
JANEIRO DE 2013

GREGORIO FORELL LOWE STUKART

**RACIONALIDADE OU CAPITAL SOCIAL E O CRIME:
QUAL DETERMINA A VITIMIZAÇÃO?**

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro

**SÃO PAULO
JANEIRO DE 2013**

Dedico esta Tese à minha família :
Françoise, Gäelle, Verena e Aline sobretudo
a Gäelle que deu o exemplo entregando a
sua tese antes da minha.

Resumo

Várias ciências sociais desenvolveram teorias sobre o crime. Mas foi na Economia que uma teoria geral do crime foi desenvolvida de forma mais completa. Porém, a comprovação empírica da teoria econômica do crime não é totalmente satisfatória, fornece uma explicação apenas parcial do fenômeno. Além disso, sua aplicação estrita parece ter gerado problemas, como o crescimento exagerado da população encarcerada.

Nesta Tese procura-se analisar possíveis deficiências nessa teoria, em especial as resultantes da aplicação estrita do postulado da racionalidade, e confrontá-la com explicações adicionais e complementares que poderiam gerar uma visão do crime mais completa. Argumenta-se que teorias complementares do capital social e da vitimização podem ser integradas nos modelos existentes e melhorar o entendimento do que causa o crime.

Finalmente, pelos dados de uma pesquisa de vitimização conduzida com a finalidade de compreender melhor o crime na cidade de São Paulo, procura-se estimar os efeitos de variáveis ligadas ao capital social e à vitimização para comprovar a influência desses elementos sobre o crime. O resultado mostra que crimes diversos são explicados por variáveis diferentes, sendo difícil aceitar uma explicação única, simples e geral. Crimes com motivação econômica (roubos e furtos), conforme esperado, dependem mais de “variáveis econômicas” enquanto os sem essa motivação (agressões físicas e verbais) encontram no capital social uma explicação relevante.

Summary

Various social sciences developed theories about crime. But it was in economics that a general theory was developed in its most complete form, However a total empirical evidence of the economic theory of the crime is not totally satisfactory, supplying only a explanation of the phenomenon. Besides this, its strict application only supplies a general exaggeration of the population put into jail.

In this Thesis one analyses possible deficiencies in this theory, specially the strict application of the theory of the postulate of rationality, and confront it with additional explanations that could generate a more complete vision of crime. On argues that complementary theories

about social capital and victimization could be integrated into the existing model and improve the understanding of what causes crime.

Finally, with the data of a research on victimization whose objective was to understand the crime in São Paulo city, one looks forward to estimate the effects Social Capital and their influence over crime. The result shows that diverse crimes are explained by diverse variables, being difficult to accept one only explanation, simple and direct. Crimes with economic motivation (robberies) as expected depend more on such “economic variables” while crimes with no such explanations (physical and economic aggressions) find more relevance on social capital.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	CRIME E VITIMIZAÇÃO	14
	Alguns estudos do crime por economistas	14
	O mercado de delitos	16
	Desigualdade de renda e crime	23
	Possíveis problemas com as verificações empíricas	23
	Estudos das causas do crime na Sociologia	26
3.	VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	32
	Capital social	32
	Capital social e crime	33
	Uma digressão sobre externalidades	34
	Confiança e confiabilidade	37
4.	HIPÓTESES E METODOLOGIA	42
	Os três institucionalismos	42
	Estrutura de um modelo integrado do crime	54
	O mercado de crimes	56
	A demanda de crimes	56
	O papel do governo	57
	O longo prazo	58
5.	AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO EM SÃO PAULO ENTRE 2003 E 2008	61
	Histórico da pesquisa	62
	A principal medida de confiança e alguns problemas	65
	Pesquisas de vitimização do IFB e perguntas alternativas sobre confiança.	69
	As taxas de vitimização e de relacionamento com a polícia	73
	Modelo e resultados	75

A variável dependente e os tipos de crime usados	79
As variáveis independentes / A confiança e o problema da endogeneidade	80
6. RESULTADOS DAS REGRESSÕES	85
A amostra de todos os moradores	85
Variáveis independentes usadas nas regressões	92
7. CONCLUSÕES	103
8. BIBLIOGRAFIA	105

1. INTRODUÇÃO

O estatístico belga Adolphe Quételet (1796-1874) foi responsável por importantes contribuições à sociologia e é considerado por vários autores o pioneiro no estudo do crime. No livro em que resume seus vinte anos de pesquisa encontramos a seguinte passagem:

Acha-se, na tabela a seguir, a estimativa de tendência ao crime para as diversas idades e para cada um dos cinco períodos quinquenais estudados. A quase identidade dos dados mostra suficientemente que, a despeito de todas as flutuações acidentais, a despeito mesmo da revolução de 1830, existe uma perfeita permanência dos crimes e, que, por conseguinte, as *circunstâncias sociais* das quais ela depende não devem ter sido sensivelmente alteradas. (QUÉTELET, 1848, p. com grifo nosso).

AGES.	FRACTIONNEMENT de LA POPULATION française.	ÉCHELLE DE CRIMINALITÉ d'après les périodes.				MOYENNES des 4 périodes.
		1826-1830	1831-1835	1836-1840	1841-1844	
Moins de 16 ans.	11,254,500	0,4	0,3	0,2	0,2	0,3
16 à 21 ans.....	3,017,450	12,2	11,8	12,5	12,5	12,2
21 à 25 »	2,288,440	15,9	15,6	16,6	15,1	15,8
25 à 30 »	2,688,560	15,3	14,9	14,5	14,0	14,6
30 à 35 »	2,489,080	13,2	14,2	12,9	12,7	13,5
35 à 40 »	2,285,760	9,5	11,2	11,6	10,9	10,8
40 à 45 »	2,079,410	8,4	8,1	9,2	9,9	8,9
45 à 50 »	1,866,210	7,2	6,7	6,5	7,7	7,0
50 à 55 »	1,659,560	5,4	5,4	4,9	4,7	5,1
55 à 60 »	1,395,030	3,9	3,9	4,1	3,9	3,9
60 à 65 »	1,124,190	3,6	3,2	3,3	3,5	3,4
65 à 70 »	859,280	2,4	2,4	2,3	2,8	2,5
70 à 80 »	885,930	1,8	1,6	1,2	1,7	1,6
80 et plus.....	188,600	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6
TOTAUX.....		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Cópia do original: Quételet, A. (1848) "Du Système Social et des Lois qui le Régissent". Paris Guillaumin et Cie, Libraires.

Após analisar a tabela, Quételet propõe uma teoria para explicá-la:

O que a observação revela, o raciocínio poderia prever até certo ponto. O homem é mais propenso ao crime quando tiver praticamente atingido o seu desenvolvimento físico, quando as paixões reinam em todo o seu ardor, quando a emancipação legal acaba de ocorrer, e a razão não alcançou ainda sua maturidade. Esta tendência, ao contrário, perde sua atividade, quando o homem se casa, quando as previsões devem se estender a sua família e quando a razão começa a dominar a violência das paixões (QUÉTELET, 1848, p. 324).

A observação de Quételet quanto à influência da idade sobre a prática do crime continua totalmente atual e, embora a linguagem de sua explicação teórica fosse diferente hoje, a sua essência permanece inalterada. Sobretudo na quase totalidade dos estudos empíricos sobre o crime encontramos a variável idade como explicativa do crime. Nestes quase dois séculos, após Quételet, avançou-se em termos teóricos e empíricos no estudo de outras causas do crime, sobretudo nas últimas décadas, quando estatísticas melhores permitiram medir a criminalidade e, portanto, análises mais precisas do que causava seu crescimento ou queda.

Ao selecionar pesquisas marcantes que influenciaram o desenvolvimento da pesquisa do crime, poderíamos apontar pelo menos duas: Shaw e McKay (1942), que deram início ao estudo do impacto da sociedade sobre o crime, e que se tornaram um parâmetro dos estudos sociológicos subsequentes, e Becker (1968), que desenvolveu as bases teóricas do estudo do crime na economia que até hoje são amplamente usadas.

Na sequência dessas duas linhagens Sampson e vários colaboradores desenvolvem os conceitos de desorganização social e eficácia coletiva nos passos e na mesma Escola de Sociologia Urbana da Universidade de Chicago de Shaw e McKay. Também vinda de escolas de sociologia, encontramos as teses de vitimização, cujo foco é a vítima dos crimes, ao contrário das anteriores, que se concentravam apenas no criminoso.

Na economia, embora Ehrlich (1973) tenha feito o primeiro teste empírico da teoria de Becker, como seu aluno na Universidade de Columbia, posteriormente se dedicou à elaboração de sua teoria. Essa teoria, após uma análise de suas premissas do ponto de vista teórico e de algumas considerações sobre a sua verificação empírica, é tomada como ponto de partida de uma integração das correntes teóricas que resenhamos. Na parte empírica, coube a Levitt avançar de modo criativo e polêmico na verificação de motivos que levam ou desencorajam o crime, de modo que usamos seus artigos como base.

Naturalmente, houve inúmeras outras contribuições importantes, mas segundo a sequência dos autores citados podemos encontrar uma parte relevante da literatura que estuda o crime nas ciências sociais.

Embora tivessem aumentado consideravelmente os recursos destinados ao combate ao crime, tanto na esfera estatal (polícia, justiça e o sistema prisional) como na esfera privada (in-

vestimentos em sistemas de segurança e seguranças privados), ficava patente a necessidade de se conhecer melhor as causas da criminalidade para investir mais eficazmente no seu combate. Isso foi um dos fatores que impulsionaram a literatura técnica criminal, que, no entanto, se desenvolveu em grupos de autores que não interagiam entre si e cujos resultados pareciam, às vezes, conflitantes. Este pode ser um dos motivos da baixa permeabilidade que se pode perceber na prática de políticas públicas no que tange a absorção das teorias do crime geradas no meio acadêmico.

Na Ciência Econômica desenvolveu-se uma pesquisa direcionada para o combate direto do crime por meio da ação policial e do encarceramento dos criminosos, que parece ter sido aplicada nos EUA, onde a atuação da polícia e a apreensão de criminosos têm levado a reduções importantes da criminalidade. No entanto, essa política tem resultado num número de presos substancialmente maior que em países de taxa de criminalidade semelhante ou menor, o que tem levado a questionamentos da adequação dessa estratégia de combate ao crime. O *attorney general* dos EUA, por exemplo, citando que o número de encarcerados nos EUA aumentou sete vezes desde 1970 e que “um em cada cem americanos se encontra na prisão – a mais alta taxa de encarceramento do mundo” (Holder, 2009) afirma que é necessário “ficar esperto (get smart)” com o crime. Além disso, “desde 2003, as despesas com o encarceramento continuaram a aumentar, mas as taxas de criminalidade ficaram estáveis.” Simultaneamente, apesar do contraste com ser duro contra o crime, ficar esperto significaria para essa autoridade focar nas crianças expostas à violência doméstica, para evitar que se tornem criminosos, reduzir sentenças de usuários não violentos de drogas, e substituir a prisão por penas alternativas para crimes menores, ajudar a reintegração de condenados na sociedade reduzindo a reincidência de crimes e reforçar a advocacia de indigentes garantindo uma defesa adequada aos mais pobres, entre outros. “Podemos utilizar a ciência e dados para enfrentar problemas emergentes e para preservar nossos princípios sobre os quais fomos fundados” (Holder, 2009).

Importante na palestra desse jurista é que ele usa os princípios da Economia para mostrar a necessidade de alternativas e a análise do custo/benefício: “Mas existe outro motivo para considerar novas estratégias de cumprimento da lei: simples dólares e centavos, e a lei dos rendimentos decrescentes. Todo estado da União está tentando acertar seu orçamento. Estados e localidades estão despedindo professores, fazendo cortes na saúde pública, e cancelando pro-

gramas pós-escola para nossas crianças. Mas em quase todos os casos a despesa com as prisões continua a aumentar. Isto é economicamente insustentável.

Portanto, mesmo nos EUA, está sendo questionado se uma atuação sobre causas mais profundas do crime e não apenas sobre os sintomas, representados pelo ato criminoso, poderia indicar uma saída para simplesmente incapacitar, nas prisões, uma parcela crescente da população.

As causas do crime são importantes de se conhecer, pois se características imutáveis de sociedades – como a maior heterogeneidade racial ou étnica, características dos EUA e de nosso país – elevam os índices de criminalidade, seria de se esperar índices de criminalidade diversos que só seriam superáveis num prazo muito mais longo e por processos muito distintos dos que se imagina atualmente.

Tendo esses questionamentos em vista, este trabalho propõe uma visão integrada do crime, em que as várias explicações se completam, e propõe testar uma variável social diferente que pode afetar o crime: o capital social. O capital social tem permitido explicar a diferença entre as taxas de criminalidade entre países diversos. Neste estudo, seu efeito será analisado no nível individual. A verificação do fenômeno nos níveis micro e macro não só justifica a integração do comportamento do indivíduo na sua comunidade, como fortalece a credibilidade dos resultados encontrados, que documentam o efeito do capital social sobre o crime.

Essa preocupação é importante para o Brasil, que detém níveis de criminalidade entre os mais altos do mundo e onde a preocupação com a segurança pessoal figura entre as maiores nas pesquisas de opinião pública. Nesse sentido, o autor coordenou uma pesquisa de vitimização no Município de São Paulo pelo IFB – Instituto Futuro Brasil, pela qual foi possível levantar uma base de dados bastante ampla e direcionada para pesquisa das causas do crime do ponto de vista das vítimas. Usando esses dados, procura estabelecer uma causalidade entre o capital social do indivíduo e sua probabilidade de ser vitimado, para alguns tipos de crime. Dessa forma, estará se testando a parte da demanda por crimes, conforme o modelo integrado exposto posteriormente, ou seja, testar uma série de características das vítimas que elevam sua probabilidade de se tornarem alvo de crimes.

No próximo capítulo, algumas teorias sobre o crime na Economia e na Sociologia são re-senhadas. No capítulo três procura-se descrever o capital social que, resultando de vários componentes, dos quais se destaca a confiança generalizada, possui definições sem limites muito bem determinados. O capítulo quatro se dedica a analisar a aplicação do postulado da racionalidade aos modelos econômicos do crime. Esse postulado é o ponto de partida da teoria econômica neoclássica e das teorias dos institucionalistas da escolha racional na Ciência Política. Usando essa discussão como pano de fundo, procura-se vislumbrar um modelo de integração das teorias expostas. No capítulo cinco descreve-se a fonte de dados, inclusive com um pequeno histórico de como a Pesquisa de Vitimização do IFB foi gerada. O capítulo seis apresenta o exercício econométrico usado para testar a influência de diversas variáveis sobre vários tipos de crimes. Finalmente, chega-se a algumas conclusões no capítulo sete.

2. CRIME E VITIMIZAÇÃO

Alguns estudos do crime por economistas

Características ou fatores que levam as pessoas a cometer crimes têm sido analisados por estudiosos os mais diferentes possíveis, como médicos, biólogos, psicólogos, sociólogos, economistas e advogados. Como dois exemplos de fatores analisados por economistas recentemente, pode-se citar: em função do crime ser relacionado às doenças mentais, Markote e Markowitz (2009) acham uma relação entre a prescrição de medicamentos psiquiátricos e a queda das taxas de criminalidade, e Reyes (2007) relaciona o crime à exposição ao chumbo na infância, encontrando uma forte relação entre os dois, que parece ter sido geralmente aceita.

Como esses, há numerosos fatores determinantes do crime, que têm sido levantados por pesquisadores. Dados todos esses fatores uma pessoa ou sociedade, como agregado de pessoas, decide se e qual crime vai cometer. A teoria dessa decisão foi construída principalmente com base no trabalho teórico pioneiro de Gary Becker (1968). Alguns aspectos fundamentais do artigo de Becker merecem ser notados para posterior análise.

Uma pessoa comete um crime se “a utilidade esperada para ela excede a utilidade que alcançaria usando seu tempo e outros recursos em outras atividades.” (BECKER, 1968, p. 176). Partindo dessa hipótese, Becker constrói uma função que relaciona o número de delitos (*offenses*) de qualquer pessoa a sua “probabilidade de ser presa, a sua punição, se presa e a outras variáveis tais como a renda que poderia auferir em atividades legais ou em outras atividades ilegais, a frequência de detenções incômodas (*nuisance arrests*), e sua disposição de cometer um ato ilegal.” Assim, tem-se a função:

$$O_j = O_j(p_j, f_j, u_j)$$

Onde O_j seria o número de crimes cometidos durante determinado período; p_j é a probabilidade de ser preso por crime; f_j é sua punição por crime, e u_j é uma variável *portmanteau*, representando todas as outras influências. Essa função, que, como muitas ideias geniais, parece óbvia, uma vez estabelecida, é a principal contribuição de Becker.

Becker dá exemplos de como outras influências afetariam o número de crimes cometidos: “o aumento da renda disponível em atividades legais ou um aumento na observância da lei

devida, digamos, à educação, reduziria o incentivo de ingressar em atividades ilegais e, portanto, reduziria o número de delitos.” Becker resumiu seus cálculos às despesas com a justiça criminal sem detalhar os níveis de importância das variáveis que utiliza em relação às que reconhece, mas que deixa fora de seu modelo, como por exemplo, a educação.

Em seguida, agrega essas funções individuais numa função de delitos do mercado, tomando por simplicidade os valores médios de p_j , f , e u_j . Reconhece que essas variáveis diferem significativamente entre as pessoas devido a diferenças de “inteligência, idade, riqueza, educação familiar, etc.”

Becker segue, então, um critério de maximização do bem-estar social que coloque os pesos adequados ao estrago feito pelos delitos, os custos de prender e julgar os que realizam os delitos e o custo social das punições.

Usa a seguinte função de bem-estar social para medir as perdas da sociedade com o crime:

$$L = D(O) + C(p, O) + bpfO$$

Onde $D(O)$ é a perda com os delitos O ; C é o montante gasto na punição de delitos; f é a punição para os que são presos, e b representa um sumário das formas de punição (p é a probabilidade de ser preso) e o termo $bpfO$ é a perda total social das punições, já que bf é a perda por delito punido e pO é o número de delitos punidos.

Segue o cálculo de otimização (na realidade uma minimização dos custos sociais do crime) e análise da variação de parâmetros.

O aumento máximo factível de bem-estar medido por renda é obtido “escolhendo valores ótimos da probabilidade de apreensão e condenação (supondo que o coeficiente de perda social, b , seja dado).”

Há vários comentários e resultados importantes ao longo do artigo: como a comparação entre a pena de prisão e a multa. Sendo o custo do encarceramento muito superior ao da imposição de uma multa, as multas com um custo social menor são preferíveis, quando possível. Outra dedução interessante é a que, por ser o criminoso mais propenso ao risco e baseando-se numa demonstração teórica que indivíduos propensos ao risco acabam com uma renda menor que a

dos que evitam o risco, pode-se deduzir que o criminoso estaria melhor na atividade legal – o crime não compensa, conforme Becker.

Termina o artigo lembrando que o uso do “cálculo econômico” na análise do crime tem como precursores Beccaria e Bentham.

Na breve seção VI, Becker examina as despesas privadas contra o crime. Trata-se de uma minimização das perdas de renda esperadas pelo crime que começa com uma função de perdas de renda por crimes, semelhante à função social apresentada acima:

$$L_j = H_j(O_j) + C_j(p_j, O_j, C, C_k) + b_j p_j f_j O_j$$

Onde H_j representa a perda ao indivíduo j dos delitos O_j cometidos contra ele; C_j representa seu custo de alcançar a probabilidade de prisão p_j por delitos cometidos contra ele; e o termo $b_j p_j f_j O_j$ mede a perda esperada por j da punição dos criminosos responsáveis quaisquer dos O_j .

Os custos do indivíduo de alcançar a probabilidade p_j de prisão do seu agressor dependem positivamente do número de delitos O_j que sofre, negativamente dos gastos públicos C , e negativamente dos gastos privados de outras pessoas. O indivíduo determina o p_j – a possibilidade de prender quem o ataca, “a principal variável de decisão diretamente controlada por j ”, e em função disso determina quanto gastar para prender seus agressores.

O mercado de delitos

Essa formulação de Becker deixa um pouco a desejar quanto a representar uma teoria mais geral do crime e é melhorada substancialmente por Ehrlich, que, ao lado da oferta de delitos de Becker, postula uma demanda. A interseção de ambas determina a quantidade de crimes de equilíbrio. Esse mercado “deve ser entendido como a noção mais abstrata de mercado Walrasiano no qual o comportamento agregado de supridores e dos que demandam é coordenado e tornado mutuamente consistente através de ajustes nos preços relevantes.” (EHRlich,1996). Portanto, enquanto Becker se fixa na interação entre criminosos e a atuação do Estado, Ehrlich introduz o indivíduo, passível de ser vitimado. A atuação do Estado, no modelo de Ehrlich, é modelada como um imposto sobre o crime que, por meio do deslocamento da demanda por

crimes, reduz a quantidade de crimes. Sua atuação resulta, conforme idealizado por Becker, de uma minimização das perdas sociais devidas ao crime.

Ehrlich aprimora e simplifica seu modelo (EHRlich, 1981, 1996 e 2010), chegando a uma representação gráfica que sintetiza suas principais características (embora tenha deixado de fora várias condições formais de existência de equilíbrio e estabilidade).

Preconiza uma função de proteção ótima que indicaria que os gastos dos indivíduos em segurança variam conforme a sua probabilidade de se tornarem vítimas, ou seja, em função da taxa de criminalidade. Em seguida, relaciona os gastos de segurança com o ganho do crime, supondo que maiores gastos em autoproteção reduzam o ganho que o criminoso pode auferir dessas pessoas, caso caiam vítimas. Com isso, chega a uma função de demanda por crimes que é decrescente quanto ao ganho por crime, ou seja, quanto maior é o ganho por crime, menor é a quantidade de crimes demandados, que na realidade são os crimes “permitidos” pelas potenciais vítimas, por deixarem de investir em sua proteção. Ehrlich chama essa demanda derivada também de “função de tolerância ao crime” e a sua interseção com a oferta de crimes pelos criminosos estabelece uma quantidade de crimes de equilíbrio e um valor de ganho por crime (valor da pilhagem ou do saque).

Demanda Derivada por Crimes

Graficamente (EHRlich, 2010), o ponto de partida se encontra no quadrante inferior direito: uma “função de proteção ótima” relaciona a taxa de criminalidade na população aos gastos em autoproteção. Ou seja, postula-se que quanto maior a criminalidade maiores são os gastos para se proteger do crime. Em seguida, no quadrante inferior esquerdo, tem-se o impacto desses gastos, ou seja, da autoproteção sobre o ganho ou o montante auferido pelos criminosos por cada crime (a pilhagem ou o saque para o criminoso). Aqui se supõe que ao gastar mais em proteção, a população reduz suas perdas médias por cada crime. Esse valor do ganho médio por crime cometido é rebatido no quadrante superior esquerdo por uma reta de 45 graus para o quadrante superior direito. Nesse último quadrante obtém-se a curva de demanda derivada por crimes ou a função de tolerância ao crime, que relaciona os ganhos por crime (pode-se interpretar como o preço do crime) à quantidade de crimes cometidos – quanto mais os criminosos ganham em cada crime que cometem, mais crimes eles cometeriam.

Ao se acrescentar a oferta de crimes preconizada por Becker, obtém-se o número de crimes de equilíbrio. A ação do Estado se produz por meio de “uma penalidade esperada ótima”, que resulta de uma combinação da probabilidade de ser preso e condenado com a penalidade (os anos de prisão, por exemplo) da condenação. Essa penalidade esperada, no gráfico de Ehrlich, é representada por uma sanção à atividade criminosa que nos gráficos usuais de oferta e demanda seria como um imposto (sobre a atividade criminosa), que desloca a demanda para a esquerda. Portanto, Ehrlich considera que a atuação do Estado diminui o ganho líquido do crime através da probabilidade de o criminoso ser pego e penalizado.

Ehrlich ressalta que esse tratamento não mede corretamente os efeitos de incapacitação – um criminoso contumaz preso fica impedido de cometer crimes – e de reabilitação de criminosos – um processo que levaria um criminoso preso a cometer menos crimes após sua soltura – já que ambas deslocam a oferta de crimes (EHRlich 1996).

O primeiro passo para a aceitação dessa importante estrutura teórica é passar pelo crivo da evidência empírica. Tem-se a impressão de que esse passo ainda não foi dado de maneira totalmente convincente, persistindo dúvidas, mesmo entre os economistas.

Um dos economistas mais importantes na área do crime, que se destaca pela originalidade, é Stephen Levitt. Em Levitt (2004), há um resumo interessante dos motivos que levaram a uma queda inesperada dos crimes nos EUA durante a década de 1990, que é também um resumo de seus vários trabalhos sobre o tema. Analisa, inicialmente, seis fatores bastante disseminados que, conforme os estudos empíricos de Levitt, tiveram pouca ou nenhuma influência sobre a queda da criminalidade. São eles:

1. a força da economia da década;
2. as mudanças demográficas;
3. a melhora das estratégias policiais;
4. as leis de controle de armas;
5. as leis que permitem o porte de armas escondidas e
6. o aumento do uso da pena de morte.

Em seguida, cita os quatro fatores que tiveram uma influência empiricamente importante na criminalidade norte-americana durante a última década, segundo seus estudos:

1. aumento do número de policiais;
2. aumento da população penitenciária;
3. redução da epidemia de cocaína crack;
4. legalização do aborto.

Na nota de rodapé número 16, Levitt explica que na Europa Ocidental houve um aumento pequeno da força policial, o incremento reduzido de encarcerados, a epidemia do crack não atingiu proporções parecidas com as dos EUA e, finalmente, que o número de abortos é muito menor, justificando que não houve redução importante da criminalidade. Portanto, a teoria ou os fatores que afetam o crime seriam os mesmos.

Embora não possam ser usadas neste estudo em que só se dispõe de dados *cross-section*, algumas observações sobre estas conclusões e a sua aplicabilidade ao Brasil merecem ser feitas. Alguns fatores como a aplicação da pena de morte ou o porte legal de armas dissimuladas não se aplicam ao Brasil. Contrário ao pensamento de boa parte dos acadêmicos no Brasil, e coerente com o resultado do Referendo de 2006, leis de controle de armas têm pouco efeito sobre o crime, que se abastece de armas num mercado negro, cujo suprimento provavelmente depende muito pouco de armas comercializadas para civis no mercado legal. Cabe destacar que essa conclusão de Levitt não está livre de contestações, mesmo nos EUA.

A força da economia é um fator que merece atenção, pois vários estudos utilizam a taxa de desemprego como variável explicativa do crime. Levitt após citar estimativas de diversos autores do impacto do emprego sobre o crime conclui que, *controlando para outros fatores, quase todos esses estudos chegam a uma relação significativa, porém substancialmente pequena, entre taxas de desemprego e crimes contra a propriedade*. Quando se leva em conta o grande número de variáveis que influem no crime, uma relação significativa não pode ser descartada facilmente.

Uma observação de Levitt, relevante para o modelo de Becker, é sobre a relevância desse modelo quanto a tipos de crime. O efeito do aumento da renda no setor legal da economia sobre

a criminalidade que *deveria ser mais relevante para os crimes envolvendo motivação financeira direta como roubo, furto e roubo de automóveis, mas menos importante para homicídios, agressões e estupros.* (Levitt, 2004, p.170)

Quanto à remuneração no setor legal, existe um estudo no Brasil que, em alguns pontos, parece complementar as evidências levantadas por Levitt. O efeito do desempenho econômico sobre o homicídio, estudado por Andrade e Lisboa (2003), para o Brasil, mostra-se bastante complexo. Os autores concluem que a redução da atividade econômica (implicando desemprego e redução de salários médios) tem um efeito positivo sobre a entrada na atividade ilegal para os jovens que, uma vez na ilegalidade, nela permanecem, assim como permanece quem tiver escolhido o setor legal. É como se a escolha baseada em custos enunciada por Becker só tenha um efeito importante no início da vida produtiva das pessoas. Depois, possivelmente o custo de mudar de lado fique muito alto, de modo a não mais produzir efeitos significativos. Isso poderia explicar o efeito reduzido das oscilações da renda, pois o “estoque” de criminosos só é afetado na margem, pelo fluxo de novos entrantes, permanecendo o número de criminosos existentes sem alteração.

O efeito diferenciado das descidas e subidas do ciclo econômico é comprovado num estudo mais recente de Mocan e Bali (2005) em que demonstram – usando dados para os EUA, para um painel de dados dos estados americanos e para a cidade de Nova York – que os crimes contra a propriedade aumentam mais com o declínio da atividade econômica do que caem com a retomada. Crimes contra a propriedade são definidos como roubo de residência, roubo de veículos e furto; enquanto no caso de homicídios e estupros, esse padrão assimétrico não pode ser comprovado. Esses autores se baseiam em que: *se um indivíduo entra na atividade criminosa durante o declínio do ciclo econômico, seu capital humano legal se deprecia e seu capital humano criminoso aprecia, o que dificulta sua volta ao setor legal (ou de reduzir o tempo em que permanece no crime) após o fim da recessão.*

Os quatro motivos importantes de Levitt são mais – ou talvez, unicamente – suscetíveis de análise temporal. O número de policiais e número de encarcerados são exemplos de efeitos que ocorrem ao longo do tempo, e não simultaneamente, demandando séries temporais para a sua análise. Nesta metodologia, no entanto, depara-se com um problema sério da correlação entre o policiamento e o crime, e entre o encarceramento e o crime, que alguns interpretaram

como uma causalidade entre o policiamento e o crime, e o encarceramento e o crime. Levando essa interpretação ao extremo, eliminar a polícia e as prisões acabaria com o crime. O erro dessa interpretação se deve a endogeneidade do policiamento ou do encarceramento, problema este, recorrente na literatura. Normalmente, quando uma área apresenta maiores índices de criminalidade, destacam-se mais policiais a esse local e quando aumenta a criminalidade no tempo, investe-se mais em polícia. Isto, por sua vez, resulta em mais prisões e temos uma correlação positiva entre polícia e criminalidade e torna difícil determinar a direção da causalidade. Entre alguns estudiosos brasileiros essa correlação demonstra a ineficiência da presença da polícia. Lewitt (1997), no entanto, demonstrou – usando um dado não relacionado à criminalidade e, portanto, exógeno –, a maior contratação de policiais antes de eleições nos EUA – que a polícia tem um efeito inibidor sobre o crime. De forma semelhante, usou em Levitt (1996) a superlotação de prisões que pode ser contestada legalmente nos EUA, resultando na libertação de prisioneiros – outro evento exógeno – para verificar o aumento do crime nessas ocasiões. Não foi possível encontrar estudos semelhantes no Brasil ou na América Latina, possivelmente pela ausência de dados necessários.

A legalização do aborto, embora fundamental para Levitt (e, provavelmente, muito importante para o crime no Brasil), só pode ser analisada ao longo do tempo, isto é, quando após a legalização, menos crianças indesejadas pelas mães chegam à idade de escolher entre a prática do crime ou a atividade legal.

Quanto aos efeitos da epidemia de crack, embora não tenha recebido a mesma atenção no Brasil, é um fenômeno que permite algumas especulações e pode ter relevância em nosso país. Levitt mostra sua correlação com o número de homicídios de jovens negros. A elevadíssima taxa de homicídios entre jovens negros é também uma constatação apontada para as principais capitais brasileiras por Andrade e Lisboa. É provável, e a evidência jornalística aponta nessa direção, que o tráfico de drogas frequentemente localizado nas favelas, devido a atuação reduzida ou dificultada da polícia, provoca um aumento de homicídios nas favelas, habitadas por uma população que tem proporcionalmente mais negros. Naturalmente isso seria uma constatação para o tráfico em geral, que seria apenas ampliada por um surto como é o caso do crack.

Desigualdade de renda e crime

Outra área de pesquisa econômica tem sido o efeito da desigualdade de renda sobre o crime, como em Lloayza e Lederman (1998), ampliado por Lederman, Loayza, e Menéndez (2002), que pode ser considerado um precursor de uma abordagem mais multidisciplinar, que inclui o capital social, e que é analisada com mais detalhe abaixo, na sessão de Capital Social e Crime. Nestes estudos longitudinais costuma emergir a influência da distribuição de renda que quanto mais desigual, maior a criminalidade. Glaeser (1999) levanta “uma razão para a desigualdade influir no crime (além do papel da pobreza apenas) é que a presença dos ricos pode aumentar os retornos do crime”, que pode ser considerado uma introdução às teorias de vitimização, expostas a seguir. A atenção dessas teorias concentra-se em características das vítimas que não têm relação com as características do criminoso, mas que têm influência sobre o número de crimes, pois, no caso em questão, a presença dos ricos aumenta os benefícios esperados da ação criminosa.

A heterogeneidade das comunidades representa um fator importante de aumento do crime em estudos empíricos americanos, mas normalmente considerada com heterogeneidade racial, étnica, religiosa ou cultural. É provável que a heterogeneidade de nível de renda provoque um efeito semelhante, em nível de comunidades, pois do mesmo modo que se confia mais em pessoas da mesma raça, religião ou cultura é provável haver uma falta de confiança entre ricos e pobres. A extrapolação deste raciocínio de comunidades para o nível de países, não é direta, mas esse é o teste de Lederman, Loayza, e Menéndez (2002). Suponha comunidades que tenham um determinado Gini. Ao se agregar várias comunidades de renda média diferente e Gini igual, num país, obter-se-ia um Gini superior (maior desigualdade) do que qualquer de suas comunidades, cujo Gini seria o que importa para o crime.

Possíveis problemas com as verificações empíricas

A econometria tem se desenvolvido num ritmo muito rápido nos últimos anos. Muitos resultados admiráveis do ponto de vista empírico têm sido alcançados por meio de técnicas econométricas novas. O problema, em alguns casos, é que uma quantidade cada vez menor de leitores se torna capaz de compreender a técnica usada e, portanto, julgar adequadamente os resultados.

Várias críticas aos trabalhos de Levitt se basearam na repetição de regressões com dados semelhantes, e num caso com dados iguais, após o que, Levitt assumiu que havia um erro no programa do computador, o que lhe valeu uma crítica importante na revista *Economist*. Outro exemplo, uma crítica metodológica ao trabalho de Lederman, Loayza, e Menéndez (2002) é feita por Eric Neumayer (2005) que concluiu que a desigualdade, normalmente representada pelo coeficiente de Gini, não tem um efeito significativo sobre o crime.

Os dois motivos que Neumayer apresenta para não considerar a desigualdade como influenciando no crime são empíricos: a falta de variáveis características dos países, que acabam se refletindo no coeficiente da desigualdade e a amostra restrita de países: de Lederman, Loayza, e Menéndez que usam até 37 (dependendo da disponibilidade de dados) contra os até 59 usados por Neumayer (2005). Algumas das regressões de Neumayer, apresentadas abaixo, acabam demonstrando a precariedade dos resultados que, em geral, dependem de inúmeros fatores, inclusive da técnica de regressão usada.

Resultados da Estimação para os coeficientes de Gini. (1980-97)						
	(1)FE	(2)FE	(3)FE	(4)FE	(6)GMM	(7)RE
In (roubo e furto)					0.930 (0.030) ***	
Coeficiente de Gini			0.012 (0.010)	0.013 (0.010)	-0.004 (0.005)	0.027 (0.009) ***
In GDP p.c.			6.128 (1.804) ***	5.621 (1.697) ***	-0.292 (0.855)	5.598 (1.564) ***
In GDP p.c. ao quadrado			-0.327 (0.104) ***	-0.310 (0.100) ***	0.016 (0.046)	-0.286 (0.088) ***
Crescimento Econômico			-0.006 (0.008)		-0.016 (0.007) **	-0.010 (0.008)
Taxa de Desemprego			0.030 (0.016) *	0.025 (0.015)	0.029 (0.009) **	0.061 (0.015) ***
% Urbana			-0.017 (0.018)		0.002 (0.003)	0.016 (0.008) **
Participação do Trabalho Feminino			0.095 (0.024) ***	0.089 (0.021) ***	-0.004 (0.003)	0.039 (0.012) ***
% de homens de 15 a 64 anos			-2.529 (7.821)		2.759 (2.488)	-6.571 (6.130)
Democracia			0.050 (0.016) ***	0.044 (0.014) ***	0.001 (0.008)	0.038 (0.014) **
Violação dos Direitos Humanos			0.255 (0.118) **	0.254 (0.114) **	-0.000 (0.045)	0.158 (0.097) *

	(1)FE	(2)FE	(3)FE	(4)FE	(6)GMM	(7)RE
Observações	135	134	182	182	112	182
Número de Países	33	33	50	50	46	50
R2	0.21	0.54	0.44	0.43		0.50
Sargan test over-ident.					103.03	
Restrições (valores de p)					(0.224)	
Teste de auto regressão 2ª.ordem					-0.75	
cOITelation (p-value)					(0.456)	
Hausman test chf						47.49
(p-value)						(0.0000)

Nota: A variável dependente é ln (taxa de roubo e furto) calculada para média de três anos.

Efeitos Fixos (FE), systems Generalized Method of Moments (GMM) and random effects (RE) estimation. Standard

Errors entre parênteses. Coeficientes da constante não reportados

* significante a $p < 1$; ** a $p < .05$; *** a $p < .01$

Esses resultados mostram que os efeitos sobre o crime (roubo e furto, neste caso) variam bastante, conforme a amostra utilizada, e conforme o modelo econométrico empregado. No caso do coeficiente de Gini que mede a desigualdade, na segunda linha do quadro acima pode-se verificar que seu efeito, entre positivo e negativo, varia de um nível de significância de 1% a de menos de 10%, ou seja, qualquer resultado parece ser possível desde que se mude a amostra ou a técnica de regressão.

Num artigo de Dillon, Miron e Summers (2000), os autores se perguntam “O que os economistas sabem sobre o Crime?” e a resposta é desencorajadora. “Mesmo hipóteses que encontram algum suporte em dados dos EUA para décadas recentes não são consistentes com dados de prazos mais longos ou dados de outros países.” É bem verdade que examinam correlações simples entre o crime e as variáveis usadas para explicá-lo, cientes das limitações dessas correlações. Várias correlações simples já foram estudadas, justificando relações muito mais complexas e por que não podem ser usadas em suas formas mais simples. O problema da complexidade dessas relações e dos testes que lhes foram aplicados é que se restringem a um número de autores muito pequeno, e, dentro desses autores que usam técnicas da mais elevada sofisticação disponível, nem sempre se chega a um consenso. Portanto, os resultados de Dillon, Miron e Summers se constituem mais num aviso que numa afirmação definitiva, que a teoria geral que se dispõe pode não ser tão geral como seus criadores propõem.

Enquanto os economistas se concentram na ação direta do estado sobre o crime, os sociólogos concentram sua atenção nos efeitos da sociedade sobre o crime. Nas discussões de

política, esses dois enfoques resultam frequentemente em posições antagônicas, mas no estudo sério do crime essas visões são complementares.

Estudos das causas do crime na Sociologia

Glaeser (1999) afirma que os “fatores relacionados ao custo de oportunidade do crime também só podem explicar uma parcela pequena da variância das taxas de criminalidade no tempo e no espaço.” Para Glaeser, são três os tópicos mais importantes a serem estudados na análise do crime: “a elasticidade do crime em relação à dissuasão, causas sociais do crime e a endogeneidade do policiamento”. A análise da elasticidade e da endogeneidade é o que fazem boa parte dos economistas que estudaram o crime, principalmente Lewitt.

Já no foco da Sociologia, existem duas vertentes importantes no estudo empírico da criminalidade, um que se concentra nos efeitos do meio ambiente sobre o indivíduo e outro que se concentra em características da vítima. Cabe um destaque para o pioneirismo do trabalho de Shaw e McKay (1942), que estudando a evolução urbana da cidade de Chicago desenvolvem o conceito de desorganização social e demonstram que este é responsável pelo aumento da criminalidade, sobretudo entre os jovens.

Trabalhos subsequentes evoluem para o conceito de eficácia coletiva: “coesão entre os residentes de uma vizinhança combinada com expectativas comuns de controle informal do espaço público”, conforme definição de Sampson e Raudenbush (2001). Esses enfoques enfatizaram características de unidades geográficas, desde o quarteirão até o país, para explicar diferenças de criminalidade. Essas características são resumidamente pobreza, elevada mobilidade geográfica e heterogeneidade étnica ou racial, para os EUA.

É difícil situar teoricamente os efeitos de vizinhança sobre o crime. Em sua resenha dos efeitos da vizinhança sobre a infância e a juventude (não somente de crimes) Sampson, Morenoff e Gannon-Rowley (2002), após detectarem um aumento considerável do número de artigos tratando do assunto na segunda metade da década de 1990, destacam quatro categorias de mecanismos de vizinhança, que, embora relacionados, parecem ter validade independente:

1. *Ligações Sociais/Interações*: citam o capital social como realizado por meio de relações sociais e medido, nos estudos resenhados, por suas dimensões como a densidade das relações sociais entre vizinhos, a frequência da sua interação social e padrões de vizinhança.
2. *Normas e Eficácia Coletiva*: a disposição de intervir pode depender, além das ligações sociais, de confiança mútua e expectativas comuns. Além disso, não é provável que se intervenha se as regras não são claras e as pessoas não confiam umas nas outras ou temem umas as outras. *É a ligação entre a confiança mútua e a disposição mútua de intervir pelo bem público que captura o contexto de vizinhança que Sampson et al. (1997) chamaram de eficácia coletiva.* Além disso, constroem a medida de eficácia coletiva combinando escalas de capacidade de controle social informal e de coesão social.
3. *Recursos institucionais*: *pelo menos teoricamente, se referem à qualidade, e quantidade e diversidade de instituições na comunidade que visam as necessidades dos jovens, tais como bibliotecas, escolas e outros centros de estudos, creches, facilidades recreativas e sociais, cuidados médicos, centros de apoio à família e oportunidades de emprego.*
4. *Atividades de rotina*: seriam como *a forma do uso do solo e a distribuição ecológica das atividades de rotina diária (na vizinhança) que afetam o bem-estar das crianças.* Exemplificam a localização de escolas, áreas mistas residenciais, comerciais e industriais, entroncamentos de transporte público ou grandes contingentes de visitantes noturnos, que influem no contato das crianças com conhecidos e desconhecidos.

Os autores revelam ainda a grande dificuldade de obtenção de dados com as duas últimas categorias de mecanismos de vizinhança: recursos institucionais e atividades de rotina.

Mas a constatação mais importante, do ponto de vista teórico, é que nos dois primeiros canais de atuação da comunidade, as interações sociais e as normas se realizam pelas medidas do capital social: confiança, redes e normas. Para se chegar à noção de eficácia coletiva, faltaria apenas a vontade de intervir. Imagine-se uma comunidade altamente confiante em si, porém, sem iniciativa de ação para a manutenção do bem comum. O que pode ser um exemplo, seria a comunidade mórmon americana, que atacada por um estranho que acaba assassinando várias meninas em uma escola, decide, possivelmente por convicção religiosa, não se defender explicitamente contra eventuais novos crimes, semelhantes.

Mas, mesmo essa vontade de intervir se assemelha à participação cívica que, embora não conste da definição estrita de Putnam (2000), é amplamente documentada por ele como evidência do declínio do capital social americano.

Portanto, se fosse possível medir correta ou completamente o capital social, essa medida englobaria os mecanismos de vizinhança à exceção dos dispositivos institucionais e as atividades de rotina e parcialmente a vontade de intervir.

Sampson (2006) recentemente explicita melhor a relação entre a eficácia coletiva e o capital social: “o ponto chave teórico é que *as redes sociais têm de ser ativadas para atingir seu sentido definitivo*” (grifo no original). Considera importante a distinção entre o potencial representado por ligações entre as pessoas e “expectativas de ação compartilhadas entre vizinhos, representadas pela eficácia coletiva”. Segundo ele, “as redes sociais suprem as condições sob as quais a eficácia coletiva pode florescer, mas não são suficientes para o exercício do controle”. Sampson defende que as redes não precisam ser densas – “muitos habitantes de cidades têm uma interação limitada com seus vizinhos, e, no entanto, geram capital social específico para a comunidade”. Destaca a importância de interconexões entre as vizinhanças, abrindo mão, dessa forma, das conexões limitadas geograficamente, ou seja, entre vizinhos, que permeiam a literatura americana. No Brasil, e em São Paulo particularmente, onde o conceito de bairro e de suas fronteiras é muito mais elástico, essas teorias de conexão geográfica são de difícil aplicação, dando um espaço maior para as interconexões entre vizinhanças. Nessa literatura, um ponto que merece ser destacado é que os efeitos da vizinhança sobre o crime normalmente foram sobre a juventude dessas áreas e conseqüentemente sobre a oferta de novos criminosos. Inicialmente, em Shaw e McKay (1942) o estudo se resumia a jovens que atuavam em gangues, no bairro em que moravam. A origem do criminoso e o local do crime se confundiam. Porém, posteriormente, e pelos relatos sobre o crime no Brasil em particular, a hipótese de o criminoso praticar crimes no seu bairro perdia a validade. Na literatura americana essa hipótese parece implicitamente ser mantida. Uma referência ao assunto foi encontrada na resenha/síntese dos efeitos da vizinhança sobre a infância e a juventude de Sampson, Morenoff e Gannom-Rowley (2002):

Outra desconexão entre a teoria e o desenho relaciona-se à prática comum em pesquisa de efeitos da vizinhança de só dar atenção às características do lugar de residência do indivíduo. Embora, aparentemente natural, o problema com esse enfoque seja que muitos comportamentos de interesse (por exemplo, roubar,

fumar, tomar drogas) ocorrem em locais (por exemplo, escolas, parques, áreas centrais da cidade) fora das quais o indivíduo envolvido nessas atividades vive.

Depois de citar como indivíduos *em cidades modernas americanas* desenvolvem atividades em várias vizinhanças, concluem:

Portanto, vale a pena levar a sério teorias contextuais que focam mais em eventos comportamentais que em diferenças individuais – por exemplo, como as vizinhanças se saem no papel de guarda ou socialização de seus próprios espaços públicos. A literatura das taxas de criminalidade frequentemente usa essa estratégia localizando a incidência de eventos de crime em vez da residência dos que os praticam.

Esta será também a estratégia usada neste trabalho, devido a algumas indicações, como a que os criminosos da favela não praticam seus crimes na favela (até mesmo por necessidade de proteção). A escolha da hipótese de que os criminosos se movem e escolhem os locais para a prática de crimes fora do local de sua residência parece mais realista para a sociedade brasileira, onde o “bairro” é um conceito muito mais flexível e menos concreto que nos EUA.

Ainda assim, Sampson (2006) mantém que

transgressores estão desproporcionalmente envolvidos em atos de violência próximos as suas casas. Isso implica que o risco de violência é aumentado pela proximidade geográfica de lugares em que transgressores conhecidos vivem ou de lugares caracterizados por fatores de risco, como concentração de pobreza e eficácia coletiva baixa.

Do ponto de vista da vitimização, ou seja, das características das vítimas, desenvolveram-se a análise de estilos de vida de Hindelang, Gottfredson and Garofalo (1978), e de modelos de oportunidade de vitimização de Cohen, Kluegel and Land (1981), sendo este último uma sequência ou complementação do primeiro.

Cohen, Kluegel e Land (1981) propõem um modelo de “oportunidade para vitimização predatória”, partindo da ideia do crime como resultante de um encontro entre a vítima e o criminoso. O encontro desses dois no espaço e no tempo, na ausência de um guardião adequado, propicia as condições para a ocorrência do crime. O risco de vitimização criminal é visto como dependente do estilo de vida e das atividades rotineiras das pessoas e/ou de suas propriedades que levam a um contato direto com potenciais infratores.

Eles iniciam o estudo analisando a hipótese de que a desigualdade social, medida por renda de cor e de idade, afeta a possibilidade de ser vitimado. Citam, apontando a literatura relevante, a crença de que pobres velhos e não brancos têm maior probabilidade de serem vítimas de crimes, que passam a estudar e, em parte, a refutar. O efeito da desigualdade social se dá por meio da “mediação de cinco fatores associados ao risco de vitimização”: (i) exposição; (ii) capacidade de proteção ou guarda da vítima por ela mesma ou por outrem; (iii) proximidade da vítima e de potenciais agressores; (iv) atratividade dos potenciais alvos, e (v) características de tipos específicos de crime.

Embora bastante evidentes, é interessante detalhar um pouco mais tais fatores, inclusive para facilitar seu uso posterior, neste estudo:

Exposição – “visibilidade física e acessibilidade de pessoas e objetos a potenciais infratores.”

Proximidade – “a distância física entre áreas onde potenciais alvos do crime residem e áreas onde populações grandes de potenciais infratores são encontradas.”

Proteção – “a efetividade de pessoas (por exemplo, donas de casa, vizinhos, pedestres, seguranças particulares e agentes da lei) ou objetos (por exemplo, alarmes de roubo, trancas, janelas com proteção) para prevenir a ocorrência de violações. A hipótese de que o infrator tenha uma reação a alvos mais bem guardados é chamada de “postulado do comportamento racional” pelos autores em artigo anterior (COHEN; KLUEGEL e LAND, 1980).

Atratividade dos alvos – “quanto às pessoas e propriedades-alvo são desejáveis para potenciais infratores, bem como a inércia percebida desses alvos a tratamento ilegal (por exemplo, peso, tamanho, trancamento de propriedade, que inibem sua remoção e a capacidade física das pessoas para resistir a um ataque).” Os autores também diferenciam a atratividade em função da motivação do infrator, primariamente instrumental, “se o ato é o meio de adquirir algo que se deseja” ou expressivo se o ato de atacar uma pessoa ou roubar uma propriedade é a única recompensa de fazê-lo.

Propriedades de crimes específicos – “as características de crimes específicos que restringem ações estritamente instrumentais por potenciais infratores. Por exemplo: muitos furtos são menos difíceis de cometer e requerem menor conhecimento das atividades de rotina da vítima do que

furtos em residências. Tais restrições limitam a habilidade de potenciais infratores de consistentemente agir contra alvos que maximizariam seu ganho econômico, portanto, obrigando-os a escolher alvos menos atrativos.

Do ponto de vista das condições de atratividade da vítima, seria importante distinguir as condições econômicas, como renda e riqueza e de proximidade entre a residência da vítima e do agressor potencial, normalmente refletidas nos preços dos imóveis e dos respectivos aluguéis das condições não monetárias do estilo de vida que a vítima desenvolve, tais como diversão noturna, consumo de álcool e de drogas, e vida social intensa. Da mesma forma, a autodefesa das potenciais vítimas pode ser feita incorrendo em despesas com segurança ou por meio da abstinência dos estilos de vida acima citados, cujo custo é difícil, se não impossível de mensurar monetariamente.

3. VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

Capital social

Segundo Putnam (2000), o termo capital social foi inventado independentemente pelo menos seis vezes durante o século XX, e cita, por exemplo, um supervisor de escolas rurais de West Virginia, escrevendo em 1916. Alguns autores traçam a origem acadêmica do estudo do capital social a Pierre Bourdieu:

O capital social é um atributo do indivíduo num contexto social. Pode-se adquirir capital social através de ações direcionadas e pode-se transformar o capital social em ganhos econômicos convencionais. A habilidade de fazê-lo, no entanto, depende da natureza das obrigações sociais, conexões, e redes disponíveis. (BOURDIEU, 1986).

Ainda segundo Putnam (2000), é Coleman (1988 e 1990) quem coloca o termo “firme e finalmente” na agenda intelectual no final da década dos anos 80. O próprio Putnam (1993 e 2000) deve ser citado nessa evolução, por ter tornado o capital social mais conhecido, pelos seus estudos de leitura agradável e sem o hermetismo e o jargão característicos de boa parte dos textos acadêmicos. Putnam, embora nem sempre use a precisão analítica desejável em estudos acadêmicos, introduz citações de romances, estudos de casos reais e, sobretudo, uma impressionante pesquisa da literatura e de pequenas instituições para demonstrar seus pontos.

Sobel (2002) ressalta a similaridade da definição de Bourdieu, que certamente não tem como base a metodologia econômica, com a definição bem mais recente de Glaeser, Laibson e Sacerdote (2000), que definem “o capital social individual como característica social da pessoa – incluindo habilidades (skills) sociais, carisma, e o tamanho do seu Rolodex, que lhe permitem colher retornos de mercado e de fora do mercado resultantes da interação com outros”. Essa definição é usada pelos autores para construir um modelo econômico (de escolha racional) do capital social.

Na literatura subsequente a Bourdieu, podem-se notar pelo menos duas vertentes que lidam com aspectos diversos encontrados na definição de Bourdieu: a ênfase na criação de capital social por meio do esforço (investimento) em participar de redes sociais e ênfase na “natureza das obrigações sociais, conexões, e redes disponíveis”. Na primeira pode-se investir em capital social e construir um modelo de escolha racional, de modo a equilibrar os custos do investi-

mento com os benefícios da posse de capital social. Na segunda, o capital social é herdado, de costumes, tradições e, sobretudo, instituições e normas, tendo muito pouco da característica de capital a ser constituído pelo investimento. Exemplos do primeiro enfoque são os trabalhos de Glaser, Laibson, Scheinkman e Souter (2000), Coleman (1990) e os trabalhos de redes sociais, notadamente de Ronald Burt. Exemplos da segunda são os trabalhos sobre confiança, citados abaixo, e toda a literatura relativa à cultura.

Essas duas vertentes acabam, às vezes, tornando-se antagônicas na literatura. Sobel (2002), por exemplo, aponta uma contradição na obra de Putnam, que no seu estudo sobre a Itália (1993) traça a origem histórica do maior capital social no Norte, comparado ao Sul do país, ao século XII, enquanto no estudo do declínio do capital social nos EUA (2000) aponta para a necessidade de se promover o capital social. Se o capital social é herdado, não adiantaria procurar aumentá-lo. Provavelmente um enfoque equilibrado indicaria que parte do capital social é herdada e parte se constrói. Sobel (2002) aponta, ainda, para uma diferença entre o capital social adquirido com custos e o adquirido sem custos, ponto defendido por Arrow (1972) referindo-se a: “crianças aprendem a sua primeira língua sem calcular”, “pessoas nascem nobres ou de uma etnia” e “o capital social derivado de amizades da infância”. Acrescentaria a associação para atividades esportivas (talvez, exceto as de socialização como o golfe) que também se enquadraria na aquisição de capital social sem custo. Em resumo, a definição de capital social apresenta problemas insuperáveis segundo alguns de seus críticos e, às vezes, remediados com a inclusão de efeitos do capital social em sua definição, o que também pode ser problemático. Mas como seu uso foi disseminado amplamente e como existe uma concepção de seu significado, o uso do conceito é válido e importante.

Capital social e crime

O conceito de capital social não teve o seu desenvolvimento ligado ao crime e à violência e teve de ser integrado às teorias de criminalidade. O capital social, no entanto, pode ser visto como uma evolução dos conceitos de organização social usados para explicar a criminalidade e a violência, embora de maneira não explícita. Há outras coincidências entre as características e origens dos estudos sobre o crime e os estudos do capital social.

Por exemplo, os estudos pioneiros situando as causas da criminalidade nas comunidades ou vizinhanças, ocorreram na *School of Urban Sociology* da Universidade de Chicago. Nessa escola foram também desenvolvidas as evoluções subsequentes e, finalmente, estudos do capital social como no caso da definição de Coleman (1990), citada acima.

Os estudos de criminalidade foram, sobretudo, empíricos, embora, frequentemente, incorporassem noções teóricas inovadoras. Essas características também se encontram em alguns dos estudos mais influentes do capital social, desenvolvidos por Putnam.

Nos estudos empíricos, o capital social tem sido medido em seu aspecto coletivo, ou como um ativo de um grupo de pessoas numa comunidade ou mesmo de um país. Mais recentemente, os estudiosos do capital social têm se voltado para os determinantes individuais do capital social. Para construir uma teoria do capital social, com ênfase no *capital*, Glaeser, Laibson, Scheinkman e Souter (2000) defendem a necessidade de se partir do indivíduo para se construir uma teoria (microeconômica) coerente. Seria necessário que as pessoas, individualmente, investissem em capital social, visando colher os retornos que o capital social proporciona em nível individual. A economia experimental também foi usada, neste estudo, para avaliar o capital social das pessoas por meio de jogos de cooperação remunerados. Isso foi replicado no Brasil por Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2003), o que aumenta sua importância para esta tese.

Uma digressão sobre externalidades

Além de descartar o capital social exógeno, outro problema importante que surge com base nesse enfoque é o de como realizar a agregação dos efeitos dos capitais sociais individuais para se chegar ao efeito do capital social coletivo. Glaeser, Laibson, Scheinkman e Souter (2000) chamam a atenção para o problema das externalidades e Collier (1998) propõe três externalidades do capital social: as que aumentam o estoque de conhecimento, as que reduzem o escopo para comportamentos oportunistas e, relativo a essa última, as que melhoram o problema do *free rider* da ação coletiva. Havendo externalidades, o efeito agregado do capital social é diferente do efeito da agregação de efeitos dos capitais sociais individuais. Isso poderia ser um dos motivos para Sampson e seus coautores só aceitarem análises no nível de comunidades, desprezando a investigação teórica micro/macro. Na realidade, o problema pode ser ainda mais complexo se o capital social de uma comunidade não puder ser obtido por meio da soma dos capitais sociais individuais.

Uma explicação interessante da redução do escopo para comportamentos oportunistas é dada por Yamamura (2009), em que testa o efeito do capital social sobre o crime no Japão, usando as municipalidades japonesas como unidade de análise. Considera que o custo de cometer um crime depende não só das sanções formais, como em Becker, mas também das sanções informais como o “estigma que é colocado numa comunidade com vínculos fortes”. É interessante aprofundar esse raciocínio, pois normalmente se considera o efeito do capital social como inibindo o crime por uma preocupação comunitária que resulta em vigilância e preservação do bem-estar. Nessa nova interpretação é como se cometer um crime resultasse na perda de capital social do criminoso, aumentando os custos do crime.

Se aplicarmos esse tipo de raciocínio ao sistema criminal e à polícia em particular, teríamos um efeito de atuação direta sobre o crime, evitando crimes potenciais por meio de seu efeito direto como guardião. Já o efeito inibidor indireto “de cálculo” da probabilidade de ser preso e do custo consequente seria uma externalidade gerada pela maior eficiência da justiça criminal. Teríamos que separar o policiamento ostensivo do investigativo, caso tivessem efeitos muito diversos sobre o crime, o que provavelmente é verdade. Becker, então, estaria retratando apenas as externalidades, embora, possivelmente, os estudos empíricos a que deu origem estejam medindo todos os efeitos, do mesmo modo que os do capital social. Finalmente, do ponto de vista teórico, o problema gerado pelas externalidades é que o investimento em capital social realizado pelos indivíduos seria subótimo, justificando uma intervenção do governo.

Após as considerações de externalidades, passamos ao problema de economias externas na produção de capital social. Este fenômeno, semelhante em alguns efeitos empíricos, é totalmente diverso sob o ponto de vista teórico. Ele ocorre se o capital social de uma comunidade influi no capital social do indivíduo, problema esse exemplificado pelo imigrante de uma sociedade com capital social baixo que migra para uma comunidade de capital social mais elevado. Essa consideração é importante, pois estaríamos diante de uma dinâmica que leva a dois equilíbrios distintos. Se todos numa sociedade possuem uma confiança maior nos outros em determinado momento, isso gerará maior confiança nos novos membros da comunidade, que, por sua vez, irá gerar mais capital social coletivo e um círculo virtuoso de desenvolvimento da confiança. Já numa sociedade de pessoas pouco confiantes, teríamos um círculo vicioso. O grau de confiança medido pelo *World Values Survey* (WVS) em vários países não denota esse padrão de concentração nos extremos, conforme a tabela abaixo. Pode-se também verificar que o Brasil é o país que

tem o menor nível de confiança de todos os pesquisados pelo WVS, o que merece uma atenção maior do que a que foi dada até o momento, pelos pesquisadores ao assunto.

Fonte: WVS (1995-1997) citado em Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira, 2003.

A posição do Brasil poderia ser o resultado de um círculo vicioso ou seria resultado de acontecimentos históricos?

Cabe uma análise de teorias que se opõe à do capital social gerado por decisões individuais de investir. Estas outras apontam para a influência no capital social coletivo de fatores como instituições e normas “herdadas”, ou seja, da cultura cívica. Alguns desses aspectos são abordados abaixo, na literatura sobre a confiança. Mas como exemplo de interpretações, nesse sentido, poderia citar a literatura de desenvolvimento comparado. A colonização americana feita por famílias britânicas, deslocadas por motivos religiosos, contrasta com a colonização brasileira, realizada em grande parte por portugueses solteiros e por criminosos. A colonização diferente teria dado aos EUA uma considerável vantagem em termos de capital social. A colonização diversa resulta, entre outros, em: religião diferente; diferenças de raças; homogeneidade racial e étnica; código jurídico anglo-saxão em contraste com o romano, e, provavelmente, cultura cívica e capital social diverso.

O que se argumenta, em resumo, é que esses pontos de partida históricos distintos podem resultar em diferenças muito importantes de capital social, que não encontram explicação

nas teorias baseadas na racionalidade do indivíduo. Caso se leve em conta a dependência da trajetória, os resultados alcançados podem ser dramaticamente diversos, relegando as teorias com base na racionalidade a explicações de diferenças locais.

Confiança e confiabilidade¹

Para Putnam, numa das definições mais citadas, o capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficiência da sociedade (PUTMAN, 1993).

Pelo menos duas dessas características, a confiança e as redes sociais, foram objeto de linhas de pesquisa independentes da de capital social. A confiança é frequentemente usada como a principal medida de capital social e por isso alguns conceitos e estudos em relação à confiança são

1. Trust e confiança – uma nota de tradutor

Segundo o dicionário Houaiss, entre os vários significados de confiança, ela é “crença na probidade moral, na sinceridade afetiva, nas qualidades profissionais etc., de outrem, que torna incompatível imaginar um deslize, uma traição, uma demonstração de incompetência de sua parte; crédito, fé”. Já segundo o Aurélio, além de “segurança íntima de procedimento”, “crédito, fé”, confiança significa “segurança e bom conceito que inspiram as pessoas de probidade, talento, discrição”.

Essas definições parecem similares com as da palavra inglesa *trust*, que segundo o Merriam-Webster significa “assured reliance on the character, ability, strength, or truth of someone or something, one in which confidence is placed”, embora esta última palavra inglesa *confidence*: “faith or belief that one will act in a right, proper, or effective way” replica com maior fidelidade o significado de confiança.

Trust em inglês é mais assertivo – assured reliance, tem um peso maior em termos de segurança, enquanto *confidence* – faith or belief –, tem mais um conteúdo de crença ou fé. Sztompka cita as três orientações com as quais o ser humano pode enfrentar a incerteza e o risco: hope (esperança), confidence (confiança) e trust (também confiança). Esperança, segundo o autor, é um sentimento passivo, vago, não racionalmente justificado que as coisas terminarão de forma positiva, ou melhor, para o bem. Confiança, embora ainda passiva, tem mais foco e é a fé, em certa extensão justificada, em que algo bom acontecerá. Ambas orientações são “contemplativas, destacadas, distanciadas e sem comprometimento”. Já *trust* tem a ver com “opções forçadas” (William James), em que nos comprometemos ativamente e não há mais como colocar a eventual culpa de algo sair errado em outrem.

Trust tem, provavelmente, uma origem escandinava e não existe em português palavra com a mesma origem. Portanto, só nos resta usar a palavra confiança, de origem latina, como tradução próxima e acrescentar mais uma dificuldade às inúmeras definições existentes nos textos em inglês que estudam a confiança.

Finalmente, e talvez mais importante para este texto, é o significado no Merriam-Webster de *trust* como “dependence on something future or contingent”, pois este não tem paralelo em confiança no português.

abordados a seguir. Frequentemente a confiança foi estudada de forma totalmente independente do capital social.

Segundo Sztompka, “a confiança é uma aposta no futuro contingente às ações dos outros”. Como a confiança depende dos outros, confiar baseia-se numa estimativa da confiabilidade dos outros. Embora na literatura se use quase sempre o termo confiança, frequentemente, a variável mais importante é a confiabilidade (*trustworthiness*), isto é, a qualidade de ser digno da confiança, confiável.

Numa definição mais material, a gosto dos economistas, “a confiança é definida como o comprometimento de recursos a uma atividade cujo resultado depende do comportamento cooperativo de outros” (GLAESER; LAIBSON; SCHEINKMAN e SOUTER, 1999) e para esses autores “a confiabilidade é definida como um comportamento que aumenta os retornos das pessoas que confiam em você”. Essas definições, por serem unidimensionais, perdem as outras dimensões (não pecuniárias) da confiança, mas permitem realizar certos experimentos e mensurar aspectos interessantes.

Sztompka afirma que a confiança não é apenas uma relação de cálculo, mas também uma “propensão psicológica”. Ser confiante ou o contrário, ser cauteloso, suspeitar, são qualidades que independem da estimativa de confiabilidade, ou seja, do conhecimento do engajamento do outro no futuro. Ser confiante ou não deriva do histórico de relações vividas, com confiança ou suspeição.

Com fundamentos “genealógicos” semelhantes, mas em escala diferente, encontram-se os valores culturais que podem encorajar confiança ou desencorajá-la.

Numa visão quase oposta, Russel Hardin defende, dentro de uma visão analítica (de escolha racional), uma definição bem mais restrita de confiança, contrária à “venerável tradição” que, segundo o autor, possui “prazeres retóricos sedutores” inegáveis. Para ele, a confiança é uma expressão de interesse encapsulado: confiar em alguém com respeito a algum assunto significa ter uma expectativa de que essa pessoa tem bons motivos para agir em meu interesse naquele assunto, motivos esses baseados em meu interesse. Ou seja, o interesse do outro encapsula o da pessoa que confia.

O modelo de Hardin baseia-se na equação: A confia em B para fazer X (ou com respeito a X). Lembra que para que A confie em B , é necessário que B tenha motivação para fazer X , mas também a competência para fazê-lo. Ninguém quer um agente incapaz. Mas também é necessário para haver a confiança de A , que A tenha competência para julgar B . Essa competência pode ser delegada a um terceiro agente (agências de *ratings* de crédito seriam um exemplo), porém, na política tais agências são difíceis de encontrar, até porque agências em competição podem estar guiadas por interesses em conflito.

De um modo geral, a conceituação de Hardin leva à conclusão de que não há motivos para se esperar confiança no governo e em instituições em geral, deduzindo ser normal a queda de confiança generalizada em sociedades mais complexas e dinâmicas.

Algumas observações de Hardin são dignas de nota. Ele se insurge contra a noção de que é importante confiar mais, conforme alguns autores defendem, pois não faz sentido confiar em quem não é confiável.

O autor acha que a relação dos cidadãos com o governo não é, em geral, de confiança ou desconfiança, mas expectativas indutivas. Ainda segundo Hardin, uma ação que se repete em termos de comportamento humano normalmente não se baseia em interesses ou teorias definidos como nas ciências exatas. Portanto, não produz confiança, mas apenas expectativas indutivas de que determinado comportamento repetido no passado, continuará se repetindo no futuro.

Para Levi (1996): “A confiança é mensurável por baixos investimentos em informação, monitoramento e sanções onde ocorrem, *ceteris paribus*, riscos no desempenho de quem foi objeto da confiança com consequentes custos altos para quem confiou”.

Warren chama a atenção para o paradoxo que existe nas sociedades modernas, mais complexas, mais diferenciadas e mais interdependentes. De um lado permitem ao indivíduo expandir suas escolhas de vida, mas, do outro, as interdependências maiores aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos e a maior complexidade reduz a capacidade do indivíduo de monitorar as vulnerabilidades às quais está sujeito.

Abre-se hoje um abismo entre os limitados recursos cognitivos do indivíduo e sua habilidade de conhecer e julgar as contingências às quais está sujeito. Os indivíduos atravessam esse abismo sem conhecer suas vulnerabilidades, mas confiando nos outros, nas instituições e

nos sistemas. Essa extensão da confiança, especialmente a estranhos e em instituições, permite a coordenação de ações em grandes domínios de tempo e espaço. Essa coordenação, por sua vez, permite auferir as benesses de sociedades mais complexas e diferenciadas.

Segundo Warren, confiança é um modo de descrever como grupos de indivíduos pressupõem a boa vontade de outros a respeito de interesses comuns, bem como as divisões de conhecimento necessárias para a utilização de regras explícitas de ação coletiva.

A cultura da confiança é, segundo Sztompka, “um sistema de regras — normas e valores — que regulam o oferecimento, o encontro, o retorno e a reciprocidade da confiança”, ou seja, regras sobre confiança e confiabilidade. Sua importância é levada a extremos por Fukuyama, que define confiança como “um hábito ético herdado”, de natureza cultural, por ser herdado de “comunidades preexistentes de normas ou valores comuns”.

Warren ressalta a importância de dois tipos de confiança cultural: a confiança em estranhos, definida como confiança generalizada, e a confiança em pessoas conhecidas, da mesma família, clã ou grupo, definida como confiança particularizada. É a confiança generalizada que tem importância para a economia, “possibilitando a coordenação de ações através do tempo e do espaço sem demandar leis, contratos e regras explícitas que se constituem em defesas contra o risco, caras e desajeitadas.” Como horizontes éticos compartilhados facilitam as transações na economia, reduzindo os custos de transação (e nos permitimos acrescentar os custos de informação), admitem a construção de instituições de larga escala e complexidade com a divisão do trabalho e consequente especialização. É dessa confiança generalizada, que trata a pergunta do WWS, à que retornaremos algumas vezes abaixo.

Essa cultura da confiança será fundamental ao analisarmos alguns estudos empíricos de geração de confiança em que essa cultura será representada, em termos de pertencer a grupos raciais, étnicos ou religiosos (vide, por exemplo, ALESINA e LA FERRARA, 2000).

Zucker (1968) inclui nas formas de geração de confiança aquelas com base institucional, em que a confiança liga-se a estruturas sociais formais dependendo de atributos específicos do indivíduo ou da firma ou de mecanismos intermediários. A confiança gerada por mecanismos interpessoais apenas não explica a confiança entre comunidades e impossibilita a geração de confiança por intermédio de meios disponíveis ao governo. As formas institucionalizadas de

confiança complementam a confiança interpessoal e sancionada culturalmente na facilitação das relações sociais e econômicas.

Um exemplo de instituição que influi na confiança é o sistema jurídico que depende do regime legal vigente em cada país.

La Porta *et al.* (1998), por exemplo, estudam o efeito das leis sobre o mercado de capitais por origem do sistema legal de cada país. O direito comercial, segundo esses autores, origina-se de duas tradições ou famílias de direito, a *Common Law*, originária da Inglaterra, e a *Civil Law*, que tem sua origem no direito romano. A *Civil Law* se subdivide, ainda, em três famílias importantes: de origem francesa, germânica e escandinava. Embora ao longo dos anos cada país possa ter incorporado algumas características de outros sistemas, as características da tradição originalmente adotada permanecem dominantes. Os autores citam as tradições religiosas do direito judaico, o direito canônico, o direito hindu e o direito muçulmano, mas alegam que a legislação econômica foi caracterizada pelo direito, inicialmente mandatário, do colonizador. Nesse sentido, embora o sistema legal da Índia seja hindu na sua origem, o direito econômico baseia-se na *Common Law*; já nos países árabes, a base muçulmana convive com o direito francês no que tange à legislação econômica.

Os países tipicamente adotam seus sistemas legais involuntariamente (através de conquista ou colonização). Mesmo quando escolhem livremente seu sistema legal, como no caso das antigas colônias espanholas, as considerações cruciais foram o idioma e o posicionamento político geral da lei, e não o tratamento da proteção dada ao investidor. A família jurídica pode, portanto, ser tratada como exógena em relação à estrutura de propriedade e finanças das empresas de um país. (LA PORTA *et al.*, 1998, p. 1126).

Essa exogeneidade do sistema jurídico é importante, já que existe uma correlação entre o capital social e o funcionamento do sistema jurídico. A direção de causalidade seria, portanto, do sistema jurídico para o capital social e não o oposto. Confia-se mais onde o sistema jurídico é eficaz e o sistema jurídico, em países como o Brasil, foi herdado. Isso levaria a justificar que, pelo menos em relação à confiança, o capital social é pelo menos, em parte, decorrência da história e não das decisões (racionais) de seus cidadãos.

4. HIPÓTESES E METODOLOGIA

Os três institucionalismos

Antes de sugerir, na próxima seção, como diversas teorias do crime poderiam ser colocadas num mesmo quadro, como se fossem peças de um quebra-cabeça, procuramos, nesta seção, examinar algumas características de sua construção e verificar possíveis incompatibilidades ou complementações. Há uma ênfase na escolha racional por dois motivos: o primeiro é por resultar, normalmente, em teorias mais bem estruturadas – hipóteses, modelo e proposições testáveis – e possivelmente, as mais gerais, aplicáveis mais universalmente. Segundo, porque o autor desta tese se sentiu ao longo de quarenta anos, dividido entre a admiração pelo corpo teórico construído, fundado na premissa da escolha racional, e o desprezo quanto ao modo simplório e pouco convincente de postular o comportamento humano.

No curso de graduação em Economia, a teoria econômica básica, cujo ponto de partida é o postulado da racionalidade, seja do consumidor, seja da firma, parece apresentada como dogma. O questionamento desse postulado se deve a inúmeras ações humanas que não parecem se encaixar ou não podem ser deduzidas dessa hipótese. O primeiro questionamento, desse postulado foi encontrado por este autor num artigo de John Keneth Galbraith, mostrando os problemas com a construção da teoria quando os gostos do consumidor, tomados como dados, podem ser influenciados. Na economia racionaliza-se o efeito da publicidade como mera informação a ser absorvida e processada pelo indivíduo, de modo parecido com o efeito da publicidade nas eleições, em certos modelos de ciência política. Considera-se que o consumidor é afetado meramente pelo uso que pode fazer dessa informação, passando a utilizá-la para racionalmente decidir consumir ou não o produto ou votar num partido ou candidato. É difícil classificar como informação o que é transmitido por uma mulher bonita, em trajes sumários, ao lado de um automóvel, sobre o qual, supostamente se informa, ou de um cantor conhecido, fazendo um espetáculo ao lado de um político cujas ideias ou programas se pretendem conhecer.

Na publicidade, que hoje já é uma ciência ou pelo menos uma área do conhecimento social importante, experiências de propaganda subjetiva que são capazes de fazer uma pessoa (ou um cão ou um gato), assistindo à televisão, ter vontade de consumir determinado produto naquele momento, demonstram que há influência nos gostos e preferências e não simplesmente informação. Embora não tenha conhecimento de modelagem que inclua uma alteração dos

gostos ou das preferências do consumidor ou do eleitor num modelo, parece que pode acarretar mudanças de conclusões importantes.

Outro ponto de desconforto trata da racionalidade que o autor da teoria imputa ao indivíduo. Na realização do experimento de confiança de Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2002), foi possível descobrir que pessoas que tinham frequentado os cursos de microeconomia e, em particular, teoria dos jogos, tinham um viés contra confiar, devendo ser evitadas para que o experimento retratasse com maior acuidade a confiança da população. Pode-se, então, deduzir duas explicações: ou a “racionalidade” tem de ser ensinada, não é inata (a população confia, irracionalmente, no sentido da teoria dos jogos), ou a confiança não se enquadra num jogo simples de duas pessoas e, sim, num mais complexo, em que a confiança gera uma expectativa de reciprocidade geral e, portanto, de ganho coletivo, que pode ser internalizado pelo indivíduo mesmo quando interage com apenas uma pessoa, e o indivíduo tem conhecimento disso.

O indivíduo, além de racional e onisciente, tem as preferências que o autor lhe imputa: no nosso caso, supõe-se que maximiza a renda do experimento de confiança. Mas, se o indivíduo racional e onisciente maximizar a renda de longo prazo obtida por uma rede de amizades, nas quais a pessoa que acaba de conhecer no experimento de confiança pode vir a pertencer, o resultado financeiro do experimento seria de ordem menor e seria irracional maximizá-lo. Achamos essa linha de crítica importante, porque, ao imputar ao indivíduo racional e onisciente uma preferência simplória, fica difícil considerar racionais os autores que usam o postulado da racionalidade.

Um exemplo extremo dessa imputação pouco convincente foi a teoria das expectativas racionais macroeconômicas em que os agentes econômicos se posicionavam diante de situações na economia usando o modelo macroeconômico complexo do autor, apesar da dificuldade dos economistas em prever a realidade. Parece que esses modelos submetidos ao confronto dos dados já caíram em desuso.

Pode-se verificar que vários pesquisadores sentem um desconforto em relação à racionalidade do indivíduo, mas ao que se supõe que o indivíduo deseja, como ponto de partida de modelos. Poucos verbalizam sua posição, pois, como os pesquisadores se agrupam em escolas, dificilmente alguém fora de uma escola que parte de um desses pressupostos de racionalidade estudaria os problemas devidos ao uso desse postulado, e os que pertencem à escola o aceitam sem maiores questionamentos.

Pode-se justificar a hipótese da racionalidade como uma simplificação; como toda teoria é necessariamente uma simplificação da realidade, uma hipótese não desqualifica a teoria e, sim, a sua aplicação ou testes empíricos. Simonsen (1994), na sua última obra, *Ensaio Analítico*, define: “Uma ciência, no sentido moderno devido a Karl Popper, é um conjunto de hipóteses e conclusões delas inferidas, passível de confrontação empírica. Nesse sentido, uma ciência não apresenta verdades absolutas, mas previsões que são aceitas enquanto não forem desmentidas pelos fatos.” Hall e Taylor colocam de forma semelhante, fazendo referência a Milton Friedman: “Defensores deste enfoque [*da escolha racional*] tem uma inclinação para compará-lo a um conjunto de equações de forma reduzida, a ser julgado adequadamente, não pela precisão de suas hipóteses, mas pelo poder de previsão de seus modelos.” A verificação dos modelos normalmente é feita para o agregado e não para o consumidor ou a firma individual, fazendo desaparecer as divergências individuais que porventura existam.

Sucedem problemas de origem prática, com o grau crescente de especialização dos pesquisadores. Há os construtores de teoria e os pesquisadores empíricos, claramente separados e, com frequência, interessados em problemas distintos. Como resultado, boa parte da teoria aceita ou ensinada não passou, e muitas vezes não é passível de passar, com os dados existentes, pelo crivo da verificação empírica.

Nas ciências sociais, a vetusta economia destaca-se por uma estrutura teórica bem desenvolvida, em grande parte baseada no postulado da racionalidade. Seria bastante difícil avaliar quanto da teoria econômica foi testada ou mesmo quanto é testável. Porém, essa formidável base teórica é notória pela sua incapacidade de realizar previsões corretas no mundo real. Cabe destacar que essa crítica baseia-se em parâmetros frequentemente estabelecidos pelos próprios economistas e não podem ser usadas na comparação com o desempenho de outras ciências sociais que, por exemplo, sequer fazem previsões do mundo real.

Naturalmente, o avanço da ciência se dá por intermédio do aperfeiçoamento dos modelos simples com a introdução de aproximações do mundo real, e do outro lado o aperfeiçoamento dos testes permite uma confrontação empírica mais adequada. Esses processos estão em pleno andamento e alguns resultados serão analisados adiante, muitas vezes não totalmente conclusivos.

A insatisfação com o postulado da racionalidade leva naturalmente a postulados diferentes. Nessa trajetória, encantam as explicações de problemas sentidos ou vividos, muito mais próximas da realidade ou da percepção de realidade. A América Latina parece ter sido um destaque na criação desse tipo de teoria, partindo de uma interpretação, que poderia ser classificada de simpática, da realidade. Simpática no sentido de selecionar os problemas causados por terceiros como no colonialismo, depois o imperialismo ou o capitalismo, não dando a devida importância aos problemas que se originam nos próprios beneficiários das soluções: a eleição de lideranças incompetentes e corruptas, as políticas macroeconômicas inconsistentes, a falta de ênfase na educação e na saúde ou a insuficiência de poupança doméstica. Infelizmente, várias dessas explicações e teorias *ad hoc*, acabam por se mostrar desprovidas de lógica e com muito menos comprovação empírica séria. Essa tendência parece ter se desenvolvido paralelamente ao populismo na política e seria interessante estudar se uma sustentou a outra.

O resultado desse tipo de decepção com as alternativas é numa volta para a teoria dominante – a da escolha racional no caso da economia, ou a uma aceitação de fatos (às vezes chamados de fatos estilizados) sem ter propriamente uma teoria bem estruturada que os explique.

Na Ciência Política, o postulado da racionalidade também se constitui numa importante hipótese para formulação de teoria. E, finalmente, nos artigos que versam sobre os assuntos deste trabalho, de novo, em várias ocasiões, aparecem os que rezam por este postulado, e os que o demonizam, justificando esta seção destinada a entender essas divergências.

No entanto, a Ciência Política, como ciência social de desenvolvimento metodológico mais recente, pode, ao usar insumos teóricos das outras, ajudar na compreensão das diferenças. No artigo *Political Science and the Three New Institutionalisms*, Hall e Taylor (1996) propõem uma análise das três escolas mais importantes do novo Institucionalismo.

Esses autores dividem os novos institucionalistas da Ciência Política em três categorias: o institucionalismo histórico, o institucionalismo de escolha racional e o institucionalismo sociológico. Na primeira nota de rodapé, os autores afirmam que se poderia, também, indicar uma quarta escola do novo institucionalismo em economia, mas como essa escola e “o institucionalismo da escolha racional se sobrepõe pesadamente... os trataremos juntos.”

Como o artigo é muito feliz ao descrever e sintetizar características dessas escolas, será feito uso de citações desse artigo para facilitar a análise de aspectos metodológicos das teorias do crime resenhadas anteriormente. O principal objetivo será o de ressaltar algumas vantagens e desvantagens pertinentes de cada enfoque e nos seus fundamentos teóricos, deixando de lado alguns aspectos do institucionalismo propriamente dito. Nesse sentido, a análise é ampliada para além da Ciência Política, para abranger as teorias originárias da Economia, da Ciência Política e da Sociologia. Isso é factível porque os institucionalistas sociológicos são sociólogos que deram maior importância às instituições, sendo suas teorias usadas na Ciência Política, e os institucionalistas de escolha racional, além de englobar os economistas que estudam instituições, usaram pesadamente insumos e termos da teoria econômica.

Podemos citar nos institucionalistas de escolha racional Przeworski, por exemplo, que utiliza muitos dos conceitos e dos termos da teoria econômica. Poder-se-ia afirmar que o consumidor da teoria econômica é o precursor dos vários indivíduos racionais que povoaram as correntes de escolha racional que se seguiram.

Becker foi um dos mais importantes economistas a ampliar a utilização da teoria econômica para diversas áreas, sobretudo para a educação e o capital humano e, posteriormente, para o crime, apoiando-se na escolha racional. Hall e Taylor (1996) descrevem a metodologia dos institucionalistas da escolha racional como: primeiro

(...) postulam que os atores relevantes têm um conjunto fixo de preferências ou gostos (que geralmente se conformam com condições mais precisas como ao princípio da transitividade), se comportam inteiramente de forma instrumental para atingir a maximização destas preferências, e o fazem de uma maneira muito estratégica que assume cálculos extensos.

Em Becker o crime é cometido quando “a utilidade esperada [do crime] excede a utilidade que alcançaria usando seu tempo e outros recursos em outras atividades.”

Segundo,

(...) tendem a ver a política como uma série de dilemas de ação coletiva. Estes últimos podendo ser definidos como instâncias quando indivíduos agindo para atingir a maximização de suas preferências devem produzir um resultado que é coletivamente sub ótimo (no sentido que outro resultado poderia ser encontrado que deixasse pelo menos um dos indivíduos melhor sem deixar nenhum outro pior). Tipicamente o que impede

os atores de escolher a ação coletivamente superior é a ausência de arranjos institucionais que garantissem o comportamento complementar dos outros.

Becker, aceitando implicitamente a necessidade da intervenção do Estado por meio de seu aparelho repressor ao crime, calcula qual o gasto ideal dessa repressão. Pode-se inferir a necessidade de intervenção do Estado pela ocorrência de “falhas do mercado” causadas por bens públicos, externalidades e “*free riders*”. Deduzindo o raciocínio implícito na teoria de Becker, poder-se-ia postular que eleitores racionais, que podem calcular quanto querem que o Estado gaste, e que votam em políticos racionais, que, por sua vez, respeitam a vontade do eleitor para se reeleger, estabeleçam o gasto em polícia e justiça ótimos do ponto de vista do eleitor.

Esse equilíbrio de gastos ótimos em repressão ao crime não pode ser atingido e precisa ser calculado. O “arranjo institucional que não consegue garantir o comportamento complementar dos outros” parece ser a necessidade da repressão para que os criminosos (todos nós) deixassem de realizar crimes. Se houvesse um arranjo que levasse todos a realizarem menos crimes, a queda dos gastos necessários com a repressão poderia deixar todos melhor, ou pelo menos deixar alguns melhor, sem que os outros piorassem, conforme o princípio de Pareto. Mas devido à ação do *free rider* quebrando o arranjo, a sociedade é obrigada a gastar em repressão ao crime.

O que nos leva à terceira característica que Hall e Taylor atribuem aos institucionalistas da escolha racional, que postulam

(...) primeiro que o comportamento de um ator é impelido, não por forças históricas impessoais, mas por cálculo estratégico e, segundo, que este cálculo será profundamente afetado também pelas expectativas do ator sobre como os outros devem se comportar. As instituições estruturam tais interações, afetando o leque e a sequência das alternativas na agenda das escolhas ou provendo informação ou mecanismos de cumprimento das regras que reduzem a incerteza sobre o correspondente comportamento dos outros e permitindo ganhos de troca, desta forma levando os atores a certos cálculos e resultados sociais potencialmente melhores.

Como será demonstrado em mais detalhe, abaixo, Becker ignora “as forças históricas impessoais” ao assumir a sociedade e seus membros num determinado momento do tempo, independentemente de como se chegou nesse momento. Dados esses elementos e, sobretudo, o que será chamado de propensão ao crime, sobra apenas o cálculo de se cometer o crime em função de custos e benefícios. Vários seguidores de Becker se dedicaram a estudar as instituições de repressão ao crime exatamente como afetam “o leque e a sequência das alternativas na agenda

das escolhas ou provendo informação ou mecanismos de cumprimento das regras que reduzem a incerteza sobre o correspondente comportamento dos outros e permitindo ganhos de troca” (HALL e TAYLOR, 1996), por exemplo, no que tange à polícia, os encarceramentos e a justiça criminal.

Esses estudos da polícia e da justiça criminal apresentam mais uma característica de Hall e Taylor, pois “usam a dedução para chegar a uma especificação estilizada das funções que uma instituição desempenha”. Becker e os economistas tomam a instituição estilizada como dada e, ao contrário dos cientistas políticos, dedicam-se pouco à última característica de Hall e Taylor. Em seguida explicam a existência da instituição pela referência ao valor que essas funções têm para os atores afetados pela instituição. Essa formulação supõe que os atores criam a instituição para obter o valor, que é, frequentemente, um conceito, conforme nota-se acima, em termos de ganhos da cooperação. Dessa forma, o processo de criação institucional normalmente gira em torno de acordo voluntário pelos atores relevantes; e, se a instituição está sujeita a um processo de seleção competitiva, sobrevive principalmente porque provê mais benefícios aos atores relevantes que as formas institucionais alternativas.

Passando à análise de Hall e Taylor, dos pontos fortes e das fraquezas dos institucionalismos: “O Institucionalismo de escolha racional, em contraste, desenvolveu uma concepção mais precisa da relação entre as instituições e comportamento e um conjunto de conceitos altamente generalizáveis que se prestam à construção sistemática de teoria.” A estruturação de uma teoria no seu sentido mais restrito e de aplicação universal é sem dúvida um dos feitos dos que usam a escolha racional como ponto de partida. Pode-se perguntar até que ponto essa teoria universal é suficiente para explicar as causas do crime na cidade de São Paulo, por exemplo, ou se é necessária a adição de teorias restritas a casos específicos.

Não resta dúvida de que o efeito de instituições estudadas com base nos modelos de escolha racional são muito importantes para a determinação do crime. O número de policiais, de encarceramentos, o funcionamento do judiciário, a pena de morte, as leis que regem o porte de armas, sem dúvida, têm um impacto importante sobre a criminalidade. Mas, diante de um fenômeno social complexo, estão longe de esgotar suas causas.

Continuam Hall e Taylor: “Entretanto, estas micro fundações das quais se gabam amplamente, se apóiam numa imagem relativamente simplista da motivação humana, que pode

perder muitas de suas dimensões importantes.” Talvez seja essa a crítica mais essencial dessa escola: a perda de dimensões importantes do comportamento humano, que tem de ser buscado em outras escolas.

As teorias da escolha racional têm um lugar significativo na explicação dos crimes com motivação econômica, mas também explicariam os crimes sem motivação econômica? Qual seria a renda alternativa para os homicídios, agressões e violência em geral? Como seriam tratados os crimes passionais, crimes de vingança, estupros ou suicídios? De um modo geral, na falta de uma lista de emoções humanas, pode-se recorrer aos sete pecados capitais do cristianismo (mas de origem mais antiga) para perguntar se poderiam ser analisados satisfatoriamente pelos seus custos e benefícios pecuniários os crimes resultantes de luxúria, avareza, gula, preguiça, ira, inveja e soberba? O arrependimento, que às vezes se segue a um crime, parece contradizer a hipótese do criminoso racional.

Embora as críticas dessas teorias sejam importantes, pode-se perguntar se tais teorias podem ser descartadas, ou ignoradas como num livro de Wikström e Sampson (2006), em que pretendem integrar as teorias do crime e, praticamente, não mencionam a literatura que se baseia na escolha racional? O artigo de Becker recebe uma única menção no livro, por Bunge (2006), um físico e filósofo argentino que desclassifica o enfoque da escolha racional. Como já foi mencionado acima, essa crítica é rara, pois poucos são os estudiosos que se aventuram fora de sua escola ou área de especialidade.

Bunge afirma que “estes individualistas metodológicos (...) começam da mente adulta e encaram o meio ambiente do delinquente como apenas uma coleção de vítimas potenciais”. Em particular, esses “pretensos imperialistas econômicos são individualistas radicais, e favorecem modelos de crime utilitaristas (ou de escolha racional). De acordo com eles, todos são indivíduos livres, espertos, egoístas que se encontram num vácuo social.” Deixando de lado a necessidade de rótulos depreciativos, essa descrição parece correta. Porém não parece ser um defeito presumir como realista, uma análise que pressuponha indivíduos livres, espertos e egoístas, que se poderia contrapor à hipótese de supor os indivíduos de alguma forma presos, broncos e altruístas.

Bunge segue: “estes modelos podem certamente explicar alguns crimes, em particular os mais bobos e os mais inteligentes, em termos de cálculos, certos ou errôneos, de utilidades esperadas, ou de estimativas aproximadas de riscos e benefícios.” A lógica quanto às conclusões

a respeito de crimes mais bobos ou mais inteligentes não está aparente, mas é importante passar às deficiências da teoria, segundo Bunge: “Não explicam (a) por que a grande maioria dos delinquentes é composta de homens, jovens, pobres e relativamente pouco inteligentes; e (b) que circunstâncias no curso de sua vida podem levar um indivíduo a encarar uma carreira no crime.” A primeira parte da afirmação parece simplesmente equivocada, pois jovens pobres e relativamente pouco inteligentes têm uma renda baixa no setor formal da economia, e o crime passa a ser uma alternativa interessante, conforme o cerne da teoria de Becker. Em relação à proporção de criminosos entre as mulheres, não foi possível encontrar teorias coerentes que a expliquem nas ciências sociais, sendo provavelmente necessário recorrer às ciências biológicas. Finalmente, quanto à segunda afirmação, no que diz respeito às circunstâncias que levam a encarar uma carreira no crime, os economistas têm na renda do setor formal da economia uma boa explicação (ANDRADE e LISBOA, 2003), embora possa ser considerada incompleta do ponto de vista social, ou sociológico.

O teor do texto de Bunge abre espaço para analisar o impacto psicológico que as teorias baseadas na racionalidade do indivíduo e a formulação de Becker, em particular, podem provocar nas pessoas. Uma das histórias mais conhecidas sobre Bernard Shaw² diz respeito a uma senhora à qual o escritor pergunta se dormiria com ele por um milhão de libras. Ao ouvir a resposta positiva, pergunta se dormiria por dez libras. Diante da resposta que ela não era prostituta, Shaw teria retrucado que isso já havia sido estabelecido. Agora se tratava de definir o preço. Assim como a senhora da historinha, algumas pessoas e particularmente estudiosos que lustram sua posição politicamente correta, chocam-se com a possibilidade de serem considerados criminosos potenciais, ou seja, de terem um preço. Isso pode explicar certa objeção visceral à hipótese de Becker.

Como Becker não define crimes, aliás, os chama de delitos, a generalidade de sua teoria poderia ser comprovada pela pujança de negócios como prostituição, tráfico de drogas, cópias piratas de músicas, filmes, programas e jogos de computador, detetives de infidelidade conjugal, pujança essa que requer uma clientela muito vasta. Evidência semelhante é fornecida pelas listas de contribuintes na malha da Receita Federal ou de multas de trânsito.

2. Encontraram-se várias referências a essa história na internet, com algumas atribuindo o personagem a Wiston Churchill, mas não se encontraram fontes que comprovassem sua veracidade.

Do outro lado, se a propensão ao crime possui uma descontinuidade por tipo ou gravidade de crime, isso justificaria o motivo de algumas pessoas cometerem certos crimes e outras não. Para as que não cometem, por exemplo, assassinatos, a objeção a serem chamados de criminosos, que inclui os assassinos, parece justificada.

Voltando ao livro de Wickström e Sampson, nele, e em boa parte da literatura sociológica, ignora-se o intuito da literatura econômica, que poderia ser condensado como o estudo do funcionamento das instituições destinadas ao combate do crime, dada a população existente. Esse estudo das instituições repressivas, da polícia ao sistema da justiça criminal, não merecem a atenção de algumas escolas, talvez porque tratar com repressão não seja popular entre os que se preocupam em demasia com rótulos. Mas do ponto de vista da administração pública, parece importante lidar com o combate ao crime, e diante do prazo de quatro a seis anos entre duas eleições na maioria dos países, resultados são, infelizmente, procurados no curto prazo pelos detentores do poder. Se a polícia e a justiça criminal são irrelevantes, por que nenhum autor propõe sua eliminação? Como argumento final contra o abandono do enfoque econômico, pode-se afirmar que objetivos sociais como a educação, evitar a degradação das comunidades e fornecer um ambiente social adequado deveriam ser perseguidos por seus efeitos diretos, sendo seu efeito sobre o crime apenas um motivo adicional para sua adoção. Instituições repressivas, por sua vez, só se justificam em função de seu efeito sobre a criminalidade.

Antes de completar a análise de Hall e Taylor quanto aos dois outros institucionalismos, é importante apontar uma das deficiências relevantes nas verificações empíricas dos economistas, que é a falta de explicações para as diferenças de níveis de criminalidade entre países. Lederman, Loayza e Menendez (2002), por exemplo, usam a taxa de criminalidade do período anterior como variável explicativa do crime em vários países, cujo coeficiente positivo e significativo indicaria a continuidade do crime. O uso do crime de um período anterior parece explicar muito pouco, podendo ser interpretado como mero substituto de variáveis excluídas como as instituições, a cultura, as normas ou outras características sociais que diferenciam os países entre si. Essas características, por sua vez, seriam as determinantes reais das diferenças de nível e da continuidade das taxas de criminalidade em cada país.

Uma parte dessas características pode ser percebida na descrição dos institucionalistas sociológicos por Hall e Taylor (1996): primeiro “tendem a definir instituições de forma mais

ampla que os cientistas políticos, para incluir, não apenas regras, procedimentos e normas formais, mas os sistemas de símbolos, scripts cognitivos e *templates* morais que promovem quadros de significação que guiam a ação humana”. Segundo, os novos institucionalistas em sociologia “compreendem a relação entre instituições e a ação individual de forma distinta,” seguindo o enfoque cultural, mas com “nuances características”. Como resultado,

(...) as instituições não afetam simplesmente os cálculos estratégicos dos indivíduos conforme os institucionalistas da escolha racional defendem, mas também suas preferências mais básicas e a própria identidade. As autoimagens e identidades dos atores sociais são ditas constituídas de formas institucionais, imagens e sinais providos pela vida social.

Ao interpretar a desorganização social como um fenômeno que intermedeia certas características sociais e o crime, e ao se aceitar que pode ser melhorada independentemente da população que compõe uma comunidade por meio de melhorias físicas e da aparência, verificamos a importância das imagens e dos sinais providos pela vida social. Do outro lado, quanto ao desconforto que foi descrito na seção anterior quanto ao efeito da publicidade sobre as hipóteses da racionalidade do consumidor ou do eleitor, no institucionalismo da sociologia, a sua função parece muito mais clara e seu uso na sociedade lógico, permitindo a construção de teorias mais coerentes.

Ao se analisar a qualidade do sistema de justiça criminal sobre a criminalidade, pode-se concluir pela teoria da escolha racional que um sistema corrupto, racionalmente gerenciado de modo a extrair as propinas equivalentes às penas relacionadas não aumentaria o crime, salvo pela corrupção, em si mesma. Mas o efeito muito importante de gerar modelos morais que aumentam a propensão ou a aceitação do crime só é reconhecido formalmente pelos sociólogos. A manifestação diferenciada da confiança generalizada entre brasileiros e americanos, levantada por Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2002), que justificam com a explicação nos estereótipos do mocinho americano e do malandro brasileiro, é um exemplo da necessidade de reconhecer os modelos ou gabaritos morais. É verdade que, ao passar da teoria para a medida e a investigação empírica desses parâmetros, as qualidades da investigação sociológica deixam a desejar, devido às maiores dificuldades de se medir ou comprovar os fenômenos descritos.

Finalmente, no institucionalismo histórico, que poderíamos interpretar como a corrente dominante e majoritária da Ciência Política, Hall e Taylor (1996) apontam quatro facetas que distinguem essa escola das outras.

Primeiro, os institucionalistas históricos tendem a definir os conceitos da relação entre instituições e o comportamento do indivíduo em termos relativamente amplos. Segundo, enfatizam as assimetrias do poder associadas com a operação e o desenvolvimento das instituições. Terceiro, tendem a ver o desenvolvimento institucional com ênfase na dependência da trajetória e consequências não intencionais. Quarto, tem uma preocupação especial de integrar a análise institucional com a contribuição que outros tipos de fatores, como as idéias, podem ter para os resultados políticos.

Ao tentar explicar a elevada criminalidade no Brasil, é provável que se tenha de recorrer a uma série de acontecimentos históricos, que de alguma forma influíram em características que determinaram a taxa de criminalidade. Exemplo desses acontecimentos poderia ser o fato, já citado, de termos sido colonizados inicialmente por criminosos, expulsos de Portugal. O Brasil herdou uma legislação baseada no direito romano menos favorável ao mercado de capitais do que o direito anglo-saxão de outros países. No Brasil, como nos EUA, houve a importação de escravos negros, reduzindo a homogeneidade racial que se revela importante na determinação da criminalidade. Esses fatos provavelmente só poderão ter sua influência sobre o crime devidamente analisada levando em conta a dependência da trajetória, característica das análises dos institucionalistas históricos.

Mais recentemente, ideias, como o desenvolvimento econômico impulsionado pela substituição de importações, mais em voga na América Latina que em outras regiões, foram estudadas pelos economistas. Mas sua importância para o desenvolvimento de certos tipos de crime não recebeu a devida atenção. Essa política de proteção da indústria doméstica da concorrência internacional provocou uma demanda de tais benesses do Estado pelos industriais, com amplas oportunidades de corrupção, e criou as condições para o desenvolvimento de um contrabando bastante amplo. Nossa história econômica recente registra os mais diversos tipos de subsídios para o desenvolvimento de setores, regiões ou indústrias. Sua grande maioria resultou em nenhum efeito e em escândalos financeiros os mais diversos.

Ao comparar as forças e fraquezas dos institucionalismos, Hall e Taylor escrevem que:

Analistas nesta escola (institucionalismo histórico) utilizam tanto o enfoque do ‘cálculo’ como o cultural para este problema – em nossa opinião uma virtude importante, já que achamos ambas as perspectivas plausíveis e importantes. No entanto o fato de serem ecléticos tem seus custos: o institucionalismo histórico tem devotado menos atenção do que as outras escolas ao desenvolvimento de uma compreensão sofisticada de como, exatamente, as instituições afetam o comportamento, e alguns de seus trabalhos são menos cuidadosos

do que deveriam em especificar a cadeia causal precisa através da qual as instituições que identificam como importantes afetam o comportamento que se espera que deveriam explicar.

Hall e Taylor terminam seu artigo:

Nosso principal argumento é que, depois de alguns anos em que estas escolas de pensamento (os três institucionalismos) incubaram em isolamento relativa umas das outras, chegou a hora de uma troca mais aberta e extensa entre elas. Existe uma ampla evidência de que podemos aprender com todas estas escolas de pensamento e que cada uma tem algo a aprender com as outras.

Estrutura de um modelo integrado do crime

Nesta seção, procuramos iniciar um intercâmbio entre teorias do crime de escolas diversas. Visamos posicionar as várias teorias acima descritas, ou pelo menos colocá-las num mesmo contexto, facilitando a análise de possíveis contradições, sobreposições e complementaridades. Wikström e Sampson (2006) se propõem a buscar “um enfoque unificado do crime e sua explicação”, iniciando seu livro com a frase: “Integração assumiu um papel central no discurso criminológico.” Aceitando a incitação do livro que reúne artigos de autores de áreas distintas, que procuram dar um aspecto integrativo a seus artigos, procura-se avançar nessa direção. O livro em si não parece ter muito sucesso no que se propunha, embora apresente bons artigos.

Esquemáticamente, tomando emprestado de Cohen, Kluegel e Land (1981), o crime pode ser analisado como o encontro do criminoso com a vítima, o que remete de imediato à análise da oferta e procura de crimes dos economistas. Seria necessário acrescentar que o ato criminoso demanda um ambiente propício, que para os economistas envolveria fatores que têm influência na oferta e/ou na demanda por crimes, mas que são estudados como condições de mercado, regulamentação etc.

Quanto ao ambiente, é importante diferenciar as análises que destacam o ambiente em que se criam pessoas mais propensas ao crime do ambiente que é propenso à realização do crime, conceitos frequentemente misturados na literatura, correta ou incorretamente. Como exemplo que destaca a importância dessa separação, há uma literatura que explica a emergência de criminosos entre os jovens pobres da favela, que não têm opção de trabalho no mercado formal. Pela literatura americana, isso indicaria que há mais crimes na favela. Porém, como será revelado na

parte empírica deste trabalho, há menos roubos e furtos na favela. Outro exemplo seriam algumas prisões brasileiras, já chamadas de escolas do crime, onde as oportunidades para roubos e furtos são modestas.

Existem dois motivos para tomar o modelo dos economistas como ponto de partida: por ser o modelo mais bem estruturado, em que se baseou boa parte da literatura na economia e por ser o modelo mais geral, que, nas palavras de Becker, “o comportamento criminoso torna-se parte de uma teoria muito mais geral e não requer conceitos ad hoc de associação diferencial, anomia e semelhantes (...)”. Colocado de outra forma, parece ser possível incorporar teorias alternativas ao modelo de escolha racional, mas a recíproca, de tomar um modelo alternativo, como os da sociologia e incorporar as premissas da escolha racional parece impossível, ou muito mais difícil.

Uma modificação importante em relação ao modelo da economia é a inclusão de variáveis não monetizáveis. Quando, por exemplo, seguidores da teoria do capital humano de Becker calcularam as taxas de retorno da educação, normalmente elevadas, o retorno dos doutorados resultava baixo. Os retornos não pecuniários foram apontados como solução para explicar como pessoas tão instruídas se engajavam numa atividade tão pouco rentável. No crime deve haver várias instâncias em que uma consciência tranquila determina a ausência do crime ou o prazer de uma vingança determina sua realização.

Com base no modelo do mercado de crimes, é necessário separar as hipóteses gerais que utiliza (o postulado da racionalidade) do modelo específico que adotam. As hipóteses gerais de Becker permitiriam construir modelos muito distintos. A escolha de variáveis para uma otimização específica – minimizar os custos do crime mais o gasto do combate ao crime pela apreensão e condenação de criminoso – exclui inúmeras variáveis. Qualquer modelo para ser operacionalizado tem restrições quanto ao número de variáveis. Essa exclusão de variáveis se deve, portanto, não a considerações teóricas, mas a necessidades operacionais de modelos matemáticos ou quaisquer outros limitados pela capacidade de nosso raciocínio. Essas variáveis excluídas, contempladas nas funções originais, são consideradas sob o manto de *ceteris paribus* como dadas ou constantes. Especula-se aqui sobre a manutenção dessas variáveis no modelo e a possibilidade de inclusão de variáveis adicionais.

Esse exercício permite imaginar como, e se, várias explicações propostas se encaixam num modelo geral, para análise da sua compatibilidade ou contradição.

O mercado de crimes

A principal vantagem de expressar o encontro entre o criminoso e a vítima num ambiente propício ao crime como o mercado de crimes é a explicitação da relação entre as diversas variáveis. Ao postular que o criminoso produz a oferta de crimes, Becker explica que a vítima representa a demanda (teorias de vitimização) e o ambiente é o mercado em que ocorrem essas transações; fica mais claro que é a inter-relação entre o criminoso e a vítima que vai determinar o número de crimes. Esse enfoque destaca a dificuldade de analisar um fator específico, sobretudo empiricamente, sem incorporar vários outros. Nos casos extremos, a inexistência de criminoso ou de vítima impede a realização do crime, demonstrando a inconsistência de análises parciais. Entre esses extremos de não haver criminoso ou de não existir vítima, encontram-se os mais variados tipos de organizações criminosas investindo no crime e aumentando sua oferta, e se contrapondo aos investimentos das vítimas em impedi-lo, reduzindo a demanda, com o número de crimes possíveis de serem praticados e o seu valor sendo estabelecidos por ambos. A oferta de crimes parece um conceito mais estabelecido na literatura que a demanda.

A demanda de crimes

O conceito de demanda por crimes pode ser exemplificado em: uma guloseima sobre a mesa da cozinha, um médico que nos oferece um desconto para não passar recibo, ou um bêbado distribuindo gorjetas fartas num final de noite. Essas situações fornecem um entendimento que sem essa demanda não haveria crime e que representam oportunidades cuja recompensa excede o custo (a probabilidade de ser preso vezes a punição, caso apanhado). Nessas situações, a vítima deixou de tomar as precauções (gastos em tempo e dinheiro) para evitar o crime ou o delito.

Naturalmente, trata-se, no caso de crimes, de um *mal* e não de um *bem*, nos mercados normalmente estudados. Existem vários *males* no dia a dia dos indivíduos, tratados por meio de alguma intervenção do estado: o lixo, o esgoto e a poluição são ofertados continuamente pelos indivíduos de qualquer sociedade, assim como os delitos concebidos por Becker. Essa demanda

de delitos é, portanto, uma função dos gastos do indivíduo em sua segurança, além de sua atratividade – sua riqueza, estilo de vida etc.

Uma estimativa da demanda por delitos implicaria reconhecer, por exemplo, o efeito das transformações das residências das grandes cidades, inclusive São Paulo, em verdadeiras fortalezas, o que, de nosso conhecimento, ainda não foi feito. Já se procura estimar o tamanho dos serviços de segurança privados, porém, sem levar em conta seu impacto na redução de crimes. Finalmente, várias medidas de redução da vitimização provavelmente cairiam na categoria de custos não pecuniários, como deixar de sair de casa, deixar de beber, deixar de ter objetos visados etc.

Ao se aprofundar a análise do crime, percebe-se a necessidade de diferenciar tipos de crime, e fica claro que os com motivação econômica são os mais óbvios de serem passíveis da análise sugerida. Pode-se argumentar, no entanto, que mesmo nos homicídios sem motivação econômica há fatores que influem na sua demanda. Por exemplo, a sociedade dos EUA parece fadada a ocorrências de pessoas que se armam e invadem locais públicos, frequentemente escolas, para matar. A análise jornalística tem se concentrado no desequilíbrio do agressor e dado pouca importância ao comportamento da sociedade ou das vítimas que levam o agressor a exprimir seu desequilíbrio dessa maneira. Enquanto não se incluir essa faceta da demanda ou das vítimas, a análise ficará incompleta e dificilmente será possível explicar a diferença de taxas de criminalidade entre os vários países.

O papel do governo

Sabe-se que o equilíbrio do mercado do crime seria subótimo, por exemplo, devido às externalidades que o crime gera, e justificando a intervenção do governo. Porém, essa intervenção envolve um número de variáveis muito maior que as propostas por Becker, como uma análise das instituições, da política e da história.

Um aspecto pouco estudado é a primeira função do governo que é a de definir o que é crime para, subsequentemente, poder fazer cumprir a lei, baseado nessa definição.

O contraste entre a definição legal de crime com definições morais ou religiosas e com alguma definição mais racional ou científica pode abrir perspectivas interessantes da criminalidade. Dillon, Miron e Summers (2000) apontam para o problema de proibições gerarem

universalmente, segundo eles, oportunidades de crime. A proibição do álcool e as organizações criminosas resultantes nos EUA são um exemplo histórico que nos remete ao atual debate da liberalização da maconha. É possível evitar os efeitos negativos da maconha proibindo seu uso? Ou se estaria gerando mais crime ao desenvolver o cultivo e o comércio ilegal? Uma perspectiva racional levaria a analisar a legalização da maconha com a diminuição do seu uso por meio de impostos, da mesma maneira que se faz atualmente para as bebidas alcoólicas, em contraste com sua proibição, que gera as condições para a existência de toda uma infraestrutura ilegal para o seu suprimento.

Supondo racionalidade na definição de crimes, o que se duvida, conforme o parágrafo acima, a intervenção do governo seguiria as propostas para lidar com as falhas do mercado, estabelecidas na teoria econômica. Seja pelo fato da segurança se constituir num bem público, seja pelas externalidades negativas da ocorrência do crime, há suficientes justificativas teóricas para a intervenção estatal no combate ao crime.

O longo prazo

As premissas usadas por Becker e Ehrlich em seus modelos sobre o crime podem ser consideradas de curto prazo, pois a renda, a propensão ao crime e outras variáveis importantes são tomadas como dadas. Uma das críticas gerais mais frequentes da abordagem dos economistas é a concentração no combate direto ao crime, que seria um sintoma de um problema social, e não a sua causa. Faltam, portanto, os elementos que se pode chamar de longo prazo, já que seu efeito sobre o crime pode durar até uma geração. Além das leis do aborto analisadas por Lewitt e abordadas no capítulo dois, seria necessário considerar os gastos em medidas alternativas à justiça criminal, como, por exemplo, gastos em educação, citados por Becker, ou outros gastos de cunho social, como lazer e ocupação dos jovens, que têm um efeito redutor sobre o crime geralmente aceito.

A exemplo da área do crescimento econômico em que se estuda o deslocamento da curva de oferta agregada na economia no longo prazo, o desenvolvimento do crime viria a ser a área em que se concentraria a atenção à oferta de delitos pelas pessoas que os cometem, ou seja, os criminosos.

Segundo Becker, a denominação de criminoso não seria correta, pois só ocorre a prática de delitos se as condições externas à pessoa – principalmente sua renda no setor formal – assim o induzirem. Do lado oposto, em condições propícias, ou seja, na ausência de custos de cometer delitos, todos cometeriam crimes. É interessante observar que Ehrlich formula seu modelo como dois grupos distintos de pessoas: criminosos e vítimas, tendo de apontar a ausência dos custos que o criminoso incorre de se proteger de outros criminosos, quando a modelagem baseada na racionalidade leva a considerar todos como simultaneamente criminosos e vítimas potenciais.

Pessoas diversas, em condições idênticas de demanda por delitos, realizariam quantidades diferentes de crimes. Podemos chamar essa diferenciação da oferta de delitos de *propensão ao crime*. Em boa parte dos estudos, a propensão média ao crime é considerada como dada para a sociedade em estudo. Porém, ao se chamar alguém de criminoso passa-se a impressão de que há implícita uma descontinuidade dessa propensão entre os indivíduos, que permitiria separar as pessoas em criminosos e não criminosos. Talvez seja possível separar os que vivem do crime dos que têm emprego formal, ou dos que realizam certos tipos de crime como assassinatos, dos que não são capazes de praticá-los em condições normais, que excluiriam guerras, revoluções e possivelmente autodefesa.

Isso nos leva a notar que, sem separar os crimes por suas modalidades e sem medi-las por uma unidade de valor moral, não podemos chamar alguém de criminoso, no máximo de mais criminoso em relação à determinada modalidade de crime.

Quando se abordou as condições que tornam as pessoas criminosas, ou seja, que aumentam a propensão ao crime, naturalmente trata-se de um fenômeno dinâmico mais complexo, de prazo longo. Acima, quando se abordou os efeitos da desorganização social da escola de sociologia de Chicago e da retração econômica (ANDRADE e LISBOA, 2003) sobre a formação de novos criminosos, já se tocou nesse tema.

Resumindo a alocação das teorias expostas nesse modelo amplo: na oferta de crimes teríamos as explicações ou funções que foram principalmente estudadas pela economia; na demanda, as teorias de vitimização, e no ambiente ou mercado, as teorias sociológicas da desorganização social e da eficácia coletiva.

Se houver uma versão dinâmica do modelo, nela teríamos a desorganização social, provavelmente a educação e a estrutura familiar como explicações de uma maior propensão ao crime.

5. AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO EM SÃO PAULO ENTRE 2003 E 2008

Os dados sobre o crime de uma determinada região normalmente vêm dos registros policiais. Porém, esses registros são seriamente afetados por vários fatores independentes que modificam sua acurácia e, sobretudo, o seu grau de abrangência.

Os vieses apresentados resultam de uma série de fatores, como por exemplo:

- Crimes de pequeno valor normalmente não são registrados, pois o tempo e dinheiro necessários para ir até a polícia são considerados impeditivos.
- Crimes em que a vítima considera que a polícia nada fará ou nada poderá fazer normalmente não são registrados.
- Em objetos e fatalidades segurados, o requerimento das companhias de seguro para pagamento normalmente inclui o registro da ocorrência na polícia. Nos automóveis, por exemplo, os registros policiais de seu roubo ou acidente são bastante completos.
- Finalmente, e talvez do ponto de vista do uso dos dados para pesquisa, uma “boa polícia” que facilite o registro de ocorrências apresentaria mais crimes que uma que os dificulte.

Para sanar esses defeitos, realizam-se as pesquisas de vitimização, que se baseiam em questionários respondidos pelas pessoas quanto à vitimização que sofreram. Os respondentes são escolhidos por meio de um processo de amostragem que procura representar a população. Sua função é de estimar os crimes sofridos pela população como um todo.

Os EUA foram pioneiros nesse tipo de pesquisa e há uma literatura considerável relatando o seu desenvolvimento. Um resumo interessante do início dessas pesquisas desde a segunda metade dos anos sessenta é apresentado em Godfredson e Hindelang (1981). Em particular, relatam como algumas dificuldades e problemas nas primeiras pesquisas foram sendo descobertos e enfrentados. Entre essas dificuldades ressaltam: os problemas dos entrevistados em lembrar dos crimes sofridos; que um membro da família não apontava com a mesma precisão os crimes sofridos pelos outros membros da família; a ocorrência de “telescoping” – o fato de reportar no período perguntado ocorrências que tinham acontecido anteriormente, e fadiga motivacional em reportar detalhes de crimes já citados. A essas quatro dificuldades poder-se-ia adicionar, em

relação a determinados tipos de crime, o constrangimento dos questionados quanto a crimes de estupro ou crimes perpetrados por pessoa da família ou conhecidos. Houve também progressos na técnica da amostragem e na qualidade dos dados dos censos que permitiram determinar amostras que corresponderem à população com maior rigor.

Mas, de um modo geral, *nos crimes adequados a essa metodologia*, considera-se que essas pesquisas produzem dados mais acurados, que permitem complementar e verificar os registros policiais e, sobretudo, permitem estimar a “cifra negra da criminalidade” como se passou a chamar os dados dos crimes não registrados, ou a subnotificação. O conhecimento dessa cifra é importante para a obtenção do número efetivo de crimes. Além disso, a subnotificação é um indicador da eficiência do sistema de justiça criminal já que a notificação do crime às autoridades competentes é o primeiro, e necessário, passo para uma eventual punição e para o funcionamento dessa justiça.

Histórico da pesquisa

Claudio Haddad tinha, há bastante tempo, a ideia de promover a pesquisa aplicada no Brasil. Em 2000, contactou o autor desta tese para criar o IFB, destinado a incentivar a pesquisa econômica aplicada e a publicar resultados dessas pesquisas acadêmicas em linguagem acessível a um número maior de leitores. O intuito era de incentivar e acelerar a aplicação de resultados de pesquisa às políticas econômicas e sociais.

Nas pesquisas de opinião brasileiras, o crime tem figurado como uma das principais preocupações da população e, em consequência, os governantes têm lhe dedicado uma atenção. Essa atenção tem sido bastante eleitoreira, em parte, devido ao desconhecimento técnico de como combater o crime eficazmente. Na falta desse conhecimento, encontramos políticos “de esquerda” defendendo que o crime é resultado da miséria, e os “de direita” argumentando a favor de um aumento do aparato policial e de sua truculência. Ao procurar pesquisas nessa área para o IFB, que pudessem trazer racionalidade e objetividade maior a essa área, fomos levados até Marcos Lisboa, então professor da EPGE da Fundação Getúlio Vargas do Rio, cujo artigo acabou sendo publicado no site do IFB (ANDRADE e LISBOA, 2003). A ideia de se realizar uma pesquisa de vitimização partiu do Marcos, que na época estudava o assunto e estava frustrado com os dados policiais do crime no Rio de Janeiro, que sequer eram divulgados para pesquisadores.

Claudio Haddad concordou em financiar a empreitada, cujo custo era muito elevado, inclusive em função da qualidade e abrangência que se estava almejando. A ideia seria iniciar com uma pesquisa “padrão” para São Paulo, cuja análise nos permitiria replicar pesquisas para o Rio e as outras cidades principais brasileiras, a serem financiadas por fontes externas, que imaginamos pudessem ser obtidas da publicação dos resultados de São Paulo. O objetivo seria obter um painel de dados das principais cidades brasileiras ao longo do tempo que permitiria uma análise bastante detalhada do crime e da atuação policial no Brasil³.

Para desenhar a pesquisa, contactou-se Leandro Piquet Carneiro, professor do Departamento de Ciência Política da USP e doutor pelo IUPERJ do Rio de Janeiro e com a IPSOS, uma das maiores empresas internacionais de pesquisa mercadológica, cujo diretor, Christopher Young, havia trabalhado com pesquisas de vitimização em Chicago e era PhD em Sociologia e Análise Estatística da Universidade de Chicago. Levou-se mais de um ano até colocar os pesquisadores em campo e aproximadamente mais um ano para finalizar a pesquisa.

Na feitura do questionário e elaboração da metodologia da pesquisa foram colhidas as opiniões de várias pessoas ligadas ao assunto e realizado um seminário com pesquisadores relacionados a diferentes pesquisas no Brasil, procurando unificar questionários e metodologia⁴.

O Resultado dessa Pesquisa de Vitimização do IFB de 2003, e de uma subsequente de 2008, conduzida por Regina Madalozzo, formam a base de dados utilizada neste trabalho. A

3. Não obtivemos sucesso em conseguir o financiamento, que permitiria a continuação das pesquisas. Assim como alguns filmes que narram fatos reais e a seu final esclarecem o destino dos personagens, aqui também informamos que Regina Madalozzo, que me sucedeu na direção do IFB, ainda conseguiu realizar uma réplica menor da pesquisa em 2008 antes de sair do IFB. O IFB foi incorporado ao IBMEC, atual INSPER, também presidido por Claudio Haddad. Marcos Lisboa depois de chefiar a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro mandato de Lula assumiu uma diretoria de um grande banco privado. E eu fui escrever esta tese de doutorado em Ciência Política, na USP, orientado por Leandro Piquet.

4. O questionário da pesquisa pode ser pedido ao autor. Cabe destacar que colaboraram em diversas fases da pesquisa, enviando suas sugestões, ou participando de um seminário fechado que realizamos para analisar uma versão preliminar do questionário, as seguintes pessoas: Clifford Young (IPSOS-Opinion), Edward L. Glaeser (Harvard University), Elaine Ramos Manzano (Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo), Glaucio Soares Otavio Amorim (IUPERJ), Fanny Moore Bevilacqua (ex IBGE), José Alexandre Scheikman (Princeton University), Laura Mangels (IFB e atualmente Universidade da Califórnia em Berkeley), Marcos Lisboa (EPGE-FGV), Maria Hermínia Tavares de Almeida (Departamento de Ciência Política USP), Michel Misse (Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ), Naércio Aquino Menezes Filho (FEA-USP), Örjan Olsén (IPSOS-Opinion), Paulo de Mesquita Neto (Instituto São Paulo contra a Violência), Regina Madaloso (IBMEC), Yolanda Catão (IBGE) e Major Abaré (PMESP), além de outros oficiais da PM cujos nomes não foram anotados que, naturalmente, não são responsáveis pelos eventuais erros ou omissões remanescentes.

metodologia e as perguntas das duas pesquisas foram idênticas, com poucas exceções, como um novo bloco de perguntas de desorganização social, incluídas da pesquisa de 2008.

Listamos, a seguir, as pesquisas de vitimização realizadas no Brasil, que chegaram a nosso conhecimento.

Pesquisas de Vitimização no Brasil				
Pesquisa	Ano	Região	Período de Referência	População Alvo
PNAD	1988	Brasil	12 meses	8.162 domic.
ILANUD	1992	RJ - munic.	5 anos	1.000 entrev.
	1996		5 anos	
	1997	SP - munic.	12 meses	2.460 entrev.
ISER/PAHO	1996	RJ - munic.	12 meses	1.126 entrev.
CRISP/UMG	2002	BH	12 meses	4.000 entrev.
ISER/FGV	1996	RJ - RM	12 meses	1.578 entrev.
SEADE	1998	SP - RM e munic.	12 meses	14.000 domic.
USP	1999	SP - RM	6 meses	1.000 entrev.

Fonte: Yolanda Catão e do autor

Como Leandro Piquet Carneiro participou de três pesquisas anteriores e analisou os respectivos dados (vide CARNEIRO e FANJZILBER, 2001), pode-se considerar esta como um aperfeiçoamento daquelas.

O objetivo do IFB era o de realizar uma pesquisa de vitimização completa, mas acrescida de informações que permitissem estudar mais a fundo as origens do crime e a atuação da polícia. Foram elaboradas várias perguntas visando determinar o capital social das pessoas, tais como seu nível de confiança nos outros, suas atividades coletivas, sua percepção do trabalho da polícia, seus medos e alguns valores. Também foram introduzidas perguntas para obter variáveis a serem usadas como controle: educação, renda, moradia, naturalidade, raça e religião. Essa quantidade de dados demandados implicou que o tempo de aplicação do questionário chegasse até uma hora e meia, com quarenta minutos em média, o que exigiu um treinamento complexo da equipe de campo e, mesmo assim, foi possível detectar alguma fadiga nas questões finais do questionário. Além dos controles bastante rigorosos da Ipsos, realizou-se uma verificação independente do trabalho da equipe de campo. Essa verificação deu ao IFB acesso a alguns episódios pitorescos na aplicação do questionário, que refletem aspectos da vida social em São Paulo e que obrigaram a refazer várias entrevistas, inclusive as citadas a seguir.

Uma mulher respondeu que tinha sido roubada pela polícia e que o objeto do roubo foi uma quantidade de drogas que ela traficava. Ao entrar numa das favelas, o entrevistador foi abordado por homens armados e levado ao chefe local para obter a permissão de entrevistar na comunidade. Recebeu a permissão e foi acompanhado em seu trabalho por dois homens armados para garantir sua segurança. Em outra favela, os entrevistadores foram seguidos ostensivamente por um carro, mesmo quando saíram do local, até a sede da pesquisa, resultando na entrada da nossa sala de pesquisas de uma entrevistadora em pânico e aos prantos pedindo proteção. Nesses locais, ou se obtinha a permissão para trabalhar livremente ou era necessário trocar por uma comunidade com características sociais e econômicas semelhantes.

Escolhiam-se como entrevistadoras senhoras de meia idade, pelo temor que os homens sofressem o perigo de serem confundidos com membros de organizações em competição com a da comunidade e mulheres jovens poderiam ser estupradas. Porém, os bairros em que os entrevistadores tiveram a maior dificuldade foram os de classes mais altas, em que uma barragem de porteiros e seguranças impediam o acesso às residências e mesmo às ruas em frente as quais os entrevistadores se faziam frequentemente expulsar. Os entrevistadores se postavam nas imediações com a esperança de encontrar uma alma caridosa que concordasse em lhes conceder meia hora ou mais do seu tempo e abrisse as defesas inexpugnáveis dessas verdadeiras fortalezas. Consultamos o Secretário de Segurança sobre uma carta de apresentação que facilitasse nosso acesso, mas nos deparamos com a possibilidade de que uma cópia de tal apresentação fosse usada por bandidos para assaltos. O elevado grau de criminalidade de São Paulo estava evidente bem antes de tabularmos os resultados do questionário.

Antes de comentar os resultados de algumas perguntas relevantes de 2003, comentam-se alguns aspectos da pergunta de confiança generalizada, principal medida de capital social nos trabalhos empíricos sobre o tema.

A principal medida de confiança e alguns problemas

A absoluta maioria dos estudos empíricos que lemos usa como medida de confiança uma pergunta do *World Values Survey* (WVS) para vários países ou do *General Social Survey* (GSS) para os Estados Unidos. Nesses questionários, bem como num questionário integrado de medição do capital social (GROOTAERT; NARAYAN; JONES e WOOLCOCK, 2004),

a confiança é medida pela resposta à pergunta (*ipsis literis* V27 do questionário do WVS de 1995-96):

Generally speaking, would you say that most people can be trusted or you can't be too careful in dealing with people?

1 Most people can be trusted

2 Can't be too careful [TRANSLATION: = "have to be very careful"]

9 Don't know [DO NOT READ OUT]

A tradução (encontrada em LAZZARINI; MADALOZZO; ARTES e SIQUEIRA, 2003, por exemplo) para o português: “De um modo geral, você diria que se pode confiar nas pessoas em geral ou que precisamos ter bastante cuidado quando tratamos com as outras pessoas?”

- (a) que se pode confiar nas pessoas em geral
- (b) que precisamos ter bastante cuidado quando tratamos com as outras pessoas?”.

Usamos essa pergunta adaptada a São Paulo, na pesquisa de vitimização conforme o quadro abaixo, em que o resultado é comparado com o das respostas norte-americanas.

De uma maneira geral, o (a) Sr.(a) diria que se pode confiar nas pessoas ou que se deve ficar de pé atrás ao lidar com elas?		
	São Paulo	EUA*
Pode-se confiar nas pessoas %	11	43
Deve-se ficar de pé atrás ao lidar com as outras pessoas %	88	
Não sabe/ Não respondeu	2	

Fonte: Pesquisa de Vitimização do IFB em São Paulo e *World Values Survey

O resultado, embora surpreendente, corrobora a situação do brasileiro como o que menos confia de todos os países pesquisados. Parece contradizer as outras características dos brasileiros que surgem das respostas do WVS como um povo feliz e alegre.

Uma interpretação interessante da pergunta de confiança é oferecida por Paul Decker (2003), baseada em grupos focais conduzidos após obter a resposta, nos Países Baixos. Conclui que a motivação das pessoas para dar respostas positiva e negativa é diferente: a resposta de desconfiar *refere-se frequentemente a experiências negativas enquanto a de confiar raramente se refere a experiências, mas frequentemente a uma decisão básica (de filosofia moral ou de filosofia de vida)*. É como se as pessoas estivessem respondendo a perguntas diversas, ou pelo menos dando respostas por motivos diferentes. Essa conclusão é confirmada por uma pesquisa em que as duas possíveis respostas acima são apresentadas como afirmações separadas, com as quais o entrevistado deve manifestar acordo ou desacordo. O percentual de respostas *inconsistentes* foi elevado: 31% concordaram com ambas as afirmações e 11% discordaram de ambas.

Outro aspecto importante da pergunta de confiança foi levantado pela comparação da resposta do WWS com experimentos de confiança, conduzidos com um número limitado de indivíduos, como a de Decker, acima mencionada. Glaeser, Laibson, Scheinkman, e Soutter (2000) fizeram o experimento ou jogo de confiança com estudantes de Harvard, e Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2002) replicaram o jogo com estudantes da USP. Antes do jogo propriamente dito, os estudantes escolhidos responderam a um questionário que incluía a pergunta de confiança do WWS. Em seguida, essas pessoas foram divididas em dois grupos. As do primeiro grupo receberam uma quantia (R\$ 30,00, no Brasil, aproximadamente equivalentes ao montante em dólares da pesquisa americana convertidos para reais pela taxa de câmbio) que puderam enviar, integralmente ou uma parte, para o seu par no segundo grupo. O experimento, então, dobrou a quantia enviada pelo primeiro grupo, de modo que as pessoas do segundo grupo receberam o dobro da quantia enviada pelo seu par. As do segundo grupo puderam, então, decidir quanto (dessa quantia dobrada) enviar de volta a seu par do primeiro grupo.

Supondo que as pessoas só considerassem os ganhos pecuniários, os membros do primeiro grupo mandariam nada para o seu par do segundo grupo, pois sua expectativa seria de que o indivíduo do segundo grupo, ao maximizar seu ganho, nada devolveria. Portanto, qualquer quantia enviada de pessoas do primeiro ao segundo grupo, corresponderia à confiança de que o participante do segundo grupo devolveria parte do montante recebido.

No experimento de Harvard, os pares de indivíduos se encontravam, o que poderia envolver uma sinalização que poderia aumentar ou diminuir a confiança inicialmente declarada em

resposta à pergunta do WVS. No experimento da USP, uma parcela dos indivíduos encontrou seu par e a outra não teve contato. A diferença foi significativa entre os dois, com o envio médio de R\$ 25,71 (dos R\$ 30,00) pelos que se encontraram e de R\$ 16,88 para os que não tiveram interface, indicando que o conhecimento, mesmo que superficial, ou a possibilidade de alguma retaliação posterior aumentam a confiança demonstrada.

Importante para a avaliação das respostas do WVS são comparações entre os resultados dos dois experimentos:

Comparação dos Experimentos de Confiança de Harvard e da USP			
	Harvard com Interface	USP Anônimo	USP com Interface
% dos que afirmaram confiar nos outros	42,6	17,6	23,2
Média Enviada R\$	24,80	16,88	25,71
Média Retornada R\$	24,60	13,47	25,83

Fonte: Glaeser, Laibson, Scheinkman, and Soutter (2000) e Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2002).

Embora haja uma proporção muito maior de indivíduos em Harvard que declararam confiar do que na USP, as quantias enviadas e retornadas no decorrer do experimento com interface de cada par de indivíduos são quase iguais. Isso pode ser uma indicação de que, embora demonstrem uma confiança similar à dos americanos na prática, os brasileiros respondem que não confiam, indicando que a comparação internacional necessitaria ser mais estudada.

Na comparação do caso brasileiro e do americano, a explicação, segundo Lazzarini, Madalozzo, Artes e Siqueira (2002), poderia estar no estereótipo que as pessoas procuram emular. O papel preferido dos brasileiros seria o do “malandro”, que poderia ser comparado ao papel do mocinho, um dos estereótipos preferidos dos americanos. Se seguirmos a interpretação de Decker (2003), a de que motivos de filosofia de vida ou moral levam a respostas positivas, seríamos levados a reforçar essa explicação para os americanos: respondem com base na noção do que deveria ser respondido.

Pode-se deduzir pelo menos duas explicações possíveis quanto aos resultados dos brasileiros. Seguindo a explicação de Decker, a noção do que deveria ser emulado corresponderia à “malandragem” de não confiar, o que explicaria por que os resultados do experimento mostram uma confiança real maior do que a declarada. Ou, se confirmando a explicação de Decker para

respostas de não confiar, estas decorreriam de experiências negativas, o que nos levaria a inferir que os brasileiros, com taxas de vitimização entre as mais altas do mundo, respondem em função de traumas vividos. Esse problema da causalidade reversa entre o crime e a confiança será tratado em mais detalhe na parte empírica desta tese, abaixo. Porém, essa explicação não permite elucidar a incoerência das respostas do experimento e a confiança efetivamente demonstrada.

Finalmente, não se pode descartar o problema de simples tradução, uma vez que *trust* não tem um correspondente exato em português; já *confidence* corresponde foneticamente à confiança e difere do sentido de *trust*. O problema pode ser agravado se *ter confiança* for confundido com *dar confiança*, perfeitamente possível para pessoas pouco versadas nas nuances do português.

Do lado que poderíamos chamar de positivo, encontra-se a conclusão, tanto dos autores do estudo na USP, como dos do estudo americano, que pessoas que respondem positivamente a terem confiança têm um comportamento mais confiável, no sentido de não tirar vantagem dos outros. A resposta à pergunta do WVS permitiria, portanto, medir a confiabilidade de uma pessoa e não sua confiança nos outros. O que importa para este trabalho é que a pergunta no Brasil tem validade semelhante à de outros países, mesmo que em escalas diferentes, que interfeririam apenas nas comparações internacionais.

Em resumo, embora haja dúvidas sobre o significado exato das respostas à pergunta do WVS, essas dúvidas não impossibilitam seu uso como uma maneira de medir alguma forma de capital social. Sobretudo, não invalidam replicar no Brasil as regressões encontradas nos vários estudos dos efeitos do capital social sobre diversos aspectos sociais e econômicos.

Pesquisas de vitimização do IFB e perguntas alternativas sobre confiança.

As duas pesquisas de vitimização resultaram no seguinte número de domicílios visitados (pessoas entrevistadas) e de pessoas sobre as quais se obteve dados de vitimização, com perguntas aos entrevistados sobre os habitantes do seu domicílio.

Características Gerais		
	2003	2008
Pessoas entrevistadas	5000	2967
Número de pessoas cobertas pela pesquisa	20594	11601

Esses dados demonstram a queda de habitantes acima de 16 anos por domicílio de 4,1 para 3,9, ou seja, cinco por cento nos cinco anos que separam as duas pesquisas.

Além da pergunta clássica do WWS, tentamos medir o grau de confiança pelos exemplos práticos do dia a dia, procurando driblar as dificuldades semânticas e criar uma escala de valores crescentes. De um modo geral, isso foi possível, exceto quando misturamos valores monetários de bens de uso cotidiano com alguns valores não simplesmente monetários. Imaginamos que deixar um filho com o vizinho ocuparia o nível mais elevado de uma escala de confiança. De uma maneira geral, as respostas corresponderam adequadamente às nossas expectativas, exceto que para as classes média e baixa, nas quais, deixar o televisor com o vizinho aparecia como demandando maior confiança do que deixar o filho. Verificamos, assim, que a mistura de bens estritamente materiais e não materiais não tinha sido uma boa ideia.

Ajuda a vizinhos (%)				
Frases	Faria			
	Baixa	Média	Alta	Total
Emprestaria uma xícara de açúcar?	98,4	98,7	98,8	98,5
Emprestaria seu ferro de passar roupas, furadeira ou outro utensílio doméstico?	86,2	86,9	91,1	86,8
Emprestaria R\$ 20?	80,0	78,8	83,1	79,1
Deixaria a chave da sua casa?	44,5	49,1	53,8	46,9
Se você tiver filhos, pediria para tomar conta para você?	47,7	46,9	41,9	45,1
Emprestaria seu televisor se fosse viajar?	38,6	42,7	49,5	40,7

Pode-se verificar que a confiança da população, assim medida, cresce com a classe social, exceto quanto a deixar um filho, em que ocorre o oposto. Em termos econômicos, isso poderia ser explicado pelo custo mais elevado de ter e de educar um filho para as classes mais elevadas que, por isso, tem menos filhos, ao contrário de bens ou televisões, em particular.

Em seguida formulamos uma pergunta mais geral, porém, de uma atitude prática, para medir a confiança e a confiabilidade do entrevistado.

No quadro a seguir, cuja última linha indica que 70% das pessoas não recorreram ao vizinho nem o vizinho recorreu a eles, parece reforçar a idéia de ausência de capital social entre os brasileiros. Apenas 10% parecem estar integrados a uma rede de vizinhança, já que recorreram e tiveram um vizinho que a eles recorreu, durante o último ano. Como dado positivo poder-se-ia citar o fato de que 95% dos que recorreram foram atendidos.

Capital Social: ajuda entre vizinhos	
Respostas diretas	% do total
Entrevistado recorreu a vizinho	
Sim	15,3
Não	84,7
Nas vezes em que recorreu	
Foi atendido	94,6
Não foi atendido	5,4
Vizinho recorreu ao entrevistado	
Sim	25,9
Não	74,1
Nas vezes em que vizinho recorreu ao entrevistado	
Foi atendido	94,8
Não foi atendido	5,2
Respostas condicionais	
Entrevistado recorreu a vizinho e vizinho recorreu ao entrevistado	10,9
Entrevistado recorreu a vizinho, mas nenhum vizinho recorreu ao entrevistado	4,4
Vizinho recorreu ao entrevistado, mas o entrevistado não recorreu a nenhum vizinho	14,9
Entrevistado não recorreu a nenhum vizinho e nenhum vizinho recorreu ao entrevistado	69,7

Procuramos também uma medida mais ampla que não se limitasse à comunidade do entrevistado e que oferecesse uma alternativa à pergunta do WWS. Seguem as respostas às duas perguntas que foram elaboradas e as respostas à pergunta do WWS para comparação.

O (a) Sr. (a) diria que, geralmente, as pessoas querem ajudar ao outro ou que as pessoas só estão preocupadas com elas mesmas? (em relação à renda) (%)				
	Baixa (R\$ 0 a 600)	Média (R\$ 600 a 2.000)	Baixa (R\$ 2.000+)	Total
Geralmente as pessoas querem ajudar ao outro	27,3	29,2	33,5	28,7
As pessoas só estão preocupadas com elas mesmas	72,7	70,8	66,5	71,3
O (a) Sr. (a) diria que a maioria das pessoas pensa em tirar vantagem do (a) Sr. (a) se tiver uma chance, ou a maioria das pessoas tenta ser correta? (em relação à renda) (%)				
	Baixa (R\$ 0 a 600)	Média (R\$ 600 a 2.000)	Baixa (R\$ 2.000+)	Total
A maioria das pessoas tenta ser correta	32,4	32,4	39,0	32,2
A maioria das pessoas pensa em tirar vantagem	67,6	67,6	61,0	67,8

De uma maneira geral, o (a) Sr. (a) diria que se pode confiar nas pessoas ou que se deve ficar de pé atrás ao lidar com elas? (em relação à renda) (%)				
	Baixa (R\$ 0 a 600)	Média (R\$ 600 a 2.000)	Baixa (R\$ 2.000+)	Total
Pode-se confiar nas pessoas	8,9	9,7	20,9	20,9
Deve-se ficar de pé atrás	91,1	90,3	79,1	79,1

As respostas das duas perguntas podem ser comparadas com a terceira do WVS para verificar que do ponto de vista humano e de correção há praticamente o triplo de pessoas que respondem afirmativamente em relação à confiança generalizada, podendo indicar um problema, possivelmente, semântico no português com o significado de confiança. Se as pessoas querem ajudar e se são corretas, confiar deveria ser uma consequência, parecendo injustificada a divergência percentual entre os 11,2% que respondem que se pode confiar nas pessoas e os 28,7% que acham que “as pessoas querem ajudar ao outro” ou 32% que acham que a maioria das pessoas tenta ser correta.

Quanto ao aumento da classe de renda há um aumento semelhante da confiança para as três perguntas.

Pesquisamos, em seguida, a participação nas atividades que demonstram a participação cívica e que poderiam ser uma proxy, em nível individual, da eficácia coletiva:

Participação política e social	
	% do total
Atividades ligadas à Igreja (sem contar missa)	30,5
Festas de rua	25,6
Campanhas de solidariedade	21,8
Atividades comunitárias	17,3
Instituição de caridade	13,6
Reuniões em associações	12,8
Clube social ou esportivo	12,0
Sindicato ou associação profissional	10,8
Associação de moradores	5,5
Mutirão para construção ou limpeza de ruas	3,9
Atendimento a vítimas de desabamento etc.	3,1
ONG	2,0
Outro tipo de atividade social	5,7
Outro tipo de associação	3,2
Pessoas que participam em nenhuma atividade política ou social	35,7

As taxas de vitimização e de relacionamento com a polícia

O resultado mais importante da pesquisa são as taxas de vitimização, e de notificação (ou subnotificação) dos crimes à polícia. Além das infrações mais importantes, regularmente usadas em pesquisas de vitimização, procuramos pelos exemplos de estelionato ter uma visão mais ampla dos crimes sofridos.

Vitimização				
Delito	2003		2008	
	Total	% dos entrevistados	Total	% dos entrevistados
Crimes violentos				
Roubos	502	10,04%	271	9,13%
Roubo da residência	210	4,20%	123	4,15%
Roubo da casa de temporada	8	0,16%	5	0,17%
Roubo de automóvel	58	1,16%	23	0,78%
Roubo de acessório do automóvel	17	0,34%	4	0,13%
Roubo contra a pessoa	249	4,98%	139	4,68%
Agressão física	199	3,98%	79	2,66%
Crimes não violentos				
Furtos	415	8,30%	233	7,85%
Furto da residência	103	2,06%	50	1,69%
Furto da casa de temporada	48	0,96%	27	0,91%
Furto de automóvel	66	1,32%	37	1,25%
Furto de acessório do automóvel	193	3,86%	89	3,00%
Furto contra a pessoa	117	2,34%	98	3,30%
Agressão verbal	976	19,52%	412	13,89%
Estelionato	1276	25,52%	641	21,60%
Recebimento de dinheiro falso	768	15,36%	374	12,61%
Outro tipo de estelionato	698	13,96%	371	12,50%

Nessa tabela pode-se notar uma queda nas taxas de vitimização de praticamente todos os crimes pesquisados. A exceção fica por conta de roubo a casa de temporada e furto contra a pessoa. As quedas da vitimização nas grandes categorias são substanciais para o período de cinco anos entre as duas pesquisas: roubos de 10,04% para 9,13% e furtos de 8,30% para 7,85%, e agressão física de 3,98% para 2,66%.

Notificações à polícia - 2003 e 2008 (% dos vitimizados)						
Delito	Vitimizações		Chamou ou informou a polícia		Registrou ocorrência	
	2003	2008	2003	2008	2003	2008
Crimes violentos						
Roubos	502	271	43,6%	39,5%	40,4%	36,2%
Roubo da residência	210	123	43,6%	21,1%	18,1%	18,7%
Roubo da casa de temporada	8	5	43,6%	60,0%	50,0%	60,0%
Roubo de automóvel	58	23	43,6%	95,7%	91,4%	91,3%
Roubo de acessório do automóvel	17	4	43,6%	50,0%	41,2%	0,0%
Roubo contra a pessoa	249	139	43,6%	39,6%	37,3%	37,4%
Agressão física	199	79	43,6%	51,9%	38,7%	44,3%
Crimes não violentos						
Furtos	415	233	36,4%	28,8%	36,4%	28,3%
Furto da residência	103	50	31,1%	12,0%	27,2%	18,0%
Furto da casa de temporada	48	27	39,6%	33,3%	31,3%	25,9%
Furto de automóvel	66	37	80,3%	81,1%	90,9%	73,0%
Furto de acessório do automóvel	193	89	10,9%	11,2%	9,8%	10,1%
Furto contra a pessoa	117	98	30,8%	19,4%	35,9%	23,5%
Agressão verbal	976	412	46,5%	47,8%	45,4%	45,4%
Estelionato	1276	641	-	-	-	-
Recebimento de dinheiro falso	768	374	-	-	-	-
Outro tipo de estelionato	698	371	-	-	-	-

Contrastando com a queda das vitimizações, o recurso à polícia diminuiu em praticamente todos os crimes pesquisados. Nas categorias agregadas, a queda da proporção das vítimas que registrou ocorrência de roubos foi de 40,4% para 36,2%, e na de furtos de 36,4% para 28,3%. Os dados da proporção de crimes informados à polícia e de pessoas que se dirigiram à delegacia após os crimes (não apresentada aqui) refletem a mesma tendência de queda. A exceção principal foi na categoria de agressão física na qual aumentou a proporção de queixas à polícia, com registro de ocorrência aumentando de 38,7% para 44,3%. Nas categorias de roubo a casa de temporada e roubo de acessório de automóvel, com respectivamente cinco e quatro ocorrências cada, seria necessária uma amostra maior em 2008 para que os dados permitissem conclusões. Essas duas categorias de roubo, pela escassez de ocorrências registradas nas pesquisas, também não permitiram uma análise causal feita adiante.

Modelo e resultados

O teste de algumas teorias expostas acima foi feito em pelo menos dois artigos: Madalozzo e Furtado (2009) e Beato (1998), respectivamente, baseados nas pesquisas de vitimização do IFB em São Paulo e na pesquisa de vitimização de Belo Horizonte pelo CRISP/ UMG de 2002 com resultados encorajadores, porém, sem tratar do capital social. O objetivo deste trabalho é verificar se o capital social de cada pessoa influi nos crimes que essa pessoa sofre, usando algumas variáveis explicativas das teorias resenhadas como controle. Pretende-se pesquisar que se um indivíduo detém um capital social maior – confia mais nos outros e tem uma rede maior de conhecidos, e segue normas “do bem” – terá uma probabilidade menor de ser vitimado. Isso será possível porque nossos dados permitem a medida do capital social individual e da vitimização.

Cabe destacar que este teste reflete uma teoria um pouco diferente da normalmente usada em que se supõe que a existência do capital social reduz a oferta de crimes, como faz, de certo modo, Sampson para comunidades. Aqui se está testando se um indivíduo que possui relacionamentos, confiança e normas seria menos vulnerável aos crimes aqui estudados, isto é, se o capital social reduz a demanda por crimes em vez da oferta. Usando o raciocínio acima, estar-se-ia testando se o possuidor de capital social é mais bem guardado ou cuidado e se os custos de vitimizar alguém com capital social elevado são maiores do que vitimizar alguém de capital social baixo. Está-se ciente de que a vitimização individual – que resulta da oferta de crimes e da demanda individual relativa – não pode ser esclarecida, pois não se tem a oferta de crimes. Essa oferta de crimes depende em grande parte da atuação da justiça criminal para a qual não temos os dados necessários e implicitamente estamos assumindo ser semelhante em se tratando de um mesmo município.

Dessa forma, os resultados pretendem ser um passo na integração de visões diversas do capital social ou, colocado de outra maneira, um passo na integração das teorias micro e macro do capital social.

O resultado, em termos de vizinhança, é que o capital social, de algum modo, percebido pelos vizinhos, incita uma reciprocidade, mesmo de pessoas sem capital social. Essa reciprocidade se traduz em cuidar de quem é conhecido, de quem confia e de quem segue normas “do bem” e também de cuidar de suas coisas. Seria uma pré-condição para indivíduos racionais investirem em capital social, pois garante que esse investimento teria um retorno. A alternativa de que o ca-

pital social não teria retornos em termos de proteção contra o crime implicaria que os indivíduos sem capital social, a maioria no Brasil, não cuidassem ou oferecessem reciprocidade aos que têm capital social, e seria irracional investir em capital social, pelo menos no que tange ao crime.

Essa intervenção em nível de comunidades requer, conforme Sampson e seus colaboradores, eficácia coletiva, além do capital social. Seria como se esta reciprocidade só se materializasse se houver na comunidade uma decisão de intervir, com o que discordamos. O fato de uma pessoa ser tratada diferencialmente pelas outras, em função de deter capital social, parece lógico e se na comunidade houver poucas pessoas com tais características, não haveria, em nível comunitário, suficiente intervenção para ser percebida em dados agregados. Isso não invalida o efeito individual. Do outro lado, se houver na comunidade mais pessoas com capital social, essa intervenção se faria sentir em nível agregado e explicaria por que os estudos de comunidades encontram uma relação entre capital social e menor vitimização.

Além de defender que o capital social de uma pessoa parece suficiente para desencadear alguma ação de proteção de outros, quando se considera a participação cívica como parte do capital social como faz Putnam, por exemplo, já se tem uma indicação de eficácia coletiva. A participação cívica implica a existência de um grupo atuante em alguma das atividades consideradas cívicas, ao qual a pessoa se junta. Naturalmente esse grupo pode ser pequeno em relação à comunidade estudada, resultando em pequeno efeito em nível agregado.

Isso se aplicaria também a formas de vitimização em que a vítima é observada pelo criminoso antes do crime. O simples fato de uma vítima potencial cumprimentar e ser cumprimentada por um maior número de pessoas pode desencorajar um delito.

Restaria analisar se o capital social se aplica em crimes em que o criminoso não tem qualquer contato prévio com a vítima. O capital social, conforme a observação de Putnam, implica mais atividades em grupo – o título *Bowling Alone* se refere às ligas de boliche nos EUA, de cujos participantes Putnam retira um de seus casos: de doação de um rim de um branco para um negro. A participação em grupos pressupõe ficar menos sozinho e, portanto, cria, como externalidade, uma redução da vulnerabilidade ao crime. Nos exemplos de demanda por delitos, citados acima, o bolo teria menos possibilidades de ficar exposto na cozinha se a cozinheira estivesse acompanhada, o médico teria menos coragem de propor pagamento sem recibo se o cliente estivesse acompanhado e certamente o bêbado acompanhado seria presa menos fácil.

Esse acompanhamento não é necessariamente físico, no momento do crime. A cozinheira pode ao telefone ser lembrada de guardar o bolo e o bêbado pode ter amigos no bar ou festa em que se encontra. O simples fato de contatos mais frequentes com outras pessoas seria suficiente para reduzir a vitimização potencial. Esse raciocínio se generaliza diretamente aos casados e aos que têm filhos, cujos momentos de solidão são reduzidos em relação aos não casados e aos que não têm filhos.

Existe, no entanto, razões para sugerir o oposto. A confiança maior poderia expor a pessoa a mais oportunidades de crime. Supõe-se que alguém desconfiado de estranhos se preservaria mais e se exporia menos. Resta saber se essas características já são capturadas pelas medidas de exposição, como aceitar um trabalho noturno, usar transporte coletivo mais inseguro, e sair à noite, não sendo possível capturar seu efeito pelas variáveis que medem o capital social.

Já existem trabalhos relacionando capital social e crime. Lederman, Loayza, e Menéndez (2000), por exemplo, citam dois argumentos para o capital social reduzir os crimes violentos:

- i. A queda dos custos de transação, que segundo os autores permitiria a resolução pacífica de conflitos.
- ii. Comunidades com laços mais fortes entre seus membros podem se organizar melhor para enfrentar o problema do “*free rider*”.

Ao se definir crime na sua concepção legal, a queda dos custos de transação efetivamente poderia reduzir a economia informal, porém, o argumento dos autores de equacionar conflito com crime não parece suficientemente claro.

Também citam vários autores para demonstrar que, por exemplo, a teoria da desorganização social, com controles sociais fracos que dificultam a organização de grupos para se proteger, induz à desconfiança e cria uma situação que propicia o crime predatório. Apresentam raciocínio semelhante para a teoria da anomia — “meio ambiente onde falta às pessoas uma ordem moral forte, elas se comportam egoisticamente e estão dispostas a explorar os outros” — e para a teoria da privação/ tensão (*strain*), em que a falta generalizada de recursos, como educação e emprego, acumulam-se com a ausência de capital social.

Lederman, Loayza, e Menéndez (2000) enumeram três desafios importantes a serem suplantados:

- i. Há outras variáveis que influenciam o crime e ao deixá-las de lado pode-se introduzir um viés nas estimativas do efeito do capital social sobre o crime.
- ii. A incidência de crimes e violência pode afetar o capital social. Lidam com esse problema de “*joint endogeneity*” por meio de variáveis instrumentais, que afetam o crime somente pelo capital social (no caso, *dummies* para a região, linhas de telefone e rádios *per capita* – que diminuem o custo de interações sociais).
- iii. O capital social pode produzir efeitos diversos dentro e fora de determinada comunidade. Gangues ou o crime organizado podem reduzir o crime dentro do grupo e aumentá-lo fora, para a população como um todo.

A dificuldade de obtenção de dados impede esses autores de lidar com esse último problema, que remete a uma definição de Fukuyama:

O capital social pode ser definido simplesmente como a existência de um conjunto de regras e normas informais partilhadas por membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles. A partilha de normas e regras não produz capital social por si só, por que os valores podem ser os errados... As normas que produzem capital social... tem que incluir substancialmente virtudes como dizer a verdade, cumprir com obrigações reciprocidade (FUKUYAMA, 1997, p. 378).

Esse ponto tem sido ressaltado por vários autores e Sampson é um deles: “redes conectam benfeitores assim como conectam traficantes de drogas”. No entanto, Sampson adiciona dois elementos a esse problema: os tipos de ligações entre pessoas e uma regra para definir o capital social bom. Separa relações sociais densas de ligações fracas (as *weak ties* de Granovetter), indicando que frequentemente são essas últimas que ajudam a combater o crime, ao contrário das primeiras, que têm efeito ambíguo. “Ao invocar uma dimensão normativa ou de direcionamento a metas aplica” o *requisito da não exclusividade* de um bem público – se o seu consumo por um membro da comunidade diminui o montante disponível para a comunidade como um todo?”

Lederman, Loayza, e Menéndez (2000), no entanto, enfatizam o uso de medidas de capital social que representem a sociedade como um todo em detrimento de medidas de grupos mais restritos. Nesse sentido, acham um efeito significativo e robusto da confiança sobre o

crime. Os outros indicadores de capital social, religiosidade, (a importância autodeclarada da religião sobre a vida diária do indivíduo), frequência de idas à igreja, ser membro e participar de organizações sociais voluntárias, têm efeito mais duvidoso. Utilizam como outras variáveis a desigualdade de renda (coeficiente de Gini) e a taxa de crescimento do PIB *per capita*.

A variável dependente e os tipos de crime usados

A variável dependente dessas regressões assume valor um quando a pessoa tiver sido vitimada e assume o valor zero caso contrário. Isso para cada tipo de crime durante os doze meses anteriores ao da pesquisa. Para esse tipo de variável requer-se um tratamento econométrico específico, já que uma equação linear com mínimos quadrados pode produzir coeficientes com viés e inconsistentes. Segundo Long e Free (2006), para variáveis dicotômicas ou *dummies*, deve-se utilizar modelos *probit*, *logit*, ou o modelo complementar *log-log*, entre os quais escolhemos o *probit*.

Para verificar empiricamente como, no nível do indivíduo, o capital social influi na probabilidade de ser vítima, os crimes foram divididos primeiro em crimes com ou sem motivação econômica. Existe uma diferença importante nas explicações para realizar crimes com motivação econômica, já destacada anteriormente (Levitt) que torna sua análise mais suscetível pelos modelos de escolha racional. Espera-se que esse fato se reflita sobre as variáveis que são procuradas pelo criminoso, principalmente a riqueza. Já para os crimes sem motivação econômica, no nosso caso as agressões, a riqueza deveria ter importância menor.

Com motivação econômica tem-se o roubo e o furto e sem motivação econômica temos as agressões, como crimes para os quais temos dados. Os crimes com motivação econômica foram separados em quatro categorias adicionais: roubo e furto na residência da vítima, roubo e furto fora da residência, estelionato e roubo de veículo. O motivo para separar os delitos na residência da vítima são que se possuem dados sobre as características da comunidade e da própria residência o que não ocorre com os crimes fora da residência, de caráter mais aleatório em relação a essas características. Separou-se, em seguida, o que chamamos de estelionato, por serem crimes que requerem algum relacionamento entre a vítima e o criminoso, mesmo que apenas o recebimento de dinheiro (falso, em nosso caso). Finalmente o roubo e furto de automóvel, que na literatura tem recebido um tratamento individualizado.

As variáveis independentes

A confiança e o problema da endogeneidade

Por qualquer definição apresentada de capital social, não existe uma variável que sozinha possa representá-lo adequadamente. Escolheram-se três variáveis que se espera representar os principais aspectos do capital social: a confiança generalizada, a confiança mais restrita e o relacionamento com os vizinhos, e a participação cívica.

A primeira variável usada para medir o capital social será a confiança generalizada. A incidência de crimes e a violência devem afetar a confiança generalizada. Alesina e La Ferrara (2000) apontam os traumas recentes como uma das principais causas da perda de confiança. Não há indícios de semelhante endogeneidade em relação ao crime para a confiança nos vizinhos ou para a participação em associações, também usadas como variáveis explicativas e definidas a seguir.

Como nas duas pesquisas do IFB, foi possível repetir 567 respondentes, isto é, 567 pessoas responderam a ambas as pesquisas, podemos, pela evolução de suas respostas, ter uma indicação da influência da vitimização sobre a confiança com base nos dados. Foram separadas as vítimas em 2003 e 2008 das não vítimas. Em cada ano da pesquisa e, para cada grupo, foi calculada a alteração dos percentuais dos que confiam nos outros sobre o total da amostra, mostrado no quadro a seguir.

Pessoas que confiam nos outros em % do total da amostra (amostra de 567 pessoas que responderam a ambas as pesquisas de 2003 e de 2008)		
Na pesquisa de 2003		
	Vítima em 2003	Não vítima em 2003
Vitimizado em 2008	17,31	11,58
Não Vitim. em 2008	13,07	10,58
Na pesquisa de 2008		
Vitimizado em 2008	14,29	7,22
Não Vitim. em 2008	14,94	13,46
Variação do % entre 2003 e 2008		
Vitimizado em 2008	-3,02	-4,36
Não Vitim. em 2008	1,87	2,88

Antes de comparar os resultados das duas pesquisas é necessário levar em conta as mudanças do nível de confiança detectadas no total das pessoas que foram ouvidas nas duas pesqui-

sas, supondo que esse total capta a variação do nível de confiança da população. Pode-se verificar que há um aumento de confiança generalizada entre as duas pesquisas e que esse aumento é maior para as pessoas que não foram vítimas. Ao levar em conta essa variação, estaríamos “deflacionando” os resultados da amostra de 567 pessoas pela mudança ocorrida na população, conforme os quadros abaixo.

% de pessoas que confiam nos outros (do total das amostras de cada pesquisa)		
	Vítimizado	Não vítima
Pesquisa 2003	11,00	11,70
Pesquisa 2008	11,93	13,69
Variação % 2003/2008	8,45	17,01
Na Pesquisa de 2008 trazida aos níveis de confiança de 2003		
Vítimizado em 2008	13,08	6,61
Não Vítim. Em 2008	12,40	11,17
Variação do % entre 2003 e 2008 "deflacionado"		
Vítimizado em 2008	-4,23	-4,97
Não Vítim. Em 2008	-0,67	0,59

A tese que se quer constatar é que sofrer um crime resulta numa perda de confiança nos outros. Os respondentes que foram vítimas de crime deveriam apresentar uma queda de confiança (em relação aos que não foram vítimas), refletida nos percentuais dos que confiam. Como o questionário se refere à vitimização nos doze meses anteriores ao da aplicação do questionário e a confiança é a do momento da aplicação, o crime antecede a mensuração da confiança em cada pesquisa.

No grupo que sofreu vitimização nas duas pesquisas se espera uma queda de confiança e é isso que os dados indicam: redução de 4,23 pontos percentuais na proporção dos que confiam.

Dos que não foram vítimas nem em 2003 nem em 2008, houve um aumento de confiança de 0,59 pontos de percentagem, acima do aumento da confiança ocorrido na população.

Dos que não foram vítimas em 2003 e o foram em 2008, esperar-se-ia uma queda de confiança. O percentual dos que confiam cai de 4,97 pontos de percentagem.

Finalmente, os que foram vítimas em 2003 e não o foram em 2008, dever-se-ia esperar um aumento da confiança na medida em que o trauma da vitimização fica mais distante; mas há uma pequena queda de 0,67 pontos percentuais. Esse cálculo é meramente indicativo, pois não

se tem dados de vitimização para os anos entre 2003 e 2008, que podem influenciar o resultado. Contudo, apresentam uma indicação forte para confirmar a hipótese da endogeneidade da confiança em relação ao crime, geralmente aceita e comprovada por estudos empíricos como de Alesina e La Ferrara (2000), sendo necessário lidar com o problema. Isso será feito pelo uso de variáveis instrumentais, escolhidas entre as variáveis disponíveis que influem na confiança sem ser influenciadas pelo crime.

Realiza-se a seguir o mesmo cálculo para a seguinte pergunta do Questionário:

Q153. O(a) Sr(a) diria que a maioria das pessoas pensa em tirar vantagem do(a) Sr(a) se tiver uma chance, ou a maioria das pessoas tenta ser correta?

1. A maioria das pessoas pensa em tirar vantagem
2. A maioria das pessoas tenta ser correta

Na pesquisa de 2003		
	Vítimizado em 2003	Não vítima em 2003
Vitimizado em 2008	29,81%	32,26%
Não Vitim. Em 2008	26,97%	28,29%
Na pesquisa de 2008		
Vitimizado em 2008	33,98%	33,68%
Não Vitim. Em 2008	27,40%	33,33%

Variação do % entre 2003 e 2008		
Vitimizado em 2008	4,17%	1,42%
Não Vitim. Em 2008	0,43%	5,04%
Pessoas que confiam nos outros em % do total da amostra (do total das amostras de cada pesquisa)		
	Vitimizado	Não Vitimizado
Pesquisa 2003	27,79%	29,91%
Pesquisa 2008	29,02%	30,32%
Variação % 2003/2008	4,43	1,37
Na pesquisa de 2008 trazida aos níveis de confiança de 2003		
Vitimizado em 2008	32,48%	32,19%
Não Vitim. Em 2008	27,02%	32,87%
Variação do % entre 2003 e 2008 "deflacionado"		
Vitimizado em 2008	2,67%	-0,07%
Não Vitim. Em 2008	0,05%	4,58%

Para a pergunta que trata da percepção da índole das pessoas – tentam ser corretas – seria de se esperar uma queda da percepção da índole no grupo que sofreu vitimização nos anos das duas pesquisas, caso a vitimização afetasse a percepção. Mas os dados indicam um aumento de 2,67 pontos percentuais na proporção dos que percebem uma índole boa nas pessoas. Esse dado contradiz a hipótese de que a vitimização influiria na percepção da índole. Embora os outros três grupos tenham o sinal esperado, como dois deles são de valor pouco significativo, não há evidência suficiente para se afirmar que exista a relação entre a pessoa cair vítima e a percepção da correção dos outros.

Embora a prática de colocar a confiança como variável explicativa e chamá-la de capital social seja corriqueira, pretende-se acrescentar mais duas variáveis para medir mais corretamente o que seria o capital social: a confiança restrita aos vizinhos e a participação cívica, medida pela participação em entidades relevantes. Embora essas inclusões tenham origem nos artigos de Sampson e de seus colaboradores, não se pode afirmar estar usando sua teoria, pois Sampson (2006) aponta para o ponto teórico importante que é o de que os processos de vizinhança podem e devem ser tratados como fenômenos ecológicos ou coletivos em vez de *stand-ins* para traços de nível individual. Neste trabalho, estuda-se a influência do capital social na vitimização do próprio indivíduo, possivelmente, seria repudiada por Sampson, que reconhece a importância da ligação teórica micro-macro, mas que não a realiza em seus estudos. O máximo que se podem aproximar as duas visões, é que, se essas categorias de capital social são importantes para a comunidade, deveriam ser importantes para o indivíduo.

A segunda variável utilizada traduz a confiança nos vizinhos e se inspira nos mecanismos sociais de vizinhança que influenciam o crime, medindo as ligações sociais ou interações representadas por aquilo que Sampson chama de capital social: a densidade das relações sociais entre vizinhos e a frequência de sua interação social. Uma pergunta no questionário, que procura medir esse fenômeno, será usada para medir o acesso da pessoa aos vizinhos e dos vizinhos àquela pessoa.

A terceira variável a ser usada como aspecto do capital social é uma medida da participação cívica. Certamente ela se inclui no capital social, mas também tem aspectos do que Sampson denomina eficácia coletiva, e que, segundo ele, é diferente da confiança e do capital social.

Para verificar empiricamente como o capital social influi no crime, utilizam-se como variáveis de controle indicadas pelas várias teorias acima expostas. Dessa forma, estaremos também testando essas teorias com a nossa base de dados, isto é, observando a relevância de cada uma das respectivas variáveis explicativas.

6. RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Antes de estimar os efeitos do capital social sobre a vitimização, serão estimadas, a seguir, os efeitos de algumas das variáveis exógenas usadas como controle, utilizando um conjunto diferente de dados oriundos da mesma pesquisa de Vitimização de São Paulo do IFB. Trata-se dos dados menos detalhados, porém relativos a todas as pessoas que moram na residência do entrevistado, incluindo o próprio entrevistado.

Na pesquisa de campo, antes do conjunto de perguntas detalhadas sobre a vitimização do próprio entrevistado, houve um bloco de perguntas mais simples sobre as características dos outros residentes, que não tocaram em aspectos do capital social. Perguntou-se aos entrevistados se ele e os outros residentes daquela casa foram vítimas de três crimes mais comuns: roubos e furtos, alguma agressão física e alguma outra forma de violência ou crime; durante o ano imediatamente anterior a data da entrevista. Embora estas respostas retratem com menor fidelidade os crimes sofridos por cada indivíduo, por serem relatados por um terceiro e não pela própria vítima, como dizem respeito a um número aproximadamente quatro vezes maior de indivíduos – a média de pessoas por residência –, permitem obter resultados mais consistentes de regressões com uma amostra substancialmente maior.

Esses resultados, no entanto, não permitem maiores comparações aos das regressões subsequentes, exceto pelo fato de possibilitar a análise qualitativa de algumas das variáveis dependentes.

A amostra de todos os moradores

Na tabela que segue, a variável dependente é a de ter sido vítima de um roubo ou furto e as variáveis independentes são listadas na primeira coluna. Apresentamos os resultados que serão usados na análise, apenas. Na segunda coluna encontra-se o coeficiente que resulta do comando Dprobit (vide a descrição na explicação do comando Dprobit do Manual do Stata) que estima a alteração de probabilidade medida em desvios padrão por cada alteração unitária de uma unidade da variável independente. Na terceira coluna encontra-se a variável $P > |z|$ que usaremos como de significância desse coeficiente. Como o número de regressões é elevado traçaremos um limite de 10 % ($P > |z|$ é menor que 0.01) para considerar o resultado significativo ou não.

Passa-se a descrever grupos de variáveis e seus resultados.

Roubos Todos Moradores		
Deprobit		
Year	0,27%	0,366
Classe A1	9,17%	0,000
Classe A2	7,88%	0,000
Classe B1	6,84%	0,000
Classe B2	4,25%	0,000
Classe C1	2,96%	0,000
Classe C2	0,72%	0,264
Idade 0-15	-5,68%	0,000
Idade 16-24	1,65%	0,004
Idade 25-34	2,86%	0,000
Idade 35-50	1,07%	0,022
Masculino	1,68%	0,000
Favela	-2,24%	0,000
Conj Habitacional	-0,93%	0,264
Próx Favela	-0,80%	0,017
Moradia Segura	-0,58%	0,174
Mulher Chefe	0,48%	0,132
Pagou Escritura	-0,61%	0,047
Nº de Moradores	-0,48%	0,000
Casado Formalmente	0,72%	0,060
Casado Informalmente	1,58%	0,008
Trabalha ou Estuda	2,22%	0,000
Primário completo / Ginásial incompleto	1,18%	0,042
Ginásial completo / Colegial incompleto	2,01%	0,003
Colegial completo / Superior incompleto	2,67%	0,000
Superior completo	4,40%	0,000

Começando pela variável ano, seu coeficiente não é significativo (0.366).

Em seguida, as classes sociais são todas significativas e se referem à classe C3, a mais baixa, que não foi incluída na variáveis independentes. Nesse caso os resultados mostram claramente uma mudança de vitimização progressivamente maior para classes mais altas (a exceção fica por conta da classe C2 cujo coeficiente não é significativo). Cabe destacar que o efeito da classe social é bem maior que os efeitos das outras variáveis como educação e idade, por exemplo.

O próximo grupo de *dummies* representando a Idade, excluímos o grupo de faixa etária acima de 50 anos. Só o grupo de 0 a 15 anos a vitimização é menor que a desse grupo mais velho. Nos outros grupos etários verificamos coeficientes de vitimização maiores com o coeficiente máximo no grupo de 25 a 34 anos.

Homens (já que a variável excluída foi mulheres) tem um nível de significância elevado e sinal positivo.

Em relação à localização da moradia da vítima, pode-se deduzir que ocorre menos com moradores em locais que nem ficam numa favela, nem próximos nem possivelmente num conjunto habitacional (não significativo, mas com o sinal semelhante ao da favela), invertendo nossa intuição. Esse fenômeno será abordado mais adiante.

Incluímos uma variável que levasse em conta a cuidados adicionais para elevar o nível de segurança da moradia como um condomínio em relação às moradias que não têm tais facilidades, e verifica-se que os habitantes dessas moradias não têm um nível de vitimização menor, embora o sinal dos coeficientes esteja na direção esperada.

Famílias em nossa sociedade são normalmente chefiadas por homens, se separarmos as que são chefiadas por uma mulher não há diferença captada pelo coeficiente para esse crime.

Incluindo-se uma variável que poderia influir nas atitudes das pessoas, segundo alguns artigos da literatura – a posse de uma escritura definitiva de seu imóvel –, obtivemos uma resposta negativa, menor vitimização, e significativa.

O número de moradores do domicílio pode ser considerado uma segurança adicional e é uma das variáveis independentes que não são *dummies*. O coeficiente da regressão com sinal negativo mostra que mais moradores resultam em menor vitimização.

As duas variáveis seguintes que se referem ao estado civil dos indivíduos: casado formalmente, casado informalmente e a variável excluída não casado. O resultado de uma vitimização maior para os casados que indica serem mais vítimas de roubos e furtos não é o esperado, embora se esperasse que os casados formalmente fossem menos vitimizados que os informalmente.

Comparados com a variável excluída, daqueles que não saem obrigatoriamente de casa, os indivíduos que trabalham ou estudam sofrem maior vitimização, provavelmente, porque se expõem mais.

Finalmente, as quatro últimas variáveis que com a categoria excluída de Analfabeto/Primário Incompleto representam os graus de educação formal das pessoas, têm coeficientes positivos e crescentes para níveis de educação. Quanto mais elevado o grau de escolaridade maior será a atratividade dos indivíduos. Esse fato pode decorrer da elevada correlação entre classe social e escolaridade e da classe social não capturar corretamente todos os bens que atraem predadores.

A próxima regressão, cuja variável dependente é a agressão ao indivíduo e cujas vítimas estamos supondo ser atacadas sem motivo econômico encontra-se no quadro seguinte.

A variável Year que mostra a variação entre as duas pesquisas tem o nível de significância desejado e é negativo, indicando uma redução da tendência de sofrer agressões. É interessante notar que se esperaria uma redução da criminalidade relacionada a motivos econômicos, o que não ocorre (em roubos, no quadro anterior), podendo indicar um efeito pequeno da atuação policial direta e um efeito de aumento da civilidade das pessoas.

O efeito das classes sociais é bem diverso do que para roubos e furtos. Só o coeficiente da classe 2 atinge o nível de significância de 10 % e os sinais são variados, indicando a irrelevância da classe social no que tange sofrer agressões, conforme esperado.

Quanto à idade, os resultados são de grande semelhança com os de roubos e furtos, em relação aos mais velhos – a idade excluída é dos acima de 50 anos – os mais jovens até 15 anos são menos agredidos e os outros mais.

O resultado para as agressões a homens (mulheres são a variável excluída) são mais altos.

Proximidade da favela não tem significância, nem moradias com medidas de segurança adicionais.

Já famílias chefiadas por mulheres sofrem mais agressões do que as que são chefiadas por homens.

Ter ou não a escritura da casa, conforme esperado, não afeta as agressões sofridas, nem o número de moradores.

O casamento formal é significativo e reduz o número de agressões sofridas.

Quem tem um trabalho ou estuda fora, conforme esperado de sua exposição maior, tende a ser mais agredido.

Finalmente, quanto ao grau de instrução, não afeta as agressões sofridas.

Agressões Todos Moradores		
Deprobit		
Year	-0,24%	0,087
Classe A1	-0,06%	0,930
Classe A2	1,67%	0,001
Classe B1	-0,12%	0,704
Classe B2	-0,10%	0,699
Classe C1	0,31%	0,213
Classe C2	0,12%	0,640
Idade 0-15	-0,41%	0,156
Idade 16-24	1,52%	0,000
Idade 25-34	1,34%	0,000
Idade 35-50	0,61%	0,027
Masculino	0,50%	0,000
Favela	-0,34%	0,146
Conj Habitacional	-0,01%	0,981
Próx Favela	0,29%	0,066
Moradia Segura	0,04%	0,859
Mulher Chefe	0,28%	0,062
Pagou Escritura	-0,18%	0,216
Nº de Moradores	-0,02%	0,496
Casado Formalmente	-0,34%	0,058
Casado Informalmente	0,25%	0,335
Trabalha ou Estuda	0,29%	0,065
Primário completo / Ginásial incompleto	0,24%	0,334
Ginásial completo / Colegial incompleto	0,44%	0,137
Colegial completo / Superior incompleto	-0,02%	0,935
Superior completo	0,32%	0,394

Perguntou-se também quanto a outras violências, mas como é uma categoria do que cada um supõe não ter sido incluídos em roubos e furtos e agressões são de análise difícil.

Analisaremos apenas alguns itens que se destacam.

Há uma queda da vitimização entre os dois anos analisados, conforme já acontecera com as agressões. O padrão quanto à idade acompanha o das duas vitimizações anteriores, bem como o de ser do sexo masculino. Já o grau de educação acompanha o padrão de roubos e furtos, que aumenta a propensão a ser vitimizados.

Outras Violências Todos Moradores		
Deprobit		
Year	4,16%	0,000
Classe A1	-0,04%	0,955
Classe A2	0,99%	0,053
Classe B1	0,02%	0,961
Classe B2	-0,18%	0,571
Classe C1	-0,13%	0,651
Classe C2	-0,28%	0,358
Idade 0-15	-1,89%	0,000
Idade 16-24	0,68%	0,026
Idade 25-34	0,76%	0,008
Idade 35-50	0,48%	0,056
Masculino	0,27%	0,088
Favela	-0,46%	0,076
Conj Habitacional	0,38%	0,408
Próx Favela	0,03%	0,873
Moradia Segura	0,13%	0,567
Mulher Chefe	-0,01%	0,962
Pagou Escritura	-0,07%	0,686
Nº de Moradores	-0,20%	0,000
Casado Formalmente	0,02%	0,900
Casado Informalmente	0,87%	0,007
Trabalha ou Estuda	0,16%	0,349
Primário completo / Ginásial incompleto	0,62%	0,054
Ginásial completo / Colegial incompleto	0,87%	0,021
Colegial completo / Superior incompleto	1,25%	0,001
Superior completo	2,10%	0,000

Resumindo, os sinais dos coeficientes com significância acima de 10 % no quadro a seguir podemos verificar que as classes sociais só são sistematicamente atuantes sobre a variável roubos e furtos, embora com sinais esperados para agressões e outros.

A vitimização por grupos etários é praticamente idêntica para as três variáveis com os menores de 15 anos menos agredidos que os mais velhos que 50 anos e os restantes mais agredidos que esses mais velhos que 50 anos e que foram a classe não incluída.

Homens são sempre mais vitimizados.

Morar numa favela provoca menos vítimas e próximo de uma favela ou num grupo habitacional é de resultado incerto.

Outras Violências Todos Moradores			
Deprobit			
	Roubos	Agressões	Outros
Year	0	+	+
Classe A1	+	0	0
Classe A2	+	+	+
Classe B1	+	0	0
Classe B2	+	0	0
Classe C1	+	0	0
Classe C2	0	0	0
Idade 0-15	-	0	-
Idade 16-24	+	+	+
Idade 25-34	+	+	+
Idade 35-50	+	+	+
Masculino	+	+	+
Favela	-	0	-
Conj Habitacional	0	0	0
Próx Favela	-	+	0
Moradia Segura	0	0	0
Mulher Chefe	0	+	0
Pagou Escritura	-	0	0
Nº de Moradores	-	0	-
Casado Formalmente	+	-	0
Casado Informalmente	+	0	+
Trabalha ou Estuda	+	+	0
Primário completo / Ginásial incompleto	+	0	+
Ginásial completo / Colegial incompleto	+	0	+
Colegial completo / Superior incompleto	+	0	+
Superior completo	+	0	+

Quanto maior a educação atingida pelo indivíduo mais ele é vitimizado tanto em roubos como em outras violências. A educação não parece fazer diferença quanto às agressões.

A amostra limitada às vitimizações dos entrevistados

Passamos a analisar as regressões para as quais temos dados individuais sobre o capital social. Utilizamos como variáveis independente a confiança (pergunta do WVS), a participação nas atividades e a confiança no vizinho, representando três vetores do que chamamos de confiança no sentido mais amplo, para representar o capital social.

Variáveis independentes usadas nas regressões

No quadro seguinte encontram-se listadas as variáveis utilizadas nas regressões que se seguem e a sua caracterização.

Os sinais esperados das variáveis explicativas nas regressões estão resumidas no quadro seguinte, acompanhadas do sinal esperado, da principal justificativa para esperar o sinal e as eventuais dúvidas, conforme as diversas teorias resenhadas:

Sinais Esperados das Variáveis Independentes contra a Variável Dependente: Vítima de Crime (dummy) e Justificativas					
Variáveis	Economicamente motivados Roubos e Furtos			Sem motiv. Econômica	Justificativa ou dúvida
	No domicílio	Fora do domicílio	Estelionato	Agressões	
Riqueza (classe social)	(+)	(+)	(+)		Aumenta atratividade da vítima
Idade	(+)	(+)	(+)	(+)	Se expondo menos, mas indefeso
Sexo masculino	(+)	(+)	(+)	(+)	Homens mais propensos ao risco
Raça (não branco)	(+)	(+)	(+)	(+)	Discriminação
Trabalho Noturno	(+)	(+)	(+)	(+)	Aumenta a exposição
Transporte Coletivo		(+)	(+)	(+)	Aumenta a exposição
Cinema		(+)	(+)	(+)	Aumenta a exposição
Casas Noturnas		(+)	(+)	(+)	Aumenta a exposição

Favela	(+)	(+)	(+)	(+)	Local mais perigoso
Conjunto Habitacional	(+)	(+)	(+)	(+)	Local mais perigoso
Próximo à Favela	(+)	(+)	(+)	(+)	Local mais perigoso
Mulher Chefe Domicílio	(+)			(+)	Maior fragilidade
Casado Formalmente	(-)	(-)	(-)	(-)	Maior comprometimento
Casado Informalmente	(-)	(-)	(-)	(-)	Maior comprometimento
Trabalha ou Estuda	(+)	(+)	(+)	(+)	Aumenta a exposição
Pagou a escritura	(-)	(-)	(-)	(-)	Maior Estabilidade
Ingere Álcool	(+)	(+)	(+)	(+)	Mais Indefeso. Descontrole
Naturalidade (fora de SP)	(+)	(+)	(+)	(+)	Discriminação
No. De moradores	(+)				Maior Proteção
Educação	(-)	(-)	(-)	(-)	Mais defensivo

Como mostramos que a confiança depende dos crimes sofridos, lidamos com esse problema estatisticamente por meio de variáveis instrumentais usando o resultado da estimação do valor estimado de uma regressão de confiança contra duas variáveis que não se relacionavam aos crimes: anos de emprego e uso da internet.

Examinaremos, inicialmente, os três crimes com motivação econômica. As medidas de capital social não são significativas para roubos a residência. A participação de atividades aumenta a probabilidade de ser vítima em roubos fora da residência, pois a pessoa se expõe mais. Quanto aos estelionatos, aumenta brutalmente a probabilidade de ser vítima em função da confiança, mas também da participação das atividades que expõe a pessoa.

Quanto à classe social, em relação à variável da classe C3 não incluída, quanto mais elevada a classe social, crescente a probabilidade de sofrer vitimização com poucas exceções não significantes. A única exceção dessa escala crescente parece ser, para os três crimes, a Classe A1 que parece se proteger dos roubos fora da residência apresentando um coeficiente menor do que os das outras classes.

Quanto à faixa etária – em relação à faixa excluída de regressão – de mais de 50 anos, os resultados apresentam-se significativos e positivos. Cabe lembrar que a amostra não inclui indivíduos menores de 15 anos. Nos roubos dentro e fora da residência a faixa mais velha incluída parece sofrer um pouco menos do que as mais jovens; sendo vítima preferencial dos estelionatos.

Roubos a Residência			Fora da Residência		Estelionatos	
Dprobit - Capital Social + Controles						
Year	-0,28%	0,648	-1,41%	0,104	-2,90%	0,010
Confiança	4,88%	0,467	6,91%	0,468	36,85%	0,003
Participa Atividades	0,68%	0,304	3,27%	0,000	6,12%	0,000
Confia no Vizinho	0,18%	0,769	-0,42%	0,630	-1,22%	0,288
Classe A1	11,75%	0,003	5,86%	0,201	10,56%	0,078
Classe A2	4,05%	0,053	13,86%	0,000	9,58%	0,006
Classe B1	3,39%	0,033	10,43%	0,000	8,90%	0,001
Classe B2	2,67%	0,036	7,56%	0,000	6,41%	0,004
Classe C1	1,58%	0,163	5,05%	0,004	2,76%	0,170
Classe C2	-0,31%	0,778	2,14%	0,229	3,35%	0,100
Idade16-24	3,58%	0,003	3,30%	0,042	2,06%	0,309
Idade 25-34	2,79%	0,010	3,53%	0,017	3,48%	0,059
Idade 35-50	1,78%	0,059	1,39%	0,285	4,08%	0,014
Masculino	-0,48%	0,435	1,43%	0,100	2,66%	0,019
Não Branco	-0,84%	0,169	-0,42%	0,631	0,19%	0,865
Trabalho Noturno	1,31%	0,069	3,12%	0,002	7,04%	0,000
Transporte Coletivo	-0,85%	0,163	-1,30%	0,137	-1,04%	0,359
Cinema	0,12%	0,861	2,99%	0,002	2,83%	0,026
Casas Noturnas	0,56%	0,421	2,98%	0,003	5,21%	0,000
Favela	-2,85%	0,004	-3,64%	0,017	-3,33%	0,086
Conj Habitacional	-1,04%	0,532	0,45%	0,852	-1,39%	0,657
Próx Favela	-0,68%	0,295	-1,45%	0,124	-1,09%	0,376
Mulher Chefe	1,46%	0,019	0,65%	0,459	0,13%	0,911
Casado Formalmente	0,38%	0,587	0,17%	0,863	1,78%	0,168
Casado Informalmente	2,62%	0,015	0,41%	0,780	5,61%	0,003
Pagou Escritura	0,09%	0,886	-0,94%	0,272	-0,83%	0,461
Cinco Doses	0,49%	0,486	2,29%	0,023	2,08%	0,112
Migrante Estado	-0,12%	0,854	-1,04%	0,266	-2,67%	0,025
Trabalha ou Estuda	0,05%	0,953	2,91%	0,010	5,78%	0,000
Nº de Moradores	0,38%	0,024	0,16%	0,537	0,29%	0,374
Primário completo / Ginásial incompleto	0,35%	0,763	0,68%	0,711	3,17%	0,146
Ginásial completo / Colegial incompleto	-0,31%	0,801	0,08%	0,968	4,06%	0,083
Colegial completo / Superior incompleto	-0,09%	0,941	4,25%	0,029	2,66%	0,254
Superior completo	-0,08%	0,958	5,63%	0,021	-0,47%	0,867
Moradia Segura	-2,46%	0,002				

Quanto ao sexo da vítima, não é significativo para roubos na residência, sendo significativo para roubos e furtos fora da residência e para estelionatos em que os homens são mais visados.

A discriminação racial não faz diferença quanto aos três crimes com motivação econômica.

Os que têm um trabalho noturno são mais visados para os três tipos de crime economicamente motivado, provavelmente porque a pessoa se expõe em horas de menor movimento.

O uso de transporte coletivo não afeta a vitimização, embora por poucas unidades de significância a mais, isto é, se aumentássemos o nível de significância de 10% para 17% já estaríamos indicando o transporte coletivo como um inibidor da vitimização.

Frequentar o cinema e casas noturnas aumenta a vitimização pela maior exposição nas atividades fora de casa, não afetando a vitimização dentro de casa.

Morar numa favela diminui a vitimização desses três crimes, invertendo completamente o que se esperava. Provavelmente será necessário recorrer a estudos sociológicos das favelas, onde se espera uma atuação menor da polícia e uma comunidade mais interligada. Em conjuntos habitacionais e próximos à favela esse efeito não é captado pelos respectivos coeficientes que não são significativos.

Famílias chefiadas por uma mulher têm mais roubos a residência, como se os ladrões previssem onde é mais fácil roubar, já que nos crimes fora da residência não se pode sentir esse efeito.

Quando há um casamento formal ou informal seus efeitos só são sentidos para casamento informal, o que não deixa uma motivação de fácil compreensão, indicando possivelmente um problema estatístico.

Ter uma escritura quitada bem como tomar mais de cinco doses de bebida não tem efeito significativo em nenhum dos três crimes, exceto para roubo fora da residência onde a bebida aumenta a probabilidade da vitimização.

Ser migrante de outro estado sempre tem um coeficiente negativo, mas só é significativo para estelionatos indicando, pela redução da vitimização, uma possível atitude defensiva de quem é de fora.

Quem trabalha ou estuda é vítima de crimes fora da casa, o que é esperado, enquanto o número de moradores por moradia reduz os roubos na residência.

É difícil estabelecer um padrão de comportamento da vitimização em relação ao nível de escolaridade. Para os roubos na residência, nenhum é significativo; para os roubos fora da residência, os dois grupos de educação mais elevada, e para os estelionatos o grupo de ginásial completo/colegial incompleto tem coeficientes positivos.

Finalmente, para um sistema de segurança como os condomínios, que só foi usado para roubos na residência, resulta um coeficiente negativo indicando ser efetivo em reduzir a vitimização.

No próximo quadro, juntamos os resultados compactos para as variáveis dependentes de crimes que consideramos não economicamente motivados: agressões físicas e verbais.

Para as variáveis representando o capital social, só a variável que participa de atividades é significativa e positiva, indicando que um aumento de participação levaria a um aumento de agressões. Já para as agressões verbais, todas as três variáveis representando o capital social são significantes ao nível de 10 %, porém, o valor para a variável confiança é positivo e muito elevado, contrário à hipótese de que a confiança reduziria a vitimização. Para participação nas atividades é positiva, e para confiar no vizinho é negativa, portanto, estaria de acordo com o capital social reduzir a vitimização.

Das seis variáveis representando as classes sociais apenas uma é significativa, de modo que pode-se dizer que as classes sociais não influem na vitimização.

Quanto às faixas etárias, novamente todas têm seus coeficientes significativos a 10 %, com a maior vitimização por agressões ocorrendo na faixa de 16 a 24 anos.

Homens são surpreendentemente menos vítimas da agressões físicas e seu coeficiente de agressões verbais não é significativo.

Quanto a ser não branco, os coeficientes não são significativos.

Trabalho noturno aumenta as agressões físicas e verbais.

Agressões Físicas			Agressões Verbais	
Dprobit - Capital Social + Controles				
Year	-0,85%	0,025	-4,33%	0,000
Confiança	5,45%	0,223	27,08%	0,013
Participa Atividades	1,11%	0,011	7,93%	0,000
Confia no Vizinho	-0,04%	0,924	-2,07%	0,034
Classe A1	-1,37%	0,348	-6,01%	0,145
Classe A2	0,27%	0,797	0,58%	0,831
Classe B1	-1,27%	0,075	-1,20%	0,567
Classe B2	-0,59%	0,365	-2,73%	0,116
Classe C1	0,03%	0,965	-0,50%	0,755
Classe C2	-0,21%	0,731	-1,07%	0,507
Idade 16-24	4,42%	0,000	10,55%	0,000
Idade 25-34	2,93%	0,001	6,22%	0,000
Idade 35-50	1,75%	0,023	3,85%	0,011
Masculino	-0,92%	0,016	1,46%	0,131
Não Branco	-0,30%	0,417	-0,28%	0,773
Trabalho Noturno	0,99%	0,031	2,70%	0,016
Transporte Coletivo	0,19%	0,624	1,32%	0,176
Cinema	0,55%	0,197	2,22%	0,040
Casas Noturnas	0,99%	0,023	4,15%	0,000
Favela	-0,28%	0,643	0,20%	0,902
Conj Habitacional	1,85%	0,100	3,03%	0,273
Próx Favela	0,07%	0,871	0,75%	0,478
Mulher Chefe	0,49%	0,200	0,94%	0,329
Casado Formalmente	-1,11%	0,011	-4,32%	0,000
Casado Informalmente	0,37%	0,521	-0,02%	0,992
Pagou Escritura	-0,12%	0,753	-0,83%	0,393
Cinco Doses	1,65%	0,000	4,06%	0,000
Migrante Estado	-0,56%	0,167	-2,55%	0,013
Trabalha ou Estuda	-0,38%	0,455	0,51%	0,688
Nº de Moradores	0,28%	0,004	0,61%	0,024
Primário completo / Ginásial incompleto	-0,83%	0,204	3,02%	0,117
Ginásial completo / Colegial incompleto	-0,20%	0,780	4,95%	0,018
Colegial completo / Superior incompleto	-1,28%	0,067	2,16%	0,290
Superior completo	-1,09%	0,171	4,79%	0,065

Cinema aumenta as agressões verbais, apenas. Enquanto a frequência a casas noturnas aumenta as agressões físicas e verbais.

A moradia estar próxima ou dentro de uma favela, ou conjunto habitacional, não afeta as agressões, nem de ser chefiada por uma mulher.

Ser casado formalmente reduz as agressões, porém, não no caso de ser casado informalmente.

Ter ou não uma escritura não afeta as agressões.

Conforme esperado, a nossa medida de consumo excessivo de álcool, tomar mais de cinco doses, aumenta as agressões tanto físicas como verbais, significativamente.

Ser migrante de fora do estado reduz as agressões, significativamente apenas para as verbais.

Trabalhar ou estudar não afeta as agressões.

O aumento do número de moradores na residência aumenta as agressões.

O grau de escolaridade, em uma interpretação pouco livre, aumenta as agressões verbais e reduz as físicas, como se os indivíduos pudessem fazer uso de suas vantagens comparativas adquiridas no estudo.

No quadro seguinte anotamos com um + os coeficientes positivos, significativos a 10 %, com um – os coeficientes negativos com grau de significância de 10 % e com um 0 (zero) os coeficientes cuja significância ficou abaixo de 10 %. Dessa forma, pudemos destacar algumas características de crimes diferentes. Ao lado colocamos o que era esperado dos coeficientes(+), (-) ou nada, permitindo analisar aqueles cuja expectativa estava errada. Não colocamos expectativas para o capital social

Se o efeito do capital social fosse de reduzir a vitimização teríamos uma comprovação forte de que o capital social ajudaria a reduzir o crime, por meio dos mecanismos que descrevemos anteriormente. Caso contrário, temos simplesmente que a confiança deixa o indivíduo suscetível a criminosos que se aproveitam dessa maior abertura. Nos três casos em que a variável é significativa é exatamente isso que ocorre. Sobretudo quanto a Estelionatos a variável confiança atinge 37%, a mais alta elasticidade da regressão e a variável participa das atividades também bastante elevada.

Portanto, o capital social deve ser encarado com atenção quando se trata de crimes e esse resultado cria o problema teórico que um investimento em capital social não se justifica no que tange à segurança da pessoa.

Da mesma forma, a participação em atividades comunitárias tem como resultado uma aumento da agressão que a pessoa sofre.

Coeficientes Encontrados e Coeficientes Esperados - com Motivação Econômica						
Variáveis	Coeficientes Efetivos			Coeficientes Esperados		
	Roubos e Furtos			Roubos e Furtos		
	No domicílio	Fora do domicílio	Estelionato	No domicílio	Fora do domicílio	Estelionato
Year	0	0	-			
Confiança	0	0	+			
Participa Atividades	0	+	+			
Confia no Vizinho	0	0	0			
Classe A1	+	0	+	(+)	(+)	(+)
Classe A2	+	+	+			
Classe B1	+	+	+			
Classe B2	+	+	+			
Classe C1	0	+	+			
Classe C2	0	0	+			
Idade 16-24	+	+	0	(+)	(+)	(+)
Idade 25-34	+	+	0			
Idade 35-50	+	0	+			
Masculino	0	+	+	(+)	(+)	(+)
Não Branco	0	0	0	(+)	(+)	(+)
Trabalho Noturno	+	+	+	(+)	(+)	(+)
Transporte Coletivo	0	0	0		(+)	(+)
Cinema	0	+	+		(+)	(+)
Casas Noturnas	0	+	+		(+)	(+)
Favela	-	-	-	(+)	(+)	(+)
Conj Habitacional	0	0	0	(+)	(+)	(+)
Próx Favela	0	0	0	(+)	(+)	(+)
Mulher Chefe	+	0	0	(+)		
Casado Formalmente	0	0	0	(-)	(-)	(-)
Casado Informalmente	+	0	+	(-)	(-)	(-)
Pagou Escritura	0	0	0	(+)	(+)	(+)
Cinco Doses	0	+	0	(+)	(+)	(+)
Migrante Estado	0	0	-	(+)	(+)	(+)
Trabalha ou Estuda	0	+	+	(+)	(+)	(+)
Nº de Moradores	+	0	0	(+)		
Primário completo / Ginásial incompleto	0	0	0	(-)	(-)	(-)
Ginásial completo / Colegial incompleto	0	0	+			
Colegial completo / Superior incompleto	0	+	0			
Superior completo	0	+	0			
Moradia Segura	-			(-)		

No que diz respeito às classes sociais, quanto maior a classe maior a vitimização, o que é coerente com a idéia de que o criminoso busca maximizar a sua renda escolhendo a vítima de maiores posses. Já para as agressões verbais e físicas isso não ocorre demonstrando que há outros motivos em jogo. Isso parece um forte argumento para o uso da racionalidade nos crimes de motivação econômica e forte argumento para não usá-lo em modelos de crimes sem essa motivação.

O efeito da idade é também consistente, embora menor, que o das classes sociais – os sinais estão corretos e o envelhecimento demonstra uma redução da vitimização. É importante lembrar que esse questionário só foi respondido por maiores de dezesseis anos e que a classe acima de cinquenta foi a excluída da regressão.

Já a educação, praticamente não mostrou efeito sobre a vitimização.

Nenhuma variável é mais coerentemente indutiva à vitimização como o transporte noturno em todos os tipos de crime. Seguem cinema e casas noturnas que induzem um aumento de dois crimes. Mesmo o consumo de álcool não tem efeito em crimes na residência e estelionato.

Voltando para o fato inesperado de que morar numa favela reduz a probabilidade dos três crimes com motivação econômica contradiz a expectativa de que moradores de áreas degradadas sofreriam maior vitimização e carece de uma explicação. Nos crimes, analisados em seguida – sem a motivação econômica – esse fato não ocorre e poderia indicar que há uma motivação econômica para evitar ingressos da polícia, que trata mais de crimes com motivação econômica, na favela. A teoria de que a liderança da favela evita intervenção policial devido a crimes de motivação econômica pode dar suporte a esses dados, com as agressões ocorrendo como no resto da cidade.

Dois dados indicam a ausência de discriminação no que tange o crime. Não brancos têm seus coeficientes não significativos para os cinco crimes analisados, o que por si só indica não haver discriminação racial. Se a isso adicionarmos que migrantes de outros estados têm coeficientes significativos negativos em dois crimes, poderíamos interpretar como uma tendência inversa de discriminação inversa (aqui só podemos supor ser racial se imaginarmos que parte substancial dos migrantes são não brancos). Acima interpretamos isso como um cuidado maior dos migrantes em não serem vítimas de estelionatos e de agressão verbal.

Mantivemos as variáveis que não apresentam resultados como o uso do transporte coletivo, morar em conjunto habitacional e próximo a uma favela, pois consideramos esse resultado importante.

Segue uma análise dos crimes de agressão, que interpretamos como sem motivação econômica.

O capital social tem um efeito ambíguo com a confiança no vizinho reduzindo a vitimização enquanto as outras variáveis aumentam, como no caso dos crimes com motivação econômica.

Coeficientes Encontrados e Coeficientes Esperados - sem Motivação Econômica			
Variáveis	Coeficientes Efetivos		Coeficientes Esperados
	Agressões		Roubos e Furtos
	Físicas	Verbais	
Year	-	0	
Confiança	0	+	
Participa Atividades	+	+	
Confia no Vizinho	0	-	
Classe A1	0	0	(-)
Classe A2	0	0	
Classe B1	-	0	
Classe B2	0	-	
Classe C1	0	0	
Classe C2	0	0	
Idade16-24	+	+	(+)
Idade 25-34	+	+	
Idade 35-50	+	+	
Masculino	-	0	(+)
Não Branco	0	0	(+)
Trabalho Noturno	+	+	(+)
Transporte Coletivo	0	0	(+)
Cinema	0	+	(+)
Casas Noturnas	+	+	(+)
Favela	0	0	(+)
Conj Habitacional	+	0	(+)
Próx Favela	0	0	(+)
Mulher Chefe	0	0	(+)
Casado Formalmente	-	-	(-)
Casado Informalmente	0	0	(-)

Pagou Escritura	0	0	(-)
Cinco Doses	+	+	(+)
Migrante Estado	0	-	(+)
Trabalha ou Estuda	0	0	(+)
Nº de Moradores	+	+	
Primário completo / Ginásial incompleto	0	0	(-)
Ginásial completo / Colegial incompleto	-	+	
Colegial completo / Superior incompleto	-	+	
Superior completo	0	+	

Em relação à análise anterior dos crimes com motivação econômica, a principal diferença está nos coeficientes das classes sociais que não demonstram efeito sobre a vitimização desses crimes sem motivação econômica. Isso parece correto já que não há necessidade de atingir um objetivo material, como era o caso de um roubo ou furto.

Vários coeficientes não foram significativos como no caso das favelas que, portanto, também diferiram dos crimes com motivação econômica.

De sinal inverso ao esperado só tivemos dois casos: os homens são menos agredidos fisicamente que as mulheres e os migrantes de fora do estado são menos agredidos verbalmente.

O resultado que chamou a atenção foi que um nível de educação mais elevado resulta em um nível de agressão física menor e agressão verbal maior. A agressão verbal maior não era esperada e interpretamos esse fenômeno como o uso da vantagem comparativa dos mais educados.

O aumento de idade representa uma queda sistemática de agressões em respeito aos mais velhos que cinquenta anos que são a categoria excluída.

7. CONCLUSÕES

Diante de vários problemas surgidos pela aplicação da teoria da racionalidade ao crime mostramos que existem – em nível teórico – problemas com sua aplicação pura e simples. Utilizamos, principalmente, o conceito de capital social para contrapor essa teoria. Procuramos descrever uma teoria do crime, com base nos elementos apresentados, que pode demonstrar os tropeços que podemos encontrar pelo caminho.

A principal constatação quanto ao capital social é que não existe uma definição precisa de sua abrangência sendo, portanto, difícil sua análise quantitativa. Mesmo assim, usou-se o conceito para desafiar algumas das conclusões mais simplistas da perspectiva da análise do indivíduo simplesmente racional.

Como nossa análise foi em nível do indivíduo, achamos que o capital social aumenta a vitimização. Para chegar ao agregado em que o capital social parece ter um efeito positivo teremos que aprofundar a agregação dos capitais sociais dos indivíduos. No caso da educação, também, em nível do indivíduo, o capital social aumenta a vitimização enquanto sociedades mais educadas apresentam criminalidade menor.

Na parte empírica foi mostrada a dificuldade em analisar todos os crimes usando a mesmas variáveis. Separando-se os crimes em crimes com motivação econômica e sem essa motivação foi possível mostrar que nas agressões físicas e verbais são determinadas por variáveis que dificilmente poderiam ser enquadradas como resultantes de um raciocínio de racionalidade econômica, enquanto nos crimes tradicionais de roubo, furto e semelhantes, as variáveis de cunho econômico, como a atratividade por vítimas de classes sociais mais altas, têm uma função preponderante.

Assim como as observações de Quételet, no início deste trabalho, os motivos que levam ao crime são de observação empírica. Jovens são mais agressivos, exposição maior – sobretudo noturna – ou o uso do álcool levam a maior vitimização (não são os motivos apresentados por Quételet, mas aqui supusemos que há um convívio maior entre pessoas da mesma idade).

A construção de teorias mais gerais que permitem uma análise mais profunda do crime não é simples, mas o uso da racionalidade econômica é um instrumento fundamental para os

crimes com motivação econômica, sendo as críticas a essa linha de raciocínio muito fracas. De outro lado, a idéia de que tudo acaba dependendo de uma motivação econômica é errada, pois existem atos que não têm relação com ganhos econômicos.

8. BIBLIOGRAFIA

ALESINA, Alberto; GLAESER, Edward L., (2004). *Fighting Poverty in the US and Europe*, Oxford University Press, New York.

Alesina, A.; LA FERRARA E. (2000). "The Determinants of Trust", NBER Working Paper, No. 7621.

ANDRADE, Mônica Viegas; LISBOA, Marcos de Barros (2003). "Mortalidade e Homicídio nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981-1995", *Trabalhos do IFB*. www.ifb.com.br.

ARROW, Kenneth, (1972). "Gifts and Exchanges." *Philosophy and Public Affairs*, 1972, I, pp. 343-62.

BEATO F, C. C., (1998). "Determinantes da criminalidade em Minas Gerais". São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, No. 37, pp. 74-87.

BECKER, Gary S., (1968). *Crime and Punishment: An Economic Approach*, *The Journal of Political Economy*, Volume 76, Issue 2 (Mar.– Apr., 1968).

BOURDIEU, Pierre, (1980). "Le Capital Social: Notes Provisoires". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 3: 2-3.

BREHM, J.; RAHN, W., (1997). "Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital." *American Journal of Political Science*, 1997, 41(3), pp. 999-1024.

BUONANNO, Paol; MNTOLIO, Daniel; VANIN, Paolo, (2009). "Does Social Capital Reduce Crime?", *Journal of Law and Economics*, vol. 52 (February 2009).

BURT, Ronald S., (2001). *Structural Holes versus Network Closure as Social Capital* em Cap. 1 de Lin, Nan, Cook, Karen, Burt, Ronald S. (editors) *Social Capital: Theory and Research*. Walter de Gruyter, Inc., New York 2001

COHEN, D.; KLUEGEL, J. R.; LAND, K. C., (1981). Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal Theory. *American Sociological Review*, 46, pp. 505-524.

_____. (1980), "Property crime rates in the United States: a macrodynamic analysis, 1947-1977; with ex ante forecasts for the mid-1980's." *American Journal of Sociology*, 86:90-118.

COLEMAN, J. (1988). "Social Capital and the Creation of Human Capital", *American Journal of Sociology*, 94 (supplement): 94-120.

COLEMAN, James S. (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA. Harvard University Press., 1990.

COOK, P. J.; LUDWIG, J. (2010). "Economical Crime Control", Working Paper 16513, National Bureau of Economic Research, Cambridge MA. November 2010 <http://www.nber.org/papers/w16513>

CULLEN, J.; LEVITT, S. (1996). "Crime, urban flight and the consequences for cities". NBER Working Paper Series, nº 5.737, setembro.

CUTLER, D.; GLAESER, E. (1995). "Are Ghettos Good or Bad?". NBER Working Paper Series, No. 5.163, junho.

DASGUPTA, P., (1988). Trust as commodity. Trust: Making and breaking cooperative relations. D. Gambetta. New York, Basil Blackwell: 49-72.

DAVIS, James A., (1985). *The Logic of Causal Order*. Sage Publications, Newbury Park, 1985.

DILULIO, John; J., Jr. (1996). "Help Wanted: Economists, Crime and Public Policy". *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 10, No. 1, (Winter, 1996), pp. 2-24.

DILLON, Angela K.; MIRON, Jeffrey A. E.; SUMMERS, Garret, (2008). What do Economists Know about Crime? Working Paper, 13759, NBER, Cambridge, MA, EUA, Jan. 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; DANTAS, Daniel; VALENTE, Pechman Clarice, ROCHA, Roberto de Rezende; SIMOES, Demetrio, (1983). "A Model of the Black Market for Dollars", NBER Working Paper, No. 590 (Also Reprint No. r0364)*May 1983.

FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOYAZA, N. (1999). Inequality and violent crime, mimeo.

FISMAN, Raymond; KHANNA, Tarun (2000). "Is Trust a Historical Residue? Information Flows and Trust Levels." Columbia University Working paper, 2000.

FRANK, R. H.; T., Gilovich; D. T., Regan (1993). "Does studying economics inhibit cooperation?" *Journal of Economic Perspectives*, 7(2): 159-171.

FUKUYAMA, Francis, (1995). *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: Free Press.

GAROFALO, J. (1986). "Lifestyles and Victimization: An Update". In E. A. Fattah (Ed.), *From Crime Policy to Victim Policy*. London: Macmillan.

_____ (1987). "Reassessing the lifestyle model of criminal victimization". In M. Gottfredson and T. Hirschi (Eds.), *Positive criminology*, Beverly Hills: Sage Publications.

GLAESER, E.; SACERDOTE, B. (1996). "Why there is more crimes in cities". National Bureau of Economic Research, Working Paper.

GLAESER, E.; SACERDOTE, B.; SCHEINKMAN, José A. (1995). "Crime and social interactions". National Bureau of Economic Research, Working Paper, No. 5026.

GLAESER, Edward; LAIBSON, David; SCHEINKMAN, José A.; SOUTTER, Christine L. (1999). "What is Social Capital? The Determinants of Trust and Trustworthiness". Working Paper, 7216, National Bureau of Economic Research Cambridge, MA, July 1999.

GLAESER, Edward L.; SACERDOTE, Bruce; SCHEINKMAN, José A., (1995). "Crime and Social Interactions". National Bureau of Economic Research, NBER Working Paper Series.

GLAESER, Edward; LAIBSON, David; SCHEINKMAN, José; SOUTTER, Christine,

(2000). "Measuring Trust." *Quarterly Journal of Economics*, 2000, 115, pp. 811-46.

GLAESER, E.; LAIBSON, David; SACERDOTE, Bruce, (2002). "The Economic Approach to Social Capital." *Economic Journal*, 2002, 112, pp. 437-58.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T., (1990). "A general theory of crime". Malabar, Robert E. Krieger.

GOTTFREDSON, Michael R.; HINDERLANG, Michael J., (1981). "Sociological Aspects of Criminal Victimization". *Annual Review of Sociology*, 1981, 7:107-128.

GUIO, Luigi; SAPIENZA, Paola; Zingales, Luigi (2000). "The Role of Social Capital in Financial Development." NBER Working Paper No. 7563, 2000.

HARDIN, Russel. "Do we want to trust government?". Cap. 2 de Warren, Mark *Democracy and Trust*. Cambridge University Press

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R., (1996). *Political Science and the Three New Institutionalisms*, Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Köln, Alemanha, MPIFG Discussion Paper 96/6, June 1996.

HINDELANG, M.; GOTTFREDSON, M.; GAROFALO, J., (1978). *Victims of personal crime: An empirical foundation for a theory of personal victimization*. Cambridge, Ma: Ballinger Publishing Company.

Holder, Eric; Remarks of the Attorney General Eric Holder at the 2009 ABA Convention, Chicago Ill.; August 3 2009. <http://www.justice.gov/ag/speeches/2009/ag-speech-090803.html>

JAMES, Harvey; S., Jr., (2001). *The Trust Paradox: A Survey of Economic Inquiries Into the Nature of Trust and Trustworthiness*. University of Missouri.

JOYCE, Theodore J., (2009). "A Simple Test of Abortion and Crime", *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, vol. 91 (1).

KNACK, S.; KEEFER, P., (1997). "Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. CXII (December, 98): 1252-

1288.

KNACK, S.; ZAK, P., (1998). Trust and Growth. University of Maryland, mimeographed.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R., (1997). "Trust in Large Organizations." American Economic Review Papers and Proceedings, 1997, 87, pp. 333-38.

_____. (1999), "The Quality of Government". Journal of Law, Economics and Organization, 15, no. 1: 222-79.

LAZZARINI, Sergio G.; MADALOZZO, Regina; ARTES, Rinaldo; SIQUEIRA, José de Oliveira (2003). "Measuring Trust: An Experiment in Brazil", Trabalhos do IFB, 2003. www.ifb.com.br.

LEDERMAN, Daniel; LOAYZA, Norman; MENENDEZ, A. M. (2002). "Crime: Does Social Capital Matter?" Economic Development and Cultural Change, 2002, 50(3), pp. 509-39.

LEVITT, S., (1996). "The Effect of Prison Population Size on Crime Rates: Evidence from Prison Overcrowding Litigation", Quarterly Journal of Economics, CXI (2): 319-352.

LEVITT, Steven D. (2004). Understanding Why Crime Fell in the 1990s: Four Factors that Explain the Decline and Six that Do Not Journal of Economic Perspectives, Volume 18, Number 1 – Winter 2004 – Pages 163-190.

LIN, Nan (2001). "Building a Network Theory of Social Capital", em Cap. 1 de Lin, Nan, Cook, Karen, Burt, Ronald S. (editors), Social Capital: Theory and Research Walter de Gruyter, Inc., New York 2001.

LONG, J. Scott; FREESE, Jeremy, (2006). Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata, Second Edition, Stata Press, College Station, Texas, EUA.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SCHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W., 1998. "Law and Finance". Journal of Political Economy, December, Volume 106,

Number 6, Chicago, EUA.

MADALOZZO, Regina; FURTADO, Giovanna Maia, (2009). “Um Estudo sobre a Vitimização na Cidade de São Paulo”, Trabalho no IBMEC, São Paulo.

MOCAN, H. Nanci; BALI, Turan G., 2005. “Assymetric Crime Cycles”. Working Paper 11210. National Bureau of Economic Research, March 2005. <http://www.nber.org/papers/w11210>.

NEUMAYER, Eric (2005). “Is Inequality really a major cause of violent crime? Evidence from a cross-national panel of robbery and violent theft rates.” *Journal of Peace Research*, 42(1), 2005. International peace Research Institute, Oslo. <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000619>.

OFFE, Claus. How can we trust our fellow citizens? Cap. 3 de de Warren, Mark.

P. Bourdieu, (1993). “Forms of Capital”, in: J Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research in the Sociology of Education*, New York: Greenwood Press.

PAIXÃO, A. L.; BEATO F., C., (1997). “Crimes, vítimas e policiais”. São Paulo. *Tempo Social*. USP, No. 9(1), pp. 233-248, maio.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido, (2005). *Democracy and Development: Devil in the Details*, December, 2005.

PIQUET CARNEIRO, L. (1999). “Para medir a violência”, In: Dulce Pandolfi et all., *Cidadania justa e violência*, Rio de Janeiro, FGV.

PIQUET CARNEIRO, Leandro; MANGELS, Laura, (2005). *Assessing the Reliability and Validity of Social Capital Measures*. Unpublished manuscript.

PRZEWORSKI, A. (1991). *Democracy and the Market*. New York, Cambridge University Press.

PUTNAM, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton University Press, 1993, ou sua tradução brasileira: *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*, 2a. edição, Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

_____. (2000), “Bowling Alone: The Colapse and Revival of American Community”,

New York, 2000, Simon & Schuster.

QUÉTELET, A. (1848). *Du Système Social et des Lois qui le Régissent*. Paris Guillaumin et Cie, Libraires.

RAISER, M. (1999). "Trust in Transition". EBRD Working Paper, No. 39, London.

RAISER, Martin; ROUSSO, Alan; STEVES, Franklin, (2004). "Trust in transition: cross-country and firm evidence".

REYES, Jessica Wolpaw, (2007). "Environmental Policy as Social Policy? The Impact of Childhood Lead Exposure on Crime", NBER Working Paper, No. 13097, National Bureau of Economic Research, EUA, may 2007 <http://www.nber.org/papers/w13097>.

ROSENFELD, R.; MESSNER, S. F.; BAUMER, P. B., (2001). "Social Capital and Homocide". *Social Forces*, September 2001, 80(1): 283-309.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron, (1989). "Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory". *The American Journal of Sociology*, Vol.94, No. 4 (Jan., 1989), 774-802.

SAMPSON, R. J.; LAURISTSEN, J. L. (1990). "Deviant lifestyles, proximity to crime and the offender - victim link in personal violence". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 27(2), 110-139.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton, (1997). "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy" *Science*, Vol. 277, 15 August, 1997.

SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry D. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas* The University of Chicago Press, Chicago – Illinois, 1942.

SIMONSEN, Mario H. (1994). *Ensaio Analítico*, Editora da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

SOBEL, Joel, (2002). "Can We Trust Social Capital?" *Journal of Economic Literature*, 2002,

40(1), pp. 139-54.

SZTOMPKA, Piotr. *Trust: A Sociological Theory*, Cambridge University Press.

TARROW, Sidney, (1996). "Making Social Science Work Across Space and Time: A Critical Reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work". *American Political Science Review*, Vol. 90, No. 2, June 1996.

USLANER, Eric M. (1999). "Trust but Verify: Social Capital and Moral Behavior". *Forthcoming, Social Science Information*.

WALKER, Monica A. (1983). "Some Problems in Interpreting Statistics Relating to Crime". *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)*, Vol. 146, No. 3.

WARREN, Mark (1999) E. Introduction, cap.1 e Democratic Theory and Trust, cap. 11 de Warren, Mark *Democracy and Trust*. Cambridge University Press.

YAMAMURA, Eiji, (2009). Formal and Informal Deterrents of Crime in Japan: Roles of Police and Social Capital Revisited, *The Journal of Socio-Economics* 38 (2009) 611-621 Elsevier.

ZUCKER, Lynne G., (1986). "Production of Trust: Institutional Sources of Economic Structure", 1840-1920. In *Research in Organizational Behavior*, ed. Barry M. Staw and L. L. Cummings. Greenwich, CT, JAI Press pp. 53- 111.